



Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC



Mestrado em Letras: Linguagens e
Representações

ANTONIO VALTER SANTOS BARRETO

**ARQUIVO DE MEMÓRIA: O “Diário da Tarde” de Ilhéus e a
representação local**

**Ilhéus – Bahia
2011**

ANTONIO VALTER SANTOS BARRETO

ARQUIVO DE MEMÓRIA: O Diário da Tarde de Ilhéus e a
representação local

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Letras Linguagens e
Representações, da Universidade Estadual
de Santa Cruz - UESC como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Letras: Linguagens e Representações

Orientador: Dr. Cláudio do Carmo
Gonçalves

**Ilhéus – Bahia
2011**

ANTONIO VALTER SANTOS BARRETO

**ARQUIVO DE MEMÓRIA: O DIÁRIO DA TARDE DE
ILHÉUS E A REPRESENTAÇÃO LOCAL.**

Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em Letras: Linguagens e Representações, à Universidade Estadual de Santa Cruz.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Cláudio do Carmo Gonçalves

Ilhéus-Ba, 10/10/2011.

Prof. Dr. CLÁUDIO DO CARMO GONÇALVES

UESC - BA

Orientador

Prof. Dr. Paulo Cesar Silva de Oliveira

UERJ - RJ

Prof. Dra. Vânia Lúcia Menezes Torga

UESC – BA

B273 Barreto, Antonio Valter Santos.
Arquivo de memória: o Diário da Tarde de Ilhéus e a representação local / Antonio Valter Santos Barreto. – Ilhéus, BA: UESC, 2011.
109f.

Orientador: Cláudio do Carmo Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Mestrado em Letras: Linguagens e Representações.
Inclui bibliografia.

1. Linguagem e línguas. 2. Memória coletiva. 3. Jornais brasileiros – Ilhéus (BA). 4. Representações sociais. I. Título.

CDD 400

Dedico esta dissertação a memória dos entes mais queridos nessa minha existência. A minha mãe Hilda Santos Barreto que tanto me incentivou nessa nova jornada, a minha irmã Eliana, as minhas queridas avós Maria América Santos e Tertuliana Maria da Conceição, ao meu avô Altino José Barreto e ao meu eterno e querido filho, guardado em minha memória e memórias Jackson Ferreira Barreto.

AGRADECIMENTOS

Recordo-me agora de outra oportunidade que tive de fazer agradecimentos em um trabalho acadêmico e, a muitos daqueles que agradei, voltarei a fazê-lo agora.

Primeiramente agradeço a Deus que, mais uma vez em sua infinita bondade e misericórdia, permitiu que eu terminasse esse trabalho científico, sendo este muito mais laborioso e prazeroso que o anterior.

Agradeço novamente ao núcleo familiar, que sempre me deu apoio, tendo paciência em meus momentos impacientes, carinho e força em meus momentos de fraqueza e desespero. A minha esposa Ana Lúcia, aos meus filhos Javan, Tarciso, Leonardo, Roberto Fontanelli e, em especial, a minha eterna pequena Gabrielle, bem como, de igual modo, aos meus netos Kauan, João Pedro, Ana Luisa e Júlia. Ao meu pai Walter e ao meu irmão Luis Paulo, as minhas irmãs Teresa, Cristina e Gilneide, aos meus sobrinhos queridos Gabriel Nascimento, Maycon Gonzaga e as minhas queridas Jacqueline, Yasmin e Carla Munick.

Aos amigos e companheiros de turma e pesquisa, faço um agradecimento especial a Débora Chaves e Rosângela Cidreira que, em muito me apoiaram e ouviram tanto nas horas alegres como nas tristes. Afirmando, aqui, que vocês foram presentes de Deus em minha vida para ajudar, encorajar e contribuir de forma preciosa na realização de mais esse trabalho acadêmico.

Mais uma vez retorno ao meu núcleo familiar, com muito carinho, para agradecer a três mulheres exemplares, responsáveis pelas primeiras letras e por profecias que ainda hoje se cumprem em minha vida, são elas: Maria Marta, Maria da Glória e Maria Maura.

Agradeço a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, a Coordenação do Mestrado e de igual modo aos professores da turma 2009/2011 que em muito contribuíram para o meu crescimento, não só acadêmico, mas também profissional, dentre eles destaco, com carinho, a simplicidade da professora Vânia Torga e a “velha” amizade com a professora Patrícia Pina.

Finalmente, agradeço em especial ao meu orientador Cláudio do Carmo, que muito se empenhou para que essa dissertação resultasse no melhor trabalho possível. Assim, eximo-o desde já de qualquer falha que possa haver nesta pesquisa. Mais do que um orientador acadêmico, Cláudio se tornou um grande amigo e, com carinho, vou guardar para toda uma vida o que por ele me foi transmitido.

Guardar

**"Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la,
isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela,
isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso, melhor se guarda o vôo de um pássaro,
do que de um pássaro sem vôos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar. "**

Cícero

(Antonio Cícero)

ARQUIVO DE MEMÓRIA:

O “Diário da Tarde” de Ilhéus e a representação local

Autor: Antonio Valter Santos Barreto

Orientador: Prof. Dr. Cláudio do Carmo Gonçalves

RESUMO

Esta dissertação elege como objeto de investigação o jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus na década de 1930, e demonstra como este num só tempo constrói e representa a sociedade local, entendida como Ilhéus e região do cacau, através das publicações culturais e, especialmente, literárias apresentadas em suplemento e colunas variadas. Nestas perspectivas o jornal é visto como arquivo e lugar de memória, visto que a memória se apresenta e representa em permanente estado de construção, portanto, estará sempre aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Para tanto, toma como aporte teóricos Jacques Le Goff, Michel Foucault, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Paul Ricouer e Frances Yates.

Palavras-chave: Memória. Arquivo. Jornal. Suplemento. Representação.

ARCHIVE OF MEMORY:

THE "Diário da Tarde" of Ilhéus and the local representation

Autor: Antonio Valter Santos Barreto

Orientador: Prof. Dr. Cláudio do Carmo Gonçalves

ABSTRACT

This dissertation chooses as the object of investigation the newspaper "Diário da Tarde" from Ilheus in the 1930s, and demonstrates how to build it in one time and represents the local society, understood as the Islanders and the cacao, through the cultural publications, and especially, presented in literary supplements and different columns. In these perspectives the paper file and is seen as a place of memory, since memory is presented and is in a permanent state of construction, therefore, will always be open to the dialectic of remembering and forgetting. Therefore, its theoretical contribution as Jacques Le Goff, Michel Foucault, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Paul Ricouer and Frances Yates.

Keywords: Memory. Archive. Journal. Supplement. Representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 - A MEMÓRIA COMO ARQUIVO E REPRESENTAÇÃO	12
1.1 Arquivo e memória.....	20
1.2 Arquivo e representação.....	29
2 - O JORNAL: LUGAR DE MEMÓRIA	36
2.1 A imprensa – jornal – como arquivo de memória	46
2.2 O contexto do jornal na primeira metade do século XX	55
3 - O SUPLEMENTO LITERÁRIO NO “DIÁRIO DA TARDE”	61
3.1 Diário da Tarde de Ilhéus – lugar de Memória	77
3.2 Diário da Tarde de Ilhéus como arquivo	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte da concepção de que os jornais podem ser considerados como construtos e representação de uma sociedade ou de uma região, através da memória, sobretudo a partir do final do século XIX, quando vêm ampliando seus horizontes e alcançando cada vez mais um público consumidor de cultura. Os jornais podem ser considerados fontes de grande importância na interpretação de certos aspectos do século XIX, pois neles eram publicados anúncios e reportagens que informavam sobre atividades culturais, produtos destinados à saúde e ao lazer, a compra e venda de escravos para uma parte privilegiada da sociedade e, assim como nos livros de história e nos romances, a história do Brasil deste século pode ser vista através deles. Já, no início do século XX, as notícias de jornal passam a assumir formas de disfarce e podem ser equiparadas a uma narrativa desde o formato até o detalhe estilístico com novos contos, notas, publicações, já não há uma separação rígida entre fato e ficção, separação esta que é abandonada cada vez com maior frequência. Dentro de tais perspectivas, o jornal é visto como arquivo e *lugar de memória*.

O jornal, o arquivo e o documento passam, a partir dessas mudanças, a serem instrumentos de construção, além de serem também instrumentos de educação, pois, guardam informações como guias de sepultamento, contratos de locação, atas de reuniões, comunicados, notas de aniversário, avisos de aulas de corte e costura, de latim e francês, que revelam a cotidianidade da vida dos povos, das regiões, das sociedades e das cidades.

O objetivo é localizar, identificar e caracterizar páginas, colunas e suplementos literários publicados no “Diário da Tarde” entre 1928, ano de fundação do jornal, e 1935 através de uma leitura sistêmica de suas páginas. Vale salientar que os anos pesquisados são os de 1931, 1933 e 1935 visto que se mostraram como documentos significativos quanto à representação da sociedade local.

Os textos literários do “Diário da Tarde” são de autores como Jorge Amado, Adonias Filho, James Amado, Jacinto Gouveia, entre outros, e os textos, em sua grande maioria, são crônicas, críticas, contos e poesia. Quando essas publicações literárias

saem da página dois ou quatro, elas vão para um suplemento literário, publicado, especialmente, nas datas festivas ou comemorativas do jornal. Nos dias em que o jornal não publicava um texto literário nessa página, trazia matérias e informes, geralmente, de interesse local, sobre acontecimentos nacionais ou mundiais. Também investigamos como as informações contidas nas páginas do “Diário da Tarde” são importantes para a preservação e construção da memória de Ilhéus e da região estabelecendo a relação do jornal como arquivo e construção da memória apontando as várias estratégias de publicação e como tais estratégias, especialmente as de publicações literárias, contidas na página dois, quatro ou no suplemento literário, são construídas para manter a memória da região.

A recuperação do conteúdo do suplemento literário ou das colunas literária do “Diário da Tarde” traz, portanto, a possibilidade de se entrar em contato com a literatura e a cultura da região do cacau do início do século XX, traçando um paralelo entre o início da vida literária de alguns autores, neste caso Jorge Amado, e seu reconhecimento como autor canônico, respeitado, publicado e traduzido em vários países do planeta, bem como observar e analisar as crônicas, contos e artigos de autores que publicam com pseudônimos, mas que não deixam de estar presentes e de ter importância neste suplemento e colunas literárias, pois é através destes, sejam os consagrados e reconhecidos quase um século depois ou os que foram esquecidos e não alcançaram a fama e reconhecimento, que é possível traçar os passos da vida religiosa, cultural, econômica, social e, especialmente, literária da sociedade do início do século XX.

No primeiro capítulo são discutidas as questões da memória como arquivo e representação, bem como as funções da memória coletiva. Para tal, nos baseamos nas noções de Halbwachs (2006) entre outros, visto que, se nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, mesmo aquelas que tratam de eventos em que estamos só, é porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem e nem podem ser desconsideradas. Também serão vistas as questões que envolvem o arquivo como parte inerente da memória e da representação.

O capítulo dois discute as noções do jornal como lugar de memória e arquivo de memória e como este está inserido dentre de um contexto sócio-histórico na primeira metade do século XX. O termo lugar de memória, bem como a inserção do jornal nos lugares de memória tem como princípio norteador as reflexões do historiador Francês

Pierre Nora. Para ele o jornal pode ser considerado lugar de memória porque é um lugar híbrido, misto e mutante, nele se entrelaçam a vida e a morte, o tempo e a eternidade numa espiral que envolve o coletivo e o individual, o sagrado e o profano, o móvel e o imóvel.

A importância da imprensa, nesta primeira metade do século XX, pode ser vista a partir da revolução de 30, momento este que os jornais se habilitam a incorporar ao seu papel os novos rumos ditados pela energia popular captada pelos revolucionários. Essas novas perspectivas levam a um passo importante da indústria cultural que passa a ter identidade própria.

O terceiro capítulo trata do suplemento literário no século XX e como este se insere como suporte dos jornais para abarcar uma parte significativa que era direcionada à publicação de trechos de livros, contos, crônicas, poesias etc., no “Diário da Tarde”. Tais publicações podem ser vistas em colunas como “Conto da Semana”, “Vesperal” e “Cosmorama”, realizando as noções de arquivo e lugar de memória no “Diário”.

Dessa forma, pode-se pensar o jornal “Diário da Tarde”, como um lugar de memória, arquivo e representação, bem como sua intervenção no contexto local da década de 1930, resultando numa problematização da memória em suas possíveis nuances.

I - A MEMÓRIA COMO ARQUIVO E REPRESENTAÇÃO

A memória, o arquivo e a representação têm sido objeto de muitos estudos e, assim como o desenvolvimento humano e a linguagem, vêm contribuindo para o aprimoramento da condição humana e seu desenvolvimento em sociedade. Para estudiosos como Frances Yates o termo memória tem origem na cultura grega, com seus famosos pensadores e oradores, que a utilizavam, pois a mesma era uma das cinco partes da retórica, como uma das técnicas de aprimoração para pronunciar longos discursos de cor e com precisão impecável. O certo é que o conceito de memória nos leva à concepção de que, memória é a capacidade humana de reter ou adquirir ideias, imagens, pensamentos, fatos e acontecimentos que ficaram no passado e que nós, em

um dado momento, precisamos reviver ou rememorar, pois nossa memória sempre nos leva à rememoração daquilo que nos foi ou não importante, seja pelo lado bom ou ruim, e que estão guardadas em nossas lembranças.

Se considerarmos a memória como uma faculdade mental de suma importância para o aprimoramento e aprendizagem do ser humano, então podemos dizer que ela além de ser importante para o nosso crescimento e aprendizado está guardada em nossos mais escondidos campos mentais formados por arquivos e compartimentos que em um dado momento recorreremos para retirarmos de lá, uma representação do passado de que precisamos ou necessitamos no presente. Dessa forma se nós não pudéssemos recorrer ao nosso passado, através da memória guardada e armazenada, não poderíamos retirar experiências que estão lá e que nos são importantes em um momento presente.

Para Aristóteles, o ideário da memória propunha pensar o passado como passado, ou seja, como a coisa já percebida. Para ele, “[...] se se produziu o que, de ordinário, acontece posteriormente, produziu-se igualmente o que aconteceu anteriormente; por exemplo, se nos esquecemos de uma coisa, quer dizer que anteriormente a sabíamos” (ARISTÓTELES, p.141). De outro modo, o poeta Cícero, em 80 a.C. procura analisar a memória comparando-a as marcas deixadas pelos homens.

Se entendemos que lembrar e inventar, assim como para os gregos, é um dom sobrenatural, distribuído pela deusa Mnemosine, mãe das musas, protetora das artes e da história, que possibilitava aos poetas lembrar-se do passado e transmiti-lo aos simples mortais, também podemos afirmar que memória e imaginação têm a mesma origem, pois a memória envolve um complexo mecanismo que abrange o arquivo e a representação de nossas experiências e vivências que estão, de uma forma ou de outra, associadas à nossa aprendizagem. Em outras palavras a aprendizagem está relacionada intimamente com as nossas formas de aquisição de conhecimento e a memória, à retenção desses conhecimentos apreendidos.

Estudos mais recentes têm inserido importantes aspectos ao funcionamento da memória e, assim como as ciências sociais e a psicologia, as ciências físicas e biológicas têm feito relação entre a memória individual e coletiva. Essa relação envolve os conceitos de retenção, esquecimento e seleção, pois a memória, a partir desses estudos, é sempre uma construção feita no presente que recorre a dados armazenados e experiências ocorridas no passado.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30).

Em “A memória coletiva” de 2006, Maurice Halbwachs traz importantes significados para a compreensão do termo “memória coletiva”. Para ele, a memória está ligada a uma abordagem científica que parte do estudo e da estrutura material de determinados grupos e populações. Esses estudos, de uma forma ou de outra, contribuíram definitivamente para a compreensão dos atuais quadros sociais que compõem tanto a memória individual como a coletiva.

A partir dessa compreensão de memória é possível afirmar que o indivíduo carrega em si lembranças que, mesmo sendo particulares, remetem a um determinado grupo ou sociedade, pois é no contexto dessas relações que se constrói as lembranças. A recondução e rememoração da memória individual se dá nos diferentes grupos, tais como família, igreja, amigos, com os quais nos relacionamos e que nos deixam impregnados com suas impressões, ideias e vivências. Dessa forma, mesmo que estejamos sós, nossas memórias, lembranças e maneiras de perceber o mundo ou o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado coletivo de impressões, ideias e vivências.

Nossas lembranças, partindo das observações de Halbwachs se alimentam de inúmeras memórias que nos são oferecidas pelos mais variados grupos, que ele chama de “comunidade afetiva”, pois seria impossível nos lembrarmos de algo acontecido conosco fora deste quadro de referência. Assim, tanto nos processos que constituem a produção da memória como nos que fomentam a rememoração, o outro tem papel de fundamental importância.

[...] Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estivesse sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que eu compunha com o arquiteto e com as pessoas a quem ele servia de intérprete junto a mim... outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudaram a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, o qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas. (HALBWACHS, 2006, p.31).

Dessa forma podemos afirmar que a memória coletiva tem importante função no processo de construção do nosso sentimento de pertencimento a um grupo, pois, junto

com esse grupo é que construímos um passado comum que compartilha memórias. Essa memória não só garante o sentimento de identificação e pertencimento do indivíduo no campo histórico do real, mas, sobretudo, no campo do imaginário e simbólico. Assim, mesmo entendendo que a memória individual existe é possível afirmar que sua existência está alicerçada na memória coletiva, pois nossas lembranças e memórias estão ligadas de forma incondicional a teia de construções e memórias dos grupos comuns de convivências que estamos envolvidos.

Dentre os grupos com os quais temos convivência e participação nós seremos contaminados e influenciados por aqueles em que temos uma participação mais efetiva ou naqueles em que somos considerados, ou nos consideramos, mais importantes. Assim sabemos que formações ideológicas, religiosas, econômicas e sociais precisam ser compreendidas a partir da investigação dessas práticas coletivas. Dessa forma, uma posição racista ou fundamentalista que faz parte da vida cotidiana de uma pessoa, por mais errada que pareça para muitos, é parte integrante das ideias dos cidadãos e está fundamentada nas construções sociais e coletivas dos sujeitos. Certo ou errado não é a questão, o correto é que a memória está submetida às questões inconscientes como o afeto, a censura, a religião, as ideologias, etc.

Partindo desses conceitos entendemos que as memórias individuais não sobrevivem sem as memórias coletivas, pois os elementos construídos e vivenciados pelos grupos, ou seja, os elementos construídos pela comunidade são mais fortes e têm maior valor histórico e social que os elementos construídos e vivenciados pelos indivíduos em particular. Assim, a distinção entre memória histórica e memória coletiva, pois se por um lado a primeira pressupõe a reconstrução dos elementos presente na vida social dos sujeitos e os projeta sobre um passado reinventado, por outro, a segunda recompõe de forma promissora e mágica esse passado vivido e reinventado pelos sujeitos.

Ora, se aquilo que nos faz lembrar e recordar é construído sob uma base comum é porque nossa memória está sempre se alimentando da memória dos outros, dessa forma para que os acontecimentos de uma coletividade ou grupo de base comum tenham influência ou sirvam de ponto de referência sobre uma memória individual é preciso que esses testemunhos fatos e acontecimentos tenham muitos pontos em comum entre a memória individual e a coletiva. Segundo Halbwachs (2006), quando nos esquecemos de determinados acontecimentos ou período de nossas vidas é porque perdemos o contato ou deixamos de conviver com as pessoas que faziam parte deste

grupo ou círculo de convivência. Para ele o exemplo que melhor qualifica essa condição de memória é quando fazemos uso de uma determinada língua estrangeira e, por algum motivo ou circunstância, paramos de usar ou manter contato com essa comunidade linguística. O certo é que, aos poucos, vamos nos esquecendo daquilo que sabíamos sobre essa língua até chegar ao ponto de não podermos nos comunicar ou compreender àqueles que se dirigem a nós. Assim:

[...] Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser construída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Para Halbwachs nosso passado é recomposto a partir da memória coletiva, seja através das vivências ou experiências humanas que nos acompanham ou através da memória coletiva, mas, para que isso aconteça se faz necessário que nossa memória individual tenha uma consciência capaz de definir as múltiplas experiências do tempo. Assim, segundo ele, quando nossas lembranças reaparecem isso não é reflexo de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de determinadas percepções que se apresentam.

Em “Como as sociedades recordam”, Paul Connerton (1999), afirma que só nos é possível lembrar de algo porque usamos como suporte uma memória que se ancora na memória dos outros. Para ele a memória das pessoas vive uma em auxílio das outras, pois por mais que uma recordação ou acontecimento seja pessoal ela precisará de outras recordações ou referências tais como: lugares, pessoas, datas, palavras, formas de linguagem, isto é, para rememoramos precisamos revisitar toda uma vida material da sociedade da qual fazemos ou fizemos parte. Isto se aplica tanto às memórias recentes como as mais antigas ou distantes, pois aquilo que une essas memórias não é o fato de estarem perto ou distante no tempo, mas por fazerem parte de um conjunto de pensamentos de um dado grupo ou grupos com os quais nos relacionamos ou tivemos contato, seja num passado recente ou distante.

Para Halbwachs (2006, p.41) “talvez seja possível que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las”. Assim, as lembranças dos indivíduos além de se organizarem de duas maneiras se inter-relacionam. A partir dessa concepção as lembranças se distinguem entre as da vida pessoal, que têm como foco principal apontar os aspectos singulares da vida dos sujeitos e as de caráter impessoal que interessam aos grupos e dão referência a uma vida em conjunto. Essas

duas ordens sociais, a individual e a coletiva, contribuem para as maneiras de recordar dos indivíduos. Para a rememoração individual é possível afirmar que nós só nos lembramos daquilo que vemos, sentimos ou fizemos em certo momento do tempo ou do espaço, o mesmo acontece com nossas memórias coletivas só que de forma mais estreita e em momentos mais distanciados.

A partir das considerações de Paul Ricouer (2007), compreendemos que as nossas lembranças necessitam das lembranças dos outros para serem revisitadas, pois precisamos nos apoiar em acontecimentos e situações de mundo que implicam vivências em que o nosso corpo e o corpo dos outros estiveram presentes, portanto, para ele, não nos é possível lembrar ou reviver o passado sem ter o apoio de outras pessoas, de outros saberes e de outros mundos, mas, mesmo que essas lembranças se ancorem em um campo social e coletivo e que elas só são passíveis de serem lembradas, revividas e rememoradas elas partem dos indivíduos que as guardaram e que são membros desses grupos. Dentro dessa perspectiva é possível afirmar que a memória individual parte de um ponto de vista que se apóia e se ancora na memória coletiva.

Halbwachs (*op.cit.* p.67), afirma que as lembranças mais difíceis de serem lembradas são aquelas que só dizem respeito a nós mesmos, são aquelas nos são mais particulares, um bem exclusivo. Ora, essa dificuldade de rememoração é fundamentada a partir do conceito de que os homens se apóiam nas palavras e ideias que são capazes de elaborar no conjunto de suas vidas e, como não há sentido para as palavras e ideias a não serem em coletividade, as dificuldades de rememoração que são exclusivas e particulares dos indivíduos se tornam as mais complexas desse emaranhado de informações. Dessa forma a memória coletiva é a principal responsável pela recomposição das ideias dos indivíduos, pois os mesmos fazem parte de grupos de características, exclusivamente, ideológicas e sociais. Na rede dessa transmissão o passado dá uma forte demonstração de como são recompostas as ideias que se apresentam no presente.

Só nos é possível entender a importância da memória coletiva se nós compreendermos que ela serve de complemento para revermos os processos de continuidade e descontinuidade da vida, pois, é através das categorias de tempo e espaço que fazem parte da vida particular dos indivíduos, que encontramos os componentes expressos das práticas cotidianas, e que se tornam elemento necessário para a afirmação dessa dita memória coletiva. Halbwachs afirma que:

Se a memória coletiva tira sua força e duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupa e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p.69).

Outro conceito discutido por Halbwachs é a distinção entre “memória coletiva” e “memória histórica”, para ele a primeira se diferencia da segunda porque não tem linhas de separação nítidas, mas sim, certos limites incertos e irregulares com uma duração de tempo, no qual o presente se torna interessante e interessa à sociedade de hoje, enquanto que, para a segunda, as linhas de separação do tempo são, ou deveriam ser, nítidas, com datas definidas e que não tem necessidade de serem revividas ou rememoradas, como nesta afirmação:

Nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto. [...] é nesse passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sal memória. Nesse sentido é que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado. (HALBWACHS, p.78-79 e 90).

Se lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir e repensar - a partir de um conjunto de informações que guardamos e nos são importantes -, com imagens e ideias dos dias de hoje as experiências vividas e vivenciadas no passado, seja ele remoto ou distante, então se pode afirmar que a memória tem um caráter livre, espontâneo e excepcional. A sustentação para essa informação parte da constatação de que a memória não é sonho, mas trabalho e, dessa forma é possível se duvidar da presença de fatos e acontecimentos do passado, relatados “tal qual” e que estariam no inconsciente dos sujeitos. É partindo do inconsciente que povoamos a nossa consciência atual, pois de lá trazemos, a todo instante, rememorações e materiais que estão a nossa disposição e podem ser utilizados nesse novo conjunto de representações.

A famosa frase “um homem não pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, porque nem o homem seria mais o mesmo, nem o rio”, do filósofo grego Heráclito que viveu no século 50 a.C., e é considerado o “pai da dialética”¹, pode ser inserida nesse

¹ Disponível em < http://carloscouto.weebly.com/uploads/5/6/7/4/5674703/o_que__dialctica_-_leandro_konder.pdf > Acesso em: 01 set. 2011.

contexto de memória, pois, por mais claras e nítidas que pareçam ser as nossas lembranças de um fato ou acontecimento antigo elas não são as mesmas imagens que vivenciamos antes, nem nós somos mais os mesmos, pelo simples fato de que nossas impressões, conhecimentos, experiências e vivências alteraram-se com o passar do tempo – mesmo que seja um tempo bem curto -, e com elas nossas ideias, nosso juízo de realidade e de valor, simplesmente porque somos seres mutáveis a todo instante. Halbwachs afirma que, o simples fato de lembrar-se de coisas passadas, em um dado momento presente, já exclui a identidade entre uma imagem e outra, pois o passado ao ser revisitado não poderá trazer de volta as imagens ao presente “tal qual” elas aconteceram, pois por mais que haja semelhança entre elas o ponto de vista entre um período e outro as diferencia. O autor afirma que:

Ao contrário, para termos uma idéia da multiplicidade das memórias coletivas, imaginemos o que seria a história de nossa vida se, enquanto a contamos, nos detivéssemos a cada vez que nos lembrássemos de um dos grupos pelos quais passamos, para examiná-lo em si e dizer tudo o que dele sabemos. Não bastaria distinguir determinados conjuntos: nossos pais, a escola, o ginásio, nossos amigos, os colegas de profissão, nossas relações sociais, e mais tal sociedade política, religiosa ou artística a que nos ligamos em algum momento. Essas grandes divisões são cômodas, mas respondem a uma visão ainda exterior e simplificada da realidade. Essas realidades compreendem grupos bem menores que ocupam apenas uma parte do espaço, e só tivemos contato com uma seção local de um ou outro dentre eles (HALBWACHS, 2006, p.107)

As principais contribuições de Halbwachs para o estudo da memória está na competência que ele teve em desenvolver e descrever como esses quadros sociais interferem nas construções do passado, o que possibilita um olhar fundamental sobre a memória individual e coletiva. Segundo ele, mesmo que o indivíduo esteja só, para recordar, ele utiliza-se de memórias que não são só suas. Dessa forma, os indivíduos não se lembram por si mesmos, para recordarem eles necessitam lançar mão de uma memória que foi construída a partir da interação entre os indivíduos e os grupos. Somente a partir dos estudos dos quadros sociais da memória, de Halbwachs, foi possível ressaltar o caráter social da memória e que nem mesmo as nossas lembranças mais íntimas podem ser pensadas de forma individualista. Nesse sentido, é possível afirmar que nenhuma rememoração pode existir sem um contexto social e, dessa forma, não podemos negar que a memória é um construto que não pode ser separado da linguagem.

Em “Memória e sociedade”, Ecléa Bosi afirma que a linguagem é um elemento importante na construção desse caráter social da memória, pois todas as trocas, as

vivências, as experiências e as informações que os grupos sociais fazem só possível através da linguagem. Ela afirma que:

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho – situação limite da pureza individual (BOSI, 1994, p. 56)

Além da linguagem há outro elemento que intervém ou interfere na forma como os grupos e os indivíduos colocam em prática suas vivências e memórias. Este elemento é o espaço que com sua materialidade leva, ao mesmo tempo, a nossa marca e a marca dos outros, pois todos os elementos que constituem um determinado espaço (além de serem construídos, transformados, adequados pelos indivíduos) desempenham um papel importante dentro da memória coletiva. Todos os indivíduos, que de uma forma ou de outra, estão ligados ou inseridos a um lugar que foi fundado por seus membros e fundamentado pelas relações sociais. A partir dos estudos de Halbwachs é possível afirmar que toda memória coletiva é desenvolvida num quadro espacial, seguindo meios naturais que contribuem com os indivíduos na conservação do passado. Ele afirma que:

[...]Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um púnico painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-o da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. (HALBWACHS, 2006, p. 106-107.)

A partir da resistência que os costumes locais empreendem na transformação dos seus espaços é que se pode entender melhor como a memória coletiva age nos grupos sociais. Se, a destruição ou o desaparecimento de casas, ruas, bairros, cidades fosse algo puramente acidental os homens poderiam destruir suas casas, suas ruas, seus bairros e suas cidades e reconstruir outras, sem que houvesse qualquer dano ou influência da memória das antigas construções sobre esses locais. Assim, pode-se afirmar que a inserção de um grupo em um determinado espaço, uma vez que se submete às condições e influências desse espaço é também submetido, pois todo lugar recebe a marca de um grupo e é por ele marcado.

Frances Yates (2007) em “A arte da memória” trata da importância e influência que os lugares exercem sobre a vida e a memória das pessoas, criando a expressão “lugares de memória”:

Pode-se deduzir daí que Alberto recomenda exclusivamente o uso de lugares de memória “reais”, memorizados a partir de construções existentes, e não a

produção de sistemas imaginários na memória. E, já que, em sua solução, ele mencionou que os lugares de memória mais “solenes e raros” são os mais “eficazes”, talvez possamos deduzir que o melhor tipo de construção onde criar lugares de memória seja uma igreja. (YATES, 2007, p. 87)

A partir de tal afirmação pode-se entender que os lugares têm uma relação próxima e importante com a memória, pois os lugares são pontos importantes de referência da memória individual e coletiva. Essa importância pode ser vista nas mudanças que os lugares exercem nas pessoas, pois quando há modificações na estrutura e formatos desses lugares elas também acarretam mudanças, importantes, na memória dos indivíduos e dos grupos. Nossa insistência em permanecer em um espaço, quer seja ele determinado ou indeterminado, conhecido ou não se dá porque ele sempre funciona como um ponto de referência, ou seja, é a partir do reconhecimento de pontos, detalhes, referências dos lugares que nós temos a certeza que saberemos nos localizar. É também a partir dessa insistência de permanência, conservação e reconhecimento dos lugares que nossa memória tem a ilusão de que as coisas não mudaram através dos tempos e, assim, encontramos o passado no presente.

Partindo destas constatações é correto dizer que nossa memória terá mais dificuldades em rememorar determinada situação ou acontecimento, mesmo que tenhamos vivido ou presenciado, especialmente, se este estiver dissociado do lugar em que o mesmo ocorreu, mas, por outro lado, se determinada rememoração estiver inserida no contexto em que a situação ou o acontecimento tenha ocorrido nossa facilidade em rememorar será bem mais acentuada, pois é através da estabilidade ou de mudanças não acentuadas que nossa memória tem a ilusão de que nada mudou pelo tempo afora e encontramos, novamente, o passado no presente.

Outro dado interessante que se pode discutir, a partir desses estudos sobre a memória, é a influência que esta recebe dos grupos, classes e indivíduos que a compõem, bem como o caráter ideológico que esses grupos, classes e indivíduos exercem sobre a mesma para depois usarem-na como objeto de luta e poder. É desse embate entre memória e ideologia que se discute ou decide o que deve ser visto, preservado, quais datas receberão atenção para serem lembradas e comemoradas, quais monumentos são de interesse, local, regional ou nacional, quais histórias são consideradas importantes e quais pontos dessas histórias podem ser contados ou divulgados, quais livros serão lidos e adotados. Assim, decidir o que deve ser lembrado ou esquecido faz parte dos mecanismos de controle que um grupo exerce sobre o outro.

Outro ponto interessante apresentado por Yates (2007), é que quando alguém, de forma rápida e imediata, não consegue lembrar-se de algo que aconteceu com certa frequência, esse alguém procura por alguma coisa que o faça lembrar ou encontrar o que esqueceu. Para ela, a lembrança necessita de algo para se apoderar ou que possa servir de ponto de partida para trazer à tona aquilo que se quer rememorar. Assim, lembrar é um exercício que precisa de causas estimulantes. È por essa razão que os lugares desempenham e têm muita importância nos atos de lembrança e rememorações.

Partindo das constatações discutidas e apresentadas, nesse tópico, é possível afirmar que tanto a memória individual quanto a memória coletiva, se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, assim como ela, podem ser negociadas. Tanto a memória individual quanto a coletiva além de guardarem e armazenarem informações essenciais para os sujeitos é também imprescindível na garantia, na harmonia dos grupos e do sentimento de pertencimento, a esses grupos, pelos indivíduos. Enquanto que, para a memória individual e coletiva a oralidade é o principal objeto de troca e seu veículo mais privilegiado, mas não necessariamente exclusivo, para a memória histórica esse objeto é a escrita, pois este é seu principal meio de preservação e comunicação. Desse modo entendemos que não há como negar essa interpenetração entre a memória individual, a coletiva e a histórica, pois a memória individual e a coletiva vivem em um constante embate pela co-experiência e pelos *status* de serem constituídas como memória histórica.

1.1 Arquivo e memória

Desde que o homem passou a construir linguagem e viver em sociedade ele sentiu a necessidade de guardar, armazenar, conservar e arquivar suas lendas, histórias, conquistas e modos de viver. A princípio ele se valeu da própria linguagem em sua modalidade oral, mas aos poucos foi percebendo que só a modalidade oral da linguagem não dava conta de preservar e passar para as futuras gerações tudo aquilo que era necessário para manter a memória desses grupos sociais que, com o passar dos tempos, foi se transformando em sociedades. Assim, ele entendeu que precisava de outros meios e formas para perpetuar os modos de vida e a história da comunidade. Na mais alta antiguidade, ou seja, na era Paleolítica – 40.000 a.C. - ele se valeu de formas simples e rudes como os grafites, as pinturas rupestres, os desenhos na madeira, na pedra ou na

porcelana. Depois passou para formas e modos mais sofisticados como o sistema escrito usando, assim, as conhecidas formas codificadas.

A partir desse uso codificado de guardar a memória o homem constituiu e constitui, até os dias de hoje, toda a base da atividade humana, pois sem os registros da memória, ou seja, sem os arquivos a existência dos grupos sociais, nas formas que nós conhecemos não seria possível. O arquivo também pode ser considerado como o despertador da consciência, pois, nosso corpo também guarda e comporta seus arquivos, seja através do sistema nervoso ou das células, que guardam e carregam consigo o DNA de nossos pais, avós, bisavós que nos foram transmitidos e que nós transmitiremos às nossas futuras gerações.

A definição de memória que encontramos nos dicionários é que esta é a faculdade de reter, conservar e readquirir ideias, impressões, imagens e conhecimentos obtidos anteriormente, para num dado momento ser utilizado. Esse conceito coincide com o de arquivo. Nos indivíduos essa recuperação da memória pode se dar de forma rápida ou imediata, de forma lenta ou imperfeita, mas, seja em um caso ou em outro, o arquivo da memória estará lá, repleto de fatos, acontecimentos, momentos bons e ruins de toda uma vida, para serem utilizados ou não, segundo a qualidade ou necessidade da mesma.

Partindo do conceito que utiliza o corpo como metáfora da memória, passamos a entender ou definir de forma mais completa, o que alguns estudos apontam como memória nacional. Para alguns, ela está guardada, apenas, nos depósitos do saber, definidos como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público e os chamados órgãos regionais, mas, além de estar nesses arquivos reconhecidos, a memória da nação também está nos livros, nos jornais, nas revistas, nas histórias e na história do povo, no trabalho do IPHAN, ou seja, a memória está em todos os órgãos e entidades que, ao longo dos anos, se preocuparam em guardar o contexto histórico da nação. Assim, entendemos que para se encontrar a memória do país não é preciso procurar, o que realmente precisa ser feito, é conscientizar todos esses segmentos sociais para preservar e dinamizar a memória da nação.

Não se pode deixar de afirmar que a sociedade tem necessidade de arquivos, pois seja os da vida pessoal ou os da memória da nação eles podem ser vistos e entendidos como uma condição necessária de se organizar as sociedades, as coletividades, as empresas ou as instituições, com o propósito de manter o funcionamento desses órgãos organizados gerando, assim, o futuro dos mesmos. Dessa

forma, é possível afirmar que a necessidade dos arquivos está fundamentada na necessidade de registro da memória. Sendo assim, eles são vistos por arquivistas e historiadores como lugar de elaboração e conservação da memória individual e coletiva, pois tanto uma como outra, para recordar ou rememorar necessitam lançar mãos dos seus arquivos. Nessa sequência de necessidades chegamos a uma memória registrada, que é denominada pelo fazer arquivístico como sendo resgatável, que serve de base para as exigências das organizações, pois é através dela que essas organizações asseguram suas decisões e sustentam suas operações.

Os estudos de Michel Foucault (2002), apontam para uma definição de arquivo que vai além da soma de textos e documentos em poder de uma cultura, guardados como prova de seu próprio passado, ou como testemunho de uma identidade que é mantida com esse propósito. Para ele, os arquivos também vão além dessa combinação de discursos que as instituições guardam em seus registros:

Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgidos apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas. (FOUCAULT, 2002, p.148).

A partir dos estudos de Foucault, entendemos o arquivo como um conjunto de documentos que têm valor histórico, probatório e informativo que deve ser preservado, pois guarda informações importantes e necessárias para o resgate da memória. Seus estudos nos levam a entender que arquivo é, pois, aquilo que por si só se justifica sem que haja, para isso, uma razão imediata. É também o que pode ser dito num dado momento de discursividade ou o que dá sentido ao que é dito. Para ele o arquivo é; “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados com acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2002, p.149).

Partindo desta perspectiva de Foucault entendemos que o arquivo justifica e fundamenta aquilo que pode ou não ser dito pois, é ele quem faz com muitas coisas que foram ditas há muito tempo permaneçam, tendo sentido e significado enquanto que, outras bem próximas não sejam usadas. Ele ao mesmo tempo em que é garantido pela memória é, também, a garantia dela, não de uma memória consciente e controladora de todas as formas de rememoração, como desejam algumas correntes da psicologia e da pedagogia, mas daquela memória que tem nas tradições, nos aspectos culturais, nas nossas heranças do passado, mesmo que sejam elas anônimas, a responsabilidade por

essas transmissões e tradições. Assim, o arquivo pode ser compreendido e percebido como aquele que faz com que todas as coisas arquivadas e ditas não se transformem em uma massa sem significado ou sentido que, ao sabor de qualquer dificuldade, pode desaparecer. Ao contrário, ele tem um processo de relações que se mantém ou desaparece, segundo o sentido ou significado das coisas fazendo com que tudo que foi dito ou arquivado não recue com a mesma velocidade ou proporção que o tempo.

Para Maria José Coracini (2007), as afirmações de Foucault são importantes porque sustentam que, para que as coisas sejam lembradas se faz necessário que elas sejam esquecidas, pois, é impossível lembrar-se de algo que não tenha sido esquecido. Isso implica afirmar que, recordar é sempre interpretar, é buscar no passado algo que queremos, desejamos ou necessitamos, pois não há memória sem esquecimento, sem busca, sem interpretação de um passado que, a todo o momento se faz presente e, ao mesmo tempo que se faz presente, torna-se outra vez passado. Vale ainda salientar que, para Foucault, o arquivo mesmo estando bem próximo de nós e comportando uma região privilegiada, assim mesmo ele está em um tempo diferente da nossa realidade.

Nos estudos de Sigmund Freud (2001), sobre a memória e o esquecimento, há um consenso de que essa faculdade reprodutiva – memória – é a que mais mostra superioridade sobre as outras faculdades e, também, a que menos sofre ao exercer a função na vida de vigília, pois, para ele, embora uma boa parte dos sonhos possam ser explicados, ou pareçam explicáveis pela memória é ela quem determina o que deve ou deseja que seja esquecido. Ele denomina de vida de vigília todo o processo de vida consciente dos sujeitos. Para ele, o esquecimento é, com muita frequência, determinado por um objetivo inconsciente, e que sempre permite que se deduzam as intenções secretas da pessoa que esquece, pois, se fosse realmente da alçada dos sonhos aliviarem nossa memória das “sobras” das lembranças diurnas, através de uma atividade psíquica especial, nosso sono seria mais atormentado e mais trabalhoso do que nossa vida mental quando estamos acordados.

Esse processo de esquecimento, não como forma de aliviar a nossa memória das sobras, é imensamente grande, pois, o número de atividades e acontecimentos que nossa memória registra como irrelevantes ou de pouco significado é, sem sombra de dúvidas muito grande e, por isso, segundo ele, ela se protege definindo e determinando aquilo que deve ser esquecido. Ele também defende a posição de que, provavelmente,

esse processo de esquecimento das impressões irrelevantes seja conduzido sem a intervenção de nossas forças psíquicas:

Uma prova convincente do fato de que o esquecimento dos sonhos é tendencioso e serve aos propósitos da resistência é fornecida quando se tem a possibilidade de observar, nas análises, um estágio preliminar de esquecimento. Não é incomum que, no do trabalho de interpretação, uma parte omitida do sonho venha à luz e seja descrita como um elemento que esquecido até então. Ora, uma parte do sonho assim resgatada do esquecimento é, invariavelmente, a mais importante; situa-se sempre no caminho mais curto para a solução do sonho e por isso foi mais exposta à resistência do que qualquer outra parte. (FREUD, 2001, p.501).

Ora, esse esquecimento tendencioso, segundo Freud, em nossos sonhos e em nossa vida ativa, ou vida de vigília, servem e são necessários para nos auxiliar nas coisas que consideramos importantes e que nossa memória decide, segundo a nossa capacidade de armazenamento, que nos será útil em um dado momento de nossas vidas.

Outra interessante contribuição de Foucault, sobre o arquivo, e que este está intimamente ligado a nossa memória e a nossa capacidade de seleção e esquecimento, é que não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, pois aquilo que nós deveríamos ou necessitaríamos dizer vem do interior de suas regras e, ele é quem nos dá o que podemos dizer – ele mesmo é objeto de nosso discurso -, com seus modos de esquecimento, aparecimento, historicidade, existência e coexistência. O arquivo ao mesmo tempo em que dar-se por regiões, níveis e fragmentos não pode ser descritível em sua totalidade e é incontornável em sua atualidade. Segundo o autor, o arquivo é um dos responsáveis pelos discursos e pela materialização das práticas discursivas, sendo assim, um dos objetos que desperta as relações de poder com suas práticas insidiosas e escondidas.

Dentro desta perspectiva, entende-se que o discurso ao mesmo tempo em que é poder, é também, instrumento e efeito desse poder, pois assim como pode veicular e reforçar pode também subjugar e excluir. Partindo de outra ótica é possível dizer que o discurso é um dos mais importantes lugares de perpetuação do poder, mas, ao mesmo tempo também pode ser o lugar de resistência – que, diga-se de passagem, se encontra prevista e dissimulada no próprio discurso de poder – a esse poder, pelos sujeitos de uma determinada comunidade ou nação.

Para Derrida (2001), é a partir de uma memória denominada de *arkhê* que podemos abrigar o conceito de arquivo, pois, segundo ele, esse único sentido atribuído

ao arquivo vem da palavra grega *arkheion* que era uma casa, um domicílio, um endereço, uma residência, na qual eram abrigados os magistrados ou *arcontes* que eram guardiões desses arquivos, nos quais estavam contidas as leis e que eles tinham também o poder de interpretá-los. Esse poder depositado nas figuras desses arcontes os transformava em figuras de grande importância na sociedade, pois sob sua tutela, estavam os arquivos e depósitos das leis que eles podiam evocar e convocar. É a partir desse conceito de domiciliação, num conceito consensual de lar ou domicílio que os arquivos nasceram. Dentro desta concepção, o princípio arcôntico do arquivo é também de consignação, isto é, de reunião, pois num arquivo não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo, que possa separá-lo ou compartimentá-lo de modo absoluto. Ele afirma que:

[...] Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a *anamnese* em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo ocupa o lugar quando há falta originária e estrutural da chamada memória. Não há arquivo sem lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior. (DERRIDA, 2001, P. 22).

A partir dessa definição de arquivo compreendemos que os mesmos não existem se não houver uma necessidade de recuperação daquilo que a memória, em sua forma original e espontânea, teria dificuldades em recuperar, rememorar ou reviver por lhe ser exterior. Essa necessidade de manutenção dos arquivos, segundo o autor, nos leva ao que Freud denominou de compulsão de morte, pois, para ele, os arquivos existem por causa dessa necessidade de recuperação daquilo que nos é exterior: “só encontramos aquilo que expõe a destruição e, na verdade, ameaça de destruição, introduzindo *a priori* o esquecimento e a arquiviolítica no coração do monumento. No próprio ‘saber de cor’. O arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo”. (DERRIDA, 2001, p. 23).

Essa noção de arquivo que trabalha, em primeira instância, contra si mesmo nos leva a uma outra concepção do autor de que os arquivos não são somente locais de estocagem e conservação de matérias do passado que existiriam de qualquer jeito, e que nós, mesmo assim, acreditaríamos, mas que eles são importantes fontes de informação, escritura e conservação, pois, ao mesmo tempo que eles produzem também registram os eventos, os fatos e os acontecimentos que serão utilizados em um dado momento futuro. Ele ainda afirma que os arquivos registram nossas experiências políticas nos chamados meios de informação.

Na atualidade, as mudanças e revoluções tecnológicas acontecidas nas formas de escrita e transmissão de mensagens, acontecem também nas formas de se arquivar, promovendo assim, revoluções tecnológicas nas técnicas arquivísticas atuais. Derrida afirma que:

[...] Esta revolução deve sobretudo nos recordar que a chamada técnica arquivística não determina mais, e nunca o terá feito, o momento único do registro conservador, mas sim a instituição mesma do acontecimento arquivável. Condiciona não somente a forma ou a estrutura impressora, mas também o conteúdo impresso [...] (DERRIDA, 2001, p.30-31).

Em “A análise e o arquivo” Elisabeth Roudinesco (2006), diz que, a partir da informação de que todas as coisas estão arquivadas, ditas, anotadas, vigiadas, julgadas fica difícil prescrever a história como um dos processos de criação da memória dos indivíduos e que, dessa forma, ela é substituída pelo arquivo que acaba se transformando em poder absoluto, espelho de si mesmo. Por outro lado, o inverso de todas essas informações, segundo a autora, tem uma tendência de levar a história para uma fantasia ou delírio. Para ela, qualquer que seja a forma do arquivo seja ele interdição do saber absoluto ou interdição da soberania interpretativa do eu, não há como não considerar, que ele mesmo – destruído, presente, excessivo, apagado -, é a condição da história. Dessa forma é possível afirmar que uma obediência cega ao arquivo, a sua positividade e poder absoluto, leva por um lado, a uma impossibilidade da história e, por outro, a uma recusa do arquivo.

Em outros termos, o culto excessivo do arquivo resulta numa contabilidade (a história quantitativa) destituída de imaginação e que proíbe que possamos pensar a história como uma construção capaz de suprir a ausência de vestígios. Quanto à negação do arquivo, de seu peso interiorizado como memória subjetiva, ou como herança genealógica, ela corre o risco de conduzir a um delírio que reconstruiria o espelho do arquivo à maneira de um dogma. (ROUDINESCO, 2006, p. 9-10).

Segundo essa mesma autora, se não há uma ausência de arquivos mais um excesso e, se estes são considerados depósitos do saber absoluto, então há uma necessidade de censura para os arquivos, que se dá a partir de uma sacralização dos vestígios. Assim sendo, os arquivos são os depositários e guardiães da memória, da cultura e dos direitos conquistados aos longos dos séculos pelas sociedades e, se um país tem necessidade de arquivista é porque este também tem necessidades de arquivos, conseqüentemente, este é um país, sem cultura, sem memória e sem direitos conquistados ou a conquistar. Também é possível afirmar que essa memória, ou vestígios dela, guardada e sacralizada pelos arquivos é uma memória resgatável por

estar registrada. A exemplo disso temos os contos, crônicas, poesias, críticas, resenhas, documentos, trechos de livros e romances que serão utilizados a partir de leituras e investigações das páginas do jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus.

Sabendo que essa memória, que está arquivada e registrada, nos arquivos do jornal citado é um processo que tanto pode servir para estudos como para a exigência das organizações, é possível entender que é a partir dessas exigências que essa memória se constitui e se confunde com o próprio arquivo, nesse caso o jornal, a ser preservado, guardado, visitado, analisado, vistoriado, etc. Os estudos que procuram analisar e definir os arquivos, especialmente os permanentes, tendem a defini-los como o conjunto de materiais e documentos que têm valor histórico, cultural, probatório, sentimental, informativo que, por sua importância e singularidade, precisam ser preservados. Dessa forma, entendemos e definimos como documentos de valor histórico e permanente, todos os livros, mapas, jornais, revistas, fotografias, monumentos, documentos ou qualquer outro elemento que sirva de algum modo, para registrar, contar, informar sobre a vida de um povo, lugar ou sociedade e que sejam organizados, por instituições públicas ou privadas, para tal fim.

Também é possível afirmar que, partindo dessas informações, chegamos a uma dicotomia que envolve memória e informação. Tal dicotomia envolve os pares presença/ausência e conhecimento/informação que tem a função de revelar as especificidades dos arquivos. Estes pares são importantes para o bom andamento e funcionamento das sociedades, grupos e coletividades são memórias antes de serem informações, já que a informação tem qualquer coisa de neutra, anônima enquanto que, a memória que está guardada nos arquivos como o “Diário”, são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro.

Para Roudinesco (2006) essa necessidade de informação, que parte dos arquivos, se dá porque os mesmos são as principais fontes de informação dos historiadores para contar e fundamentar a história escrita, pois sem eles essa história não poderia ser contada. Ela afirma que:

O que o historiador exige é um texto: um texto ou um pedaço de papel; de toda forma, deve haver em algum lugar um arquivo alguma coisa que certifique pelo escrito, e cuja falta torna a história impossível. O que não pode ser certificado pelo escrito não pode ser considerado história. (ROUDINESCO, 2006, p. 27).

Para Derrida (2001), as inúmeras definições de arquivo não abarcam a verdadeira importância dos mesmos, pois as nomenclaturas existentes que fundamentam tal definição são pouco confiáveis por não conseguirem definir, separadamente, a funcionalidade e importância dos mesmos. Ele afirma que:

Não se trata de um conceito do qual nós disporíamos ou não disporíamos já sobre o tema do passado, um conceito arquivável de arquivo. Trata-se do futuro, a própria questão do futuro, a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para amanhã. O arquivo, se queremos saber o que isto teria querido dizer, nós só o saberemos num tempo por vir. Talvez não amanhã, mas num tempo por vir, daqui a pouco ou talvez nunca. Uma messianidade espectral atravessa o conceito de arquivo e o liga como a religião, como a história, como a própria ciência, a uma experiência muito singular da promessa. (DERRIDA, 2001, p.50-51).

Dentro desta perspectiva podemos inserir o arquivo como um dos fundadores de algumas ciências relacionadas com o estudo da memória, pois como constatamos nas páginas do jornal “Diário da Tarde”, uma das principais funções do arquivo é guardar a história dos povos, seus nomes próprios, suas línguas, suas genealogias, seus ritos e preceitos religiosos para ser usado, pesquisado, analisado, reverenciado, revisitado e rememorado em um dado momento presente que, a todo instante já é passado e em um futuro que está por chegar, mas que se faz necessário e imprescindível. Isso não leva a concepção de que mesmo os arquivos particulares, no nosso caos o jornal, tem a todo instante uma necessidade de sair dessa esfera particular para uma outra, se não pública, mas que está aberta a historiadores e pesquisadores, para ser submetido a novos estudos e interpretações. Esses métodos de estudos, decifrações e interpretações dos arquivos tanto ajudam na configuração e implicação dos sujeitos no tempo e no espaço, bem como nas maneiras e formas que estruturam esses sujeitos.

Dentre todas as definições, descrições, noções e estudos dos arquivos, fica claro que é quase impossível descrevê-los de forma precisa e definitiva, mesmo que estes estudos se debrucem, exaustivamente, sobre os arquivos de uma sociedade, cultura, época ou civilização. Essa impossibilidade nos leva a constatação de que os arquivos são indescritíveis em sua totalidade além de serem incontornáveis em sua atualidade. Nos estudos realizados no “Diário” comprovamos essas constatações de que os arquivos nunca são estudados ou analisados em sua totalidade, mas sim por fragmentos, regiões e níveis, pois as restrições ao que deve ou não ser analisado, estudado ou pesquisado segue uma tendência desenvolvida pelo estudioso ou historiador, bem como as suas concepções políticas, religiosas ou ideológicas.

Além dessas concepções também percebemos que o arquivo sofre inúmeras influências ou interferências da linguagem, como afirma Bosi² a linguagem tem grande importância e influencia sob a memória, pois é a partir dela que construímos nossos discursos, nossas práticas discursivas e decidimos o que vale ou não, o que pode ou não ser dito, analisado e pesquisado nos arquivos. Dessa forma, não nos é possível ter uma revelação da totalidade dos arquivos porque estamos impregnados de práticas discursivas que fazem parte de nossas formações políticas, religiosas e ideológicas.

Dentro das perspectivas apontadas nesse ponto da dissertação, chegamos à concepção de que o arquivo trás em seu contexto, uma memória materializada, que em um dado instante se confunde com o próprio o arquivo que deve ser preservado. Outra constatação é que, um dos conceitos ou utilidade dos arquivos, é que este é o conjunto de documentos de valor histórico, informativos, probatórios e necessários a boa conservação da história da vida dos povos, das gentes e das sociedades que estes devem ser definitivamente preservados, para que em certo momento, se possa resgatar, através dele, uma memória se não perdida, ao menos esquecida.

1.2 Arquivo e representação

As afirmações de que os arquivos estão intimamente ligados à memória e que são representações que guardam e acumulam documentos, em sua maioria, textuais, como no caso deste estudo o jornal “Diário da Tarde”, em que as discussões se passam em torno de crônicas, contos, poesias, trechos de romances, etc., e que estes são documentos preservados para a afirmação e comprovação de certos objetivos, visando uma utilização que poderão oferecer no futuro, nos leva a entender que o os arquivos têm uma relação indissociável com as organizações que os guardam e os disponibilizam. Essa organização parte de um conceito ideológico que tem um modo de concebê-lo, seguindo regras e critérios determinados por um grupo de profissionais que devem estar prontos e ter condições de manuseá-los. Esses documentos devem seguir uma ordem organizacional, a princípio partindo de um determinado ponto e uma

²Ecléa Bosi afirma em seu livro “Memória e sociedade” (1994, p.56), que a linguagem é o principal instrumento socializador da memória, e que ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual.

organização original, - no nosso estudo os anos de 1931, 1933 e 1935 -, e não de forma aleatória ou fragmentada, pois não existe arquivo que não esteja sob a custódia de um órgão, de uma instituição ou de indivíduos.

Nessa linha de discussão entendemos que os arquivos, lugar em que se guardam, agrupam e ordenam textos e imagens, têm como objetivo central ser um acervo de dados sempre pronto para ser utilizado. Sendo um acervo que guarda a vida, o funcionamento e a história das sociedades, em um passado distante ou recente, o arquivo tem a preocupação e função de selecionar, organizar, segundo a importância destinada a cada um, uma sequência de documentos que podem ser formados por recortes de jornais e revistas, gravação de noticiários, fotos, documentários, etc. Se por um lado podemos observar que a função primordial de bibliotecas e museus é essencialmente cultural, por outro, entendemos que a função dos arquivos é funcional, mesmo compreendendo que este valor cultural exista por ser a base fundamental para o conhecimento da história, essa não é a função primordial dos mesmos.

Ora, se os arquivos existem com a finalidade de montar, organizar e preservar a documentação de determinados órgãos, entidades, grupos ou comunidades, então eles sempre serão compreendidos, vistos e entendidos como desdobramentos da memória desses setores da vida das instituições e sociedades. Desse modo, não dá para vê-los ou entendê-los a não ser como montagem da memória, como construção e recuperação de dados que pertencem a uma instituição ou grupo, no qual é necessário a entrada de diversas modalidades simbólicas ou materiais. O arquivo, assim, seria o lugar em que muitos documentos se cruzariam, unindo material técnico e científico. Nessa perspectiva é possível pensar o arquivo em sua materialidade física, como acervo de objetos, documentos, imagens e textos, como os analisados no jornal, que reclamam, guardam tratam e disponibilizam esses acervos para serem usados em um momento necessário ou oportuno.

A noção de representação tem por base a cultura grega e está ligada ao conceito de *mimesis*. Uma noção de representação que se enquadra, nas concepções levantadas a partir do jornal “Diário da Tarde”, pode ser encontrada no artigo “Sobre a representação”, onde o autor afirma:

A estética platônica tem seu fundamento na própria acepção do termo representação. Representar etimologicamente tem origem grega e nos traz a significação de re-presentar. Presentar = tornar presente; re = repetir;

representar = tornar presente de novo, repetir a presença. Assim, algo representado no sentido mais elementar é trazer de volta algo já existente [...]. (CARMO, 2011, p.180).

Assim, o termo representação, no âmbito contratual, associa-se à figura do repetir, do trazer de volta ou à tona algo que já existe. Para o nosso estudo é preciso definir, especialmente, dois tipos de representação: o primeiro diz respeito as representações internas que estão ligadas aos dispositivos dos processos informativos, ou seja, as representações mentais; o segundo discursa sobre as representações externas, chamadas de representações públicas. Nesse conjunto de processos e representações, sejam as intras ou inter-subjetivas entendemos que as representações interna dos sujeitos ou, de apenas um sujeito, de uma forma ou de outra, afetam e interferem nas representações externas de outros sujeitos através das modificações de seus ambientes comuns, seja esse um ambiente letrado ou não.

A partir desse estudo é possível comprovar como as representações de um sujeito podem interferir nas de outros sujeitos partindo da importância dada ao fundador/redator do jornal “Diário da Tarde”, Francisco Dórea, por sua condição de ser um dos poucos intelectuais da região. Dórea é lido, ouvido e respeitado por todos que convivem com ele, não apenas por sua condição de intelectual, mas sim por tudo que ele representa para uma sociedade de pessoas pouco letradas, que têm na riqueza da região e, não nos estudos e escolaridade, seu ponto forte.

Em “A memória, a história e o esquecimento” Paul Ricoeur (2007), nos leva a entender que a memória usa de intencionalidades para nos ligar a certos aspectos da mente, para tal, ele usa os termos gregos *mnéme* e *anámnesis*. Esses termos significam ter uma lembrança ou ir em busca dessa lembrança. Para Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), o termo *aporía* remete a um problema lógico, uma contradição, um paradoxo nascido da existência de raciocínios igualmente coerentes e plausíveis que alcançam conclusões contrárias. Para ele “a memória é do passado”, portanto é possível afirmar que ela é uma coisa ausente, ocorrida antes, mas, que tem um papel decisivo em todo o percurso dos textos e da história.

Ricoeur afirma que:

Para evocar o passado sob formas de imagens, é preciso poder abstrair-se da ação do presente, é preciso atribuir valor ao inútil, é preciso poder sonhar. Talvez o homem seja o único ser capaz de um esforço desse tipo. Ademais, o passado ao qual assim remontamos, é lábil, sempre pronto de nos escapar,

como se aquela memória regressiva fosse contrariada pela outra memória, mais natural, cujo movimento para a frente nos leva a agir e a viver. (RICOUER, 2007, p.67)

Partindo dessa concepção do autor é possível identificar dois tipos de memória; uma que revê, ter uma lembrança, e outra que repete, ir a busca dessa lembrança. A primeira, a que revê, está em estado puro, guardada em um arquivo ou compartimento, - nossa memória, - sempre disponível para ser resgatada, revisitada ou rememorada. A segunda, a que repete, e essa nos interessa mais que a primeira, pois é a partir dela que nos debruçamos sobre os textos do jornal para entendermos como agiam, pensavam, escreviam e se posicionavam politicamente e ideologicamente, os homens que faziam parte da imprensa desse início de século XX, na região sul da Bahia e que escreviam no jornal “Diário da Tarde”, será sempre permeada de outros fatos que a contaminarão nessa nova representação e, jamais poderá ser tida, vista ou rememorada em estado puro. Não há memória que, ao ser revisitada, rememorada, seja encontrada mais em estado puro, pois toda rememoração é contaminada pelas marcas do sujeito atual que as faz.

Outro aspecto importante nesse estudo da memória é a distinção entre memorização e rememoração. A memorização se dá pela necessidade de se aprender, guardar ou fixar, das mais variadas maneiras, métodos, habilidades e formas de como se pode ou deve armazenar esses saberes, fatos e acontecimentos para em outro momento poder utilizá-los num processo de rememoração. Partindo deste ponto de vista, pode-se considerar a memorização como uma das formas da memória-hábito, na qual o principal processo é especificado pelo caráter construído nas maneiras de aprender que visa uma efetuação fácil dessas formas de aprendizado. A rememoração, por outro lado, se dá pelo retorno a esse fato, acontecimento ou saber que foi guardado com a intenção de ser útil num tempo futuro. Ou seja, com ela enfatiza-se o retorno à consciência despertada por um acontecimento, reconhecidamente, como vindo do passado e, que, ela – a memória – declara tê-lo sabido, sentido ou reconhecido nesse momento presente.

Em seu artigo intitulado de “Artefatos de memória e representações nas mídias”, Luis Carlos Lopes define os artefatos de memória como:

O que chamamos de artefatos de memória seriam informações contendo algumas significações (implícitas e explícitas) possíveis de serem detectadas como marcas/vestígios, em emissões das mídias nos gêneros de ficção, humorismo e jornalísticos, em especial, os que enfocam temas específicos de natureza histórica e social. Estas significações, presentes nestes discursos,

basear-se-iam em fatos e processos identificáveis como 'históricos'. (LOPES, 2002, nº 7).

Essa definição dos artefatos de memória nos interessa, porque segundo o autor, as mídias são as principais produtoras desses artefatos e, dentre elas, estão os jornais e as revistas que são os mais socialmente visíveis. Essa importância dos jornais os faz peça de fundamental significado e importância na vida presente das sociedades, pois, além de transmitir informações eles também são elementos de representação de determinados elementos retrospectivos da vida econômica, política, religiosa e social, como era o “Diário da Tarde”, fundado na primeira metade do século XX, para a sociedade de Ilhéus e região do cacau.

Outro fator que pode ser considerado de grande importância, a partir da instauração e construção das mídias que são consideradas mais importantes, é que estes artefatos, antes de tudo, são construções ideológicas que representam e remetem a um passado que ora está distante, ora está bem perto do presente, e que estes também seguem um determinado *locus*, mas, para que tenham significado e importância precisam ser revisitados e rememorados. Para Lopes há um certo exagero, ou até mesmo um abuso dos conceitos de memória, ele afirma que isso se dá a partir do debate instaurado pelas ciências sociais, pois na maioria das vezes esse conceito tende a substituir outros como ideologia, história, cultura, crenças, discursos, arquivos, percepções coletivas e individuais. Essa importância, que muitas vezes pode a te ser considerada exagerada, advém das várias formas e ângulos pelos quais se procura entender o papel da memória na construção das mentes humanas e o papel social que as mesmas desempenham na construção das sociedades.

Para Yates (2007), a definição da memória como uma ciência ou arte que pode ser aprendida e praticada vem acompanhando os homens, pelo menos, nos últimos 2.500 anos. Segundo a autora, a primeira versão comprovada de uso da memória se deve ao poeta Simônides que reconheceu os corpos dos convidados do nobre Scopas que morreram após o desabamento do teto do salão em que estavam sendo homenageados. “Essa história exemplar de como Simônides inventou a arte da memória é contada por Cícero em seu *De oratore*, quando discute a memória como uma das cinco partes da retórica”. (YATES, 2007 p. 18).

Nessa linha de pensamento entendemos, como afirma a autora, que existem dois tipos de memória, uma que segue um percurso natural da vida e está inserida em

nossas mentes, sempre pronta para ser utilizada, esperando apenas que nossos pensamentos necessitem ou recorram a ela para que seja “ativada, essa é a memória natural. A outra, denominada de artificial, pode ser treinada, ajudada a se tornar ampla por uma série de exercícios e treinamentos. “Uma boa memória natural pode ser aprimorada por essa disciplina, e pessoas menos dotadas podem ter suas memórias fracas melhoradas por tal arte”. (*op. cit.* p. 21). Para ela um dos exercícios que ajudavam na forma de se aprimorar essa memória artificial era relacioná-la às imagens e aos lugares, pois as imagens e os lugares são ser considerados como um *locus* fácil de ser gravado ou apreendido pela memória.

Na antiguidade, tanto a memória natural como a artificial, era algo determinada como um presente dos deuses para aqueles mais inteligentes ou merecedores. Esse presente, dado pela deusa Mnemosine³, tinha como base fundamental ajudar os pobres mortais a não esquecerem, partindo daí a concepção de que memória e esquecimento é parte de uma mesma equação difícil de ser separada. Na atualidade chegou-se a uma concepção de que não há como se manter uma memória pura e cristalina, da forma exata como aconteceu, pois, memória é representação e, portanto, parte do esquecimento. Ora, ao ser retomada a memória é também rememorada e, para conseguirmos a aproximação mais consistente do que ocorreu, temos que interpretar o testemunho, confrontá-lo com outras fontes e compreendê-lo à luz das condições de sua criação.

Partindo de uma concepção de Ricouer (2007), a memória sempre será influenciada pelo imaginário e, essa parte dos estudos da memória nos interessa porque é a partir do imaginário que procuramos entender como os fatos, os acontecimentos, a posição e influência dos intelectuais da região, dos escritores, dos redatores, dos cronistas, etc., eram importantes para a construção do imaginário de uma sociedade no início do século passado, envolvida em tantos acontecimentos como uma guerra mundial, uma semana de arte que tendia ao rompimento de todas as linhas de pensamento sobre a música, a pintura e

³ A deusa **Mnemosine** ou **Mnemósine** (já citada na primeira parte dessa dissertação), era uma das Totânides, filha de Urano e Gaia, é considerada a deusa que personificava a Memória. Ela teve de Zeus as Nove Musas, por isso era também considerada mãe das musas, que eram todas relacionadas com a vida cultural dos mortais: Calíope (Poesia Épica), Clío (História), Érato (Poesia Romântica), Euterpe (Música), Melpômene (Tragédia). Polímnia (Hinos), Terpsícore (Dança), Tália (Comédia), Urânia (Astronomia). Era aquela que preserva do esquecimento, partindo daí a noção de que não se pode dissociar a memória do esquecimento.

literatura, que esse imaginário é quem torna este conceito vulnerável, pois a memória é vista, nesse sentido, como um passado que é construído e transmitido por imagens e representações. Segundo o autor essa manipulação da memória, ou seja, a utilização deliberada do esquecimento se opera através do caráter seletivo da própria memória, pois é através da seleção da lembrança, que passa essencialmente a instrumentalização da memória.

Para relacionar a memória como arquivo e representação, voltamos aos conceitos de Halbwachs (2006) afirmando que nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcam a história coletiva, influenciado assim, nas lembranças que pertencem a memória individual. Cabe aqui uma distinção entre comemoração, trabalho coletivo de construção de uma memória coletiva e, rememoração, parte de elaboração de um processo individual.

Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. (HALBWACHS, 2006, p.71-72).

Comemorar, segundo Marialva Barbosa (2007), significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal. Segundo ela, a escolha de uma data para se comemorar constitui uma estratégia memorável em torno da qual se elaborará uma sociabilidade (em torno do jornal) e uma pedagogia (sobre como usá-lo).

Nesse sentido, as datas podem ser consideradas monumentos de memória. No jornal “Diário da Tarde” essas comemorações ganham significado e importância nas publicações de datas festivas, novenas, trezenas, como veremos no capítulo que trata do jornal de Ilhéus como lugar de memória.

Esse termo, lugar de memória trazido da antiguidade por Frances Yates, é retomado por Pierre Nora em seu estudo “Entre memória e história”, publicado na revista Projeto de História no número 10 da PUC - São Paulo. Assim como Yates, Nora afirma ter tomado emprestado de Cícero, em seu *De oratore*, a figura retórica do *locus memorie*, na qual se associa a um lugar, uma ideia, transformado-o em um símbolo ou um

lugar de memória. Como Simônides fez, ao ser salvo pelos gêmeos Castor e Pólux, para lembrar e reconhecer os rostos e os nomes dos convidados do nobre Scopas. Este *locus* pertence claramente ao domínio do ideal e, por isso, é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos, vestígios e materiais do passado.

O lugar de memória pode ser concebido como um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional. Na apresentação do trabalho, Nora oferece uma definição: “Lugar de memória: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (1993, p.07). Outra definição sua para os lugares de memória, é que estes são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram, a função de alicerçar memórias coletivas e são simbólicos, nas quais essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, os lugares de memória, lugares carregados de uma vontade de memória, de simbologia e de representações.

Sendo antes de tudo, segundo o autor, restos do que se secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, no qual se valoriza o mais novo que o antigo, o mais jovem que o velho, mais o futuro que o passado, esses lugares são mantidos pelos artifícios de uma vontade coletiva, atrelando, assim, a memória como um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente, que não se acomoda a detalhes que a confrontam, pois se alimenta de lembranças, por mais que pareçam vagas, sejam elas particulares, coletivas ou simbólicas.

Ao afirmar que a memória sempre emerge de um grupo e que há tantas memórias quantos grupos existentes, Halbwachs (2006), induz a concepção de que ela, ao mesmo tempo é múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada. Assim, ela se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Nora afirma que:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Partindo destes conceitos de Nora, podemos inserir o jornal “Diário da Tarde” como arquivo de memória, representação e, rememoração que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. Para ele, o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar. “A memória de papel” tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação, bancos de dados. Nesse cenário, jornais como o “Diário” têm fundamental importância, pois tanto são arquivos daquilo, que aconteceu como são fontes seguras dos fatos, acontecimentos de toda uma época movida pelas convulsões sociais, políticas, religiosas, culturais.

Os conceitos de memória coletiva e lugares de memória também serão aplicados no segundo e terceiro capítulos desse trabalho, nos itens que tratam do jornal como lugar de memória e, do jornal, como texto fundador; seja no âmbito do jornalismo nacional ou regional.

II – JORNAL – LUGAR DE MEMÓRIA.

Neste segundo capítulo serão discutidas as noções do jornal como lugar de memória, tendo por base os estudos de Pierre Nora, a imprensa e o jornal como arquivo de memória e como os jornais foram, durante uma boa parte do século XX, considerados mais importantes que os livros. Muitos destes conceitos e noções também serão discutidos no terceiro capítulo que trata, especificamente, do jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus.

Uma das características dos jornais nessa primeira metade do século XX é que eles têm caráter essencialmente opinativo, não que em suas páginas não se tratasse da notícia, mas porque a maneira como eram tratadas e apresentadas era diferente. As reportagens fossem elas políticas, religiosas, econômicas ou literárias que eram tratadas nos jornais recebiam uma carga ideológica de seus donos e redatores e eram mais literárias que informativas, pois eram repletas de adjetivos e elogios. Era muito comum e permitido pelos donos de jornais e seus redatores que a notícia antes de ir ao ponto fundamental sofresse inúmeras digressões, muitas vezes elogiosas, por parte do jornalista ou escritor, pois muitos que publicavam nos jornais eram médicos, advogados, comerciantes, religiosos, etc.

Outro fator importante é que os jornais oposicionistas usavam os primeiros parágrafos das matérias que estavam relacionadas com a política e a violência para atacar ou dar “indiretas” na política de segurança do governo, para só então, no final da reportagem levar o leitor a descobrir quem foi o assassino, onde foi o local do crime, o porquê, etc. assim, percebemos que não havia imparcialidade na maioria das matérias publicadas, o que não significa dizer que haja nos dias atuais.

A polícia activa

1931 não trouxe novidades, felizmente

Felizmente o *anno* bom da polícia foi bom, realmente, desta vez, aliás, muito ao contrário de toda *espectativa*, pois os dias de muita animação na cidade sempre dão *logar* a casos mais ou menos lamentáveis, em consequência mesmo dos excessos do júbilo popular.

É verdade que o policiamento foi rigoroso e as autoridades estiveram sempre *activas* no serviço de vigilância e na manutenção da ordem, não se registrando nenhum incidente de importância nem qualquer anormalidade grave na cidade, decorrendo, na melhor harmonia, as festas de *anno* bom em toda parte. (DIÁRIO n° 840 de 02/01/1931).

Na primeira edição do ano de 1931, do jornal “Diário da Tarde” página um, é possível comprovar essa forma retórica ou até literária de uma notícia policial sobre os acontecimentos das festas de ano novo na cidade de Ilhéus. O uso de adjetivos e termos que enfatizam e elogiam a ação da polícia são a base da reportagem.

Dependendo da época ou sociedade na qual está integrada, os conceitos de memória sofrem mudanças. Na antiguidade era um presente dos deuses dado a alguns poucos mortais para ser guardada, usada e interpretada segundo as necessidades dos líderes e das sociedades. Depois passou a ser compreendida, estudada e interpretada seguindo a concepção de filósofos e, nos dias de hoje segue uma tendência dos estudos de sociólogos, filósofos e historiadores, dos quais destacamos, nesse estudo, os franceses Jacques Le Goff (1996) e Maurice Halbwachs (1990).

Le Goff afirma que, ao mesmo tempo em que existem vários segmentos sociais, numa mesma civilização, há também várias formas de se viver dentro dessa civilização. Suas contribuições nos levam a entender que, mesmo havendo uma multiplicidade de representações, nos é possível entendê-las porque o tempo carrega consigo uma série de fatores que são construídos historicamente e, que dentre eles está o discurso ideológico, pois mesmo nas sociedades sem escrita a memória era preservada por meio da oralidade, através dos mitos de origem. Esses mitos são preservados pelas sociedades e civilizações de acordo com a carga ideológica dispensada a cada um. Nas civilizações africanas essas ideologias levam as marcas das religiões tradicionais, dos chefes de

famílias e das anciões das comunidades envolvendo ensinamentos, práticas e rituais, além de refletir concepções para elevar o encontro dos cidadãos com o cosmo, elas são definidas em grande parte por linhagens étnicas e tribais.

Com o passar dos tempos as sociedades e civilizações foram se tornando mais complexas, mais exigentes e se faz necessário a criação de novos métodos e técnicas de conservação e preservação da memória. Entre essas técnicas estão a comemoração, a rememoração, o monumento escrito, as instituições memorativas, as bibliotecas, os museus, os arquivos, etc. Outro fator que alterou esse novo papel desempenhado pela memória é o surgimento da imprensa, pois, a partir do surgimento desta, tudo aquilo que era passado de forma oral e por poucos escolhidos, passa a ser preservado em arquivos e consultado por todos aqueles que dominavam o código escrito.

Para Halbwachs (2006), é através dos contextos sociais, que podemos discorrer sobre o problema da rememoração e da localização das lembranças, pois são estes contextos que nos servem de base para a reconstrução da memória. Para ele os lugares de memória são definidos por lugares fixos e por grupos sociais que se preocupam em preservar e ativar as lembranças e memórias, que só são constuídas se os indivíduos estiverem em contato uns com os outros numa mesma sociedade ou grupo social e, que ao se separarem, nem os indivíduos nem os grupos podem reproduzir o teor do pensamento antigo.

Segundo ele, na atualidade as sociedades são caracterizadas pela sua ausência ou perda de memória e pela não-construção de uma história linear, seja ela de seu sistema individual ou coletivo, pois, muito se discute sobre essa temática e fica cada vez mais difícil contar uma história, quando ela não está registrada portanto, não se tornou memorável, visto que, na atualidade, a ideia de memória soma-se ou acrescenta-se a de preservação ou conservação. Nos últimos tempos essa ideia ganha força face a instabilidade e brevidade das coisas. Um exemplo dessa brevidade e rapidez pode ser vista na segunda metade do século XX e início do XXI. Nunca se destruiu tanto em nome do progresso, nunca foram construídas tantas coisas para não durar. No entanto, essa preocupação com a possibilidade de preservar a memória, implica em uma nova concepção do tempo e da história.

Com a ascensão da burguesia, o surgimento da imprensa e a era da informática muitas mudanças foram acontecendo na vida dos seres humanos e das

sociedades e, as estratégias de mercado vão aos poucos ocupando os espaço das causas públicas e os valores éticos, construindo, assim, as representações da realidade ao mesmo tempo em que constrói transformam a imprensa em um produto industrial.

O filósofo alemão Jürgen Habermas (2003), mostra como essas transformações, também apontadas por Halbwachs, vão sofrendo modificações ao longo dos tempos. Ele cita como exemplo a ideia de cidadania que era tratada nas praças de Atenas e as noções de mercado dos tempos atuais que estão sendo consolidadas pelas práticas de publicidade e leis de mercado. Nessa perspectiva de mudanças está inserida a mídia, tendo a imprensa como parte dela, que assumiu a privilegiada condição do debate público, pois nos tempos atuais as representações tendem a substituir a própria realidade.

Na primeira metade do século XX as preocupações com a possibilidade de preservar a memória implicavam em uma nova concepção de tempo e de história. As notícias de jornal, apesar de ter caráter opinativo, eram recheadas de adjetivos e, quando tratavam de pessoas ilustres, faziam reverências e elogios à pessoa de que tratava a matéria.

Os nossos confrades

Ranulpho Oliveira visita o <<Diário da Tarde>>

Nos últimos dias, o <<Diário da Tarde>> foi distinguido com a visita do ilustre confrade bahiano, Ranulpho Oliveira, redator-chefe do Vespertino <<A Tarde>>, da capital do estado, e presidente da Associação Bahiana de Imprensa.

Trata-se de um profissional dos mais capazes, pelo zelo e pela inteligência, e uma das figuras mais prestigiosas do jornalismo bahiano pela compreensão da solidariedade de classe que o situa na vanguarda de todos os movimentos superiores dos homens de imprensa na Bahia. (DIÁRIO nº 2.017 de 03/01/1935).

Essa reportagem sobre a visita que o redator chefe do jornal “A Tarde” de Salvador fez ao jornal “Diário da Tarde”, de Ilhéus, do dia 03 de janeiro comprova como as matérias além de ter caráter informativo tinham caráter literário e eram recheadas de adjetivos. O “Diário” foi fundado em 10 de Fevereiro de 1928 e, além de manter a sociedade informada sobre as visitas dos ilustres representantes da capital e de outros estados, pois eram considerados importantes aqueles que tinham uma posição privilegiada ou respeitável e, ser redator de um jornal da capital era uma posição desejável, os jornais também faziam previsões do tempo, descrevendo em detalhes e de forma literária as condições climáticas e como se comportaram os elementos

atmosféricos durante aquele dia, diferentemente das formas de apresentações que encontramos hoje nos jornais que lemos, onde a previsão é feita para um dia, uma semana, um mês, englobando as cidades, estados e até o país. É lógico que para se fazer previsões cada vez mais exatas dos dias que chove, onde chove, quanto chove há o resultado de um sofisticado e desenvolvido conhecimento técnico e científico que não tínhamos no início do século XX, mas o que se quer enfatizar aqui é mais o caráter poético, literário e rebuscado de adjetivos da notícia que seu foco tecnológico.

Partindo dos conceitos de Halbwachs (2006), de que a história tem um lado vivo e um lado escrito é possível afirmar que a história não é tudo o que resta ou sobrou do passado, pois como poderia ela dar conta da parte oral da vida das sociedades ou, até mesmo, relatar todos os fatos, acontecimentos, conflitos, preceitos, festas, nascimentos, casamentos, mortes e rituais das sociedades ágrafas que se utilizavam da memória dos mais velhos para perpetuar sua história e suas tradições. Por outro lado, segundo ele, a escrita também não pode dar conta de todas as dimensões do vivido, pois não consegue captar emoções, sentimentos, traços do passado. Ele enfatiza: “Mas, basta que a atenção se volte para esse lado, para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais um lugar”. (HALBWACHS, 1990, p.68).

Dentro desta concepção de história, Halbwachs sentencia a dissociação entre história e cotidiano, deixando de referenciar as articulações possíveis entre estas. Nesse sentido, o jornal, e aí inserimos o “Diário da Tarde”, aparece apenas como lugar de memória da nação, pois em nossas sociedades nacionais tão vastas, muitas das existências se desenrolam sem o contato como os interesses comuns daqueles que leem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos. Ele situa os jornais enquanto documento para os pesquisadores, mas critica o fato de estes esperarem que o grupo desapareça para que posteriormente busque referências ou rastros que subsistem em textos oficiais, nos jornais da época, como no nosso exemplo a primeira metade do século XX, e na memória escrita no período. Essas afirmações levam à concepção de que a memória se contrapõe a um tipo de história que quer ser representante do real, mas que nem sempre pode responder ou dar conta das perguntas feitas ao passado, já que essas perguntas exigem respostas que partam de determinadas reflexões e interpretações.

É a partir dos estudos da chamada *Escola de Annales*, da qual fazem parte estudiosos e historiadores que se ligaram aos estudos da memória como Braudel, Jacques Le Goff e Pierre Nora que encontramos uma nova concepção de história e dos estudos sobre a memória. Outra contribuição considerada importante, parte dos estudos sociológicos de Halbwachs e das suas afirmações de que as relações entre memória e história estão no fato de chamar atenção para o tempo longo, o tempo da memória, que é visto como lugar do conjunto e não se confunde com a sucessão de acontecimentos que ocorrem em seu interior.

Pierre Nora adentra-se nessa diferença entre memória e história, tratando da historicidade desse debate, afirmando que o conceito de aceleração da história possibilitada por fenômenos de características mundiais, tais como as guerras, as revoluções modernas se dão pela rapidez dos meios de comunicação. Segundo Nora esta aceleração provoca mudanças incessantes e a ameaça do esquecimento é mais evidente. Essa situação leva a uma obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos, em suma, pela história, impelindo a criação do que ele chama de lugares de memória. Ela diferencia dois pontos da história que chama de história-objeto e história-conhecimento, reconhecendo que esta última se contrapõe a memória. A memória, segundo ele, nunca deixará de ser um processo vivido, conduzido por grupos vivos e sociedades que se mantiveram ao longo dos séculos; já a história conhecimento é vista a partir do distanciamento, do registro, da crítica e da reflexão. Por outro lado, com a idéia de aceleração, a história-objeto torna-se mais rápida, pois a duração do fato é a duração da notícia e o novo que é produzido incessantemente conduz as vidas, criando a sensação de hegemonia do efêmero. Dessa forma a memória torna-se eternamente contemporânea.

Outro ponto interessante dos estudos de Pierre Nora são os lugares de memória que ele define como lugares em todos os sentidos do termo, estes vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre, pois mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Para ele mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, como o que se faz em Hiroshima e Nagasaki em memória das centenas de mortos da Segunda

Guerra Mundial parecem o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre: é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número ou uma maioria que deles não participou.

Nora também define esses lugares como monumentos, personagens, museus, arquivos, símbolos, eventos de instituições, mas também afirma que os mesmos só podem ser caracterizados como lugares de memória se possuir uma vontade de memória e se tiverem em sua constituição ou origem uma intenção memorialista que garanta sua identidade. O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobre determinação recíproca, sem essa vontade os lugares de memória são, apenas, lugares de história. Ele anos adverte a sempre lembrar que memória e história não são sinônimas e que as mesmas se opõem em tudo. A memória é aquilo vivido e sua reconstrução intelectual é a história. Essas reflexões permitem uma associação ente jornalista e historiador, possibilitando assim, entender o jornal como lugar de memória, um lugar repleto de hibridismo, onde é possível encontrar e relacionar a vida e a morte, o tempo e a eternidade, dentro de um mesmo sentimento que envolve tanto o sagrado quanto o profano, o móvel e o imóvel.

Ela afirma que:

Porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os trona apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 19993, p.23).

Os jornais, dentro das concepções de Nora, são evidenciados como lugar de memória porque tanto servem ao pesquisador como ao historiador, pois neles é possível se perceber as dimensões de um fato vivido em determinada época e, como esse fato pode ser interpretado, rememorado e revivido a partir do conteúdo que é veiculado pelo mesmo. Seja através dos textos, como as crônicas, os romances-folhetins, as poesias ou os contos; ou das fotos (cujas impressões passaram dos antigos e pesados negativos de vidro, às leves imagens enviadas por satélites).

Os lugares de memória, para Nora, são lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora; são lugares funcionais porque têm ou adquirem a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde a memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Portanto, eles não podem ser constituídos como tal se não tiverem uma construção histórica que desperte interesse por seu valor documental, como o jornal “Diário da Tarde” ou serem monumentos reveladores de processos sociais, de conflitos, de paixões ou de interesses.

Ao se destacar entre os periódicos da região, no início o século XX, o “Diário da Tarde” se consolida por ser um jornal que publica notícias que vão desde anúncios de alfaiates, cursos de corte costura, informes publicitários, prestação de contas, atividades do governo, notícias de outros estados, do país e do mundo, além de textos literários de autores que hoje têm projeção nacional e mundial e de outros que não são nem identificados, pois, publicavam com pseudônimos. Essas publicações literárias, especialmente na década de 30 do século XX, são de escritores como Adonias Filho, James Amado, Jorge Amado, Jacinto Gouveia, entre outros, e os textos em sua grande maioria são crônicas, críticas, contos, poesias, etc. Essas publicações literárias saem sempre na página dois do jornal ao lado de anúncios e informes de interesse da região. Nos dias em que o jornal não publicava um texto literário nessa página ele trazia matérias e informes, geralmente, de interesse local ou sobre acontecimentos de relevância nacional ou mundial.

Outra característica do “Diário da Tarde” é publicar reportagens de caráter informativo, tendo por objetivo traçar um conceito de natureza ideológico, visto que, numa sociedade de classes, a ideologia que prevalece é sempre a da classe dominante, especialmente em uma época e região em que o poder dos frutos de ouro do cacau e dos coronéis exercia grande poder sobre as classes menos abastadas da população, pois é essa ideologia que, através do usufruto do poder dá nome e sentido as coisas, buscando conformar os homens à intelectualidade do sistema, para garantir a sua preservação e reprodução.

As relações de poder são uma das formas de se constituir a memória, pois é através dessas relações que se constrói a identidade dos grupos e das sociedades, pois não há construção de identidade se não houver confrontos e relações dos seres uns com

os outros. Assim, é a partir do momento em que se dão os confrontos entre a memória individual e a memória coletiva que se pode mostrar que memória e identidade são valores disputados e conquistados em conflitos sociais e intergrupais. Um dos papéis da memória é manter determinada coesão social em benefício do grupo a que esta pertence e, este papel se sustenta sempre do material fornecido pela história que pode ser ou não guiado pelas preocupações de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las.

O jornal “Diário da Tarde” funciona como importante lugar de memória da contemporaneidade porque está inserido dentro de um contexto de midiatização, pelo qual atravessa nossa sociedade e os meios de comunicação. Estes lugares de memória são essenciais no trabalho de enquadramento de diversas memórias em conflito e a mídia então passa a ser vista como um importante agente dessas configurações e transformações. A importância dos meios de comunicação pode ser vista no papel que os mesmos desempenham, como principais agentes de enquadramento dos acontecimentos do presente e do passado. Esses acontecimentos precisam ser salvos e estarem guardados, pois é através deles que se realizam ou realizarão as operações da memória que precisa de testemunhas autorizadas, tais como o jornalista que é mediador entre o fato e o leitor. Esses jornalistas têm papel importante nas configurações da memória, pois é a partir daquilo que eles definem que devem ou não ser noticiado que se valoriza alguns elementos em detrimento de outros. Assim é possível afirmar que a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido. Esta construção dos acontecimentos, pautado pela mídia, parte sempre de parâmetros ideológicos que nos remetem à questão do poder.

O papel mais saliente da ideologia é o de cristalizar as “feridas” de uma sociedade, fazendo-as passar por naturais. No “Diário da Tarde” é possível comprovar isso, visto que, como no exemplo que segue abaixo, os textos que substituem os textos literários são de caráter político ou religioso. A política no início do século em nossa região era uma atividade forte exercida por políticos que tinham força e grande poder econômico, poder esse provido pelos frutos de ouro do cacau, além de terem seus eleitores submissos pelo medo e pela dominação, o que ficou conhecido por muito tempo, especialmente no Nordeste, como a política do voto de *cabestro*. Já os textos religiosos, publicados em substituição aos literários, também tinham muita força ideológico, pois, nessa época a religião exercia poder e domínio sobre seus fiéis rezando

missas com o padre de costas para os mesmos e em latim, língua que não era dominada por quase ninguém da região.

Memórias

Estão na moda as <<Memórias>>. Cada escritor notável, lança para o papel os fatos curiosos ou não de sua vida, para evitar que após a sua morte, a *indiscreção* dos <<admiradores>> conte o que não é para contar e esqueça o que não é para esquecer...

Três notáveis <<Memórias foram entregues ao público, nestes últimos tempos: a de Humberto de Campos, a de Medeiros e Albuquerque e a de Rodrigo Octavio.

A do primeiro, bem cuidada num estilo literário, cuida de sua vida, em particular, com *minúncias* curiosas, em estudos psicológicos admiráveis.

A de Medeiros e a de Rodrigo Octavio, cuidam mais... dos outros. Aliás, o grande paulista, nomeou o seu livro <<Minha memórias dos outros.>>>

O interesse porém, é que ambos, Medeiros e Rodrigo Octavio, *focalisaram* no seu livro, segundo suas recordações, algumas figuras de nossa história. Prudente de Moraes, por exemplo. E cousa curiosa, esse confronto; cada um o viu de *geito* diferente.

Rodrigo Octavio, secretario particular de Prudente, conta o presidente de um modo. Medeiros de outro... Um elogia, outro censura. Um procura elevar, outro mostra os defeitos...

E o leitor, embasbacado, não sabe para onde ir: se com Medeiros, se com Rodrigo... E Prudente fica nessa balança, subindo e descendo, segundo a opinião dos leitores de Medeiros ou de Rodrigo.

Triste *cousa* essa, de *Memórias*... (DIÁRIO n/2.039 de 29/01/1935).

As notícias do “Diário” nesse período da história eram configuradas pela importância política, religiosa, conceitual que o assunto ou personagem tinham no momento, como é o caso dessa publicação dos livros de memórias sobre a vida de Humberto Campos, escrita por ele mesmo e da vida de Prudente de Moraes pelos escritores, Medeiros e Albuquerque e Rodrigo Octavio.

Para Nora o que nós chamamos de memória nada mais é que:

[...] a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A “memória de papel” da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados, arquivos públicos, arquivos de jornais, etc. Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que se dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. A medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p.15).

Partindo dessas novas necessidades o sagrado investiu-se no vestígio que é a sua negação, sendo assim, impossível de se prejulgar aquilo de que se deverá lembrar. Vem daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação

indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória ligado ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória. Os jornais passam a ser constituídos lugares de memória, não porque são melhores, maiores ou piores que outras fontes de informação, mas porque eles complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória. Independente do valor desigual dos textos e gênero, os jornais, têm suas constantes e suas especificidades e isso implica num saber de outras memórias, num desdobramento do homem de escrita e do homem de ação, na identificação de um discurso individual com outro coletivo e na inserção de uma razão de estado e de tantos motivos que os obrigam a estar num panorama de memória nacional e de considerá-los, assim, lugares de memória.

Atravessando praticamente todo o século XX, o jornal “Diário da Tarde” tornou-se um marco da resistência da cultura impressa na região sul baiana, passando assim por momentos delicados da nossa história, pois muitas foram as situações que o jornal atravessou, inclusive uma guerra mundial que alterou todas as posições políticas do planeta. A vida política regional e nacional também foram vivenciadas e contadas pelo “Diário” que presenciou a ascensão e queda dos coronéis do cacau, as disputadas acirradas dos políticos ao cargo de “Intendente”, o surgimento do Estado Novo, da Ditadura Militar e a ascensão da Nova República.

Dessa forma o “Diário da Tarde” pode configurar o retrato da memória sobre uma cidade rica e suas influências em muitas áreas – Ilhéus -, bem como de uma região que teve grande influência no cenário baiano e nacional - a região do cacau -. Esse retrato pode também ser configurado nas áreas da cultura, da política e da ecologia, sendo assim um instrumento facilitador para que os pesquisadores possam entender uma época, como também uma análise crítica de como o jornal interpretava e publicava os assuntos, especialmente os do início do século, em suas páginas. O jornal, dentro da historiografia moderna, pode ser visto como fonte de pesquisa e como um dos principais elementos de reconstrução dos fatos de acontecimentos de um dado momento da sociedade, mas também não pode ser o único, pois é preciso documentos, fontes externas, histórias orais que corroborem com essa autenticidade, pois é na construção da identidade que o jornalismo impresso se consolida diariamente. A memória é construída por meio desse trânsito diário do jornalista, um historiador do presente que registra a vida da comunidade, suas ações e seus fazeres.

Sendo um jornal que foi fundado na primeira metade do século XX o “Diário da Tarde”, como um registro de seu próprio tempo, não pode ser ignorado como fonte de pesquisa, pois, conta a história de sua própria gente e região. Assim, é possível dizer que, diariamente, novos corpos alimentam à sua maneira essa memória e essa história, que sempre serão construídas pelo tempo e pela força impressa das palavras.

2.1 A imprensa – jornal – como arquivo de memória.

No Brasil, os jornais levam algum tempo para se inserirem num contexto de nação, pois, as influências da Corte Portuguesa interferem na liberdade de pensamento e expressão, retardando a instalação de prelos na Colônia. No século XVII o jornalismo que precede a tipografia reestrutura antigas formas de se dar uma notícia, passando a exprimir a insatisfação do povo brasileiro com o domínio estrangeiro e, tanto na Bahia quanto em São Paulo autores de gazetins escritos e falados sofrem devassas.

A prática jornalística que antecede o surgimento da imprensa é difundida pelos “novidadeiros” dos cafés, através das cartas, das sátiras, dos panfletos, dos discursos orais e escritos. Utilizando esses suportes os autores protestavam contra um colonialismo que se demonstrava tirânico, uma igreja que não tinha nem tomava posições determinadas, pois era conivente com as injustiças. Nesse período destacam-se as sátiras de poetas panfletários como Gregório de Matos e a oratória clássica de Padre Antonio Vieira. Essas expressões são coibidas, durante todo o século XVII pelo governo-geral do Brasil.

Ao publicar em cópias manuscritas a sátira Juízo anatómico dos achaques que padece o corpo da república em todos os seus membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a cidade da Bahia, Gregório de Matos é preso incomunicável, degredado para Angola, e anos depois só volta com a condição de não mais fazer versos. (BAHIA, 1990, p.32).

Assim como a tipografia e a imprensa a poesia de Gregório é proibida no Brasil do século XVII, o que não impede que jornais falados e manuscritos dos anos Seiscentos difundam o sentimento nativista interpretado por alguns poetas. Até a proclamação da república, existe uma pequena parte da imprensa que atua de forma revolucionária em quase todas as províncias, mas não se consolida.

O modelo de um jornalismo independente influencia, desde cedo, iniciativas como a do “Diário de Pernambuco”, do “Jornal do Comércio”, do “Correio Mercantil” e do “A Pátria”, fazendo com que a inclinação da imprensa para a estabilidade econômica não diminua o número de jornais políticos. Mas a sua duração é cada vez mais efêmera, pois o movimento emancipador do país tem interesse num jornalismo tão eficiente quanto estável. A elite portuguesa que acompanhou D. João VI ao Brasil, identifica-se com o alto comércio das províncias e com intelectuais de tendência liberal. Com o apoio dessa elite é possível fortalecer a resistência à opressão, o que permite a publicação de jornais particulares e a formação de empresas privadas. A partir de Sete de abril de 1831⁴ há uma convergência de todas as expressões jornalísticas, e não apenas as de oposição, bem como das lideranças partidárias em favor do ideário liberal recorrente. É o momento em que a defesa dos direitos do cidadão envolve a defesa dos direitos dos comerciantes de explorar seus negócios à margem da intervenção arbitrária da Coroa.

Os jornais de maior peso do primeiro e segundo império tentam conciliar o interesse dos grandes proprietários rurais, que dominam o governo e, dos comerciantes das metrópoles da época. Mesmo com essas manifestações de defesa da descentralização do poder, desse período, eles enfrentam as Juntas do Comércio, que também estavam à favor dos conselhos formados para descentralização do poder, mas se opunham aos jornais. Dessa forma são as condições econômicas do país que vão determinar as oportunidades do jornalismo, da indústria cultural que lentamente se delineará. Apesar de conquistada a emancipação política, o Brasil não possui uma economia própria, nacional, independente, pois o que tem está alocado a Portugal e à Inglaterra.

“... a emancipação significa uma transação, através da qual os senhores rurais acabaram absorvendo o poder político, mudando as estruturas políticas coloniais... Houve uma revolução no plano político, mas essa revolução não teve significado econômico nem repercussões sociais”. (BAHIA, 1990, p. 64).

Entre os anos de 1822 e 1931 desponta no país uma imprensa de oposição, fazendo surgir assim, jornalistas que também se tornam líderes partidários. Esses jornais estavam nas regiões mais desenvolvida do país como Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco e, esses líderes eram Rui Babosa, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, José do Patrocínio, dentre muitos outros, igualmente importantes. As revoluções sociais feitas, mas pelas palavras que pelas armas, despertam um sentimento cívico, iniciada

⁴ Época em que Dom Pedro I abdica o Império em favor de seu filho Dom Pedro II.

por esses líderes e jornalistas que eram defensores da abolição e da proclamação da república. O progresso observado na imprensa se reflete no reequipamento dos jornais e, o Rio é o centro da produção intelectual que renova-se com mais eficiência, transferindo para as províncias máquinas impressoras de retirada manual enquanto experimenta as de movimento a vapor. Ainda são os prelos *Alauzet* e *Stanhope* que predominam, tornando as tipografias da capital mais bem aparelhada. Há no Rio maior número de jornais diários, de revistas, de tipografias e de editoras de livros. Concentram-se aí, ainda, as atividades literárias que reúnem os nomes de maior destaque na poesia, no romance, no ensaio, na filosofia. A ação empresarial é menor agora no Norte e no Sul, porém São Paulo e Minas demonstram um ativo processo editorial.

Há também nesse período o surgimento de um capitalismo que parte do interior, ou seja, dos grandes proprietários rurais, para investir na indústria cultural. Isso acontece em Minas Gerais, Rio Grande do sul, Pernambuco, Bahia, mas, principalmente, na Província de São Paulo e menos na do Rio de Janeiro. Esses interesses demonstrados pelos grandes proprietários rurais são mais evidentes na imprensa. É a partir de sua segunda fase que começa em 1880, setenta e dois anos passados da instalação do pesado material de impressão da Gazeta do Rio de Janeiro, que há mais investimentos, uma maior renovação do parque gráfico e, conseqüentemente, um maior consumo de papel. Essas mudanças e investimentos abrem aos jornais a dimensão que a imprensa passa a tomar no país. Somente depois de 1880, notadamente em fins do século XIX e começo do século XX, é que a imprensa está preparada para o estágio empresarial como ocorre em países mais avançados. Nesse espaço, os novos jornais trazem em seus títulos experiências e objetivos próprios das organizações industriais.

Juarez Bahia (1990), afirma que essa adesão se dá pela influência de dois partidos:

Os partidos Republicano e Conservador são os instrumentos dessa adesão de fazendeiros, cafeicultores e capitalistas do interior que vão assumir a 15 de novembro escalões de decisão vagos com a queda da monarquia. Famílias de senhores rurais se congregam em torno de novos títulos de jornal, a exemplo dos comerciantes prósperos e de bom relacionamento político. (BAHIA, 1990, p.80).

A partir de todas essas mudanças os editores de jornais percebem que, associando o título a um estabelecimento gráfico, terão uma empresa jornalística industrialmente viável e economicamente rentável. Pequenos jornais de folhas com qualidade ruim ou limitada penetração desaparecem com mais frequência que na fase anterior. O leitor é mais exigente com a edição e o mercado dispõe de produtos cujo conteúdo e cuja aparência responde a novas necessidades havendo, assim mais rigor e sofisticação. Inovações mecânicas, a divisão do trabalho, a especialização, a racionalização de custos, a conquista de mercados pouco a pouco transformam a velha tipografia, aposentam superados prelos, ampliam a indústria gráfica. Na realidade, o jornalismo ainda luta contra o atraso tecnológico que decorre de sua própria existência no país. Editorialmente, em termos de conteúdo e produção, o jornal e a tipografia confrontam-se no Brasil com perdas técnicas que remontam a três séculos e que só não são irreparáveis porque se trata de um campo em constante evolução.

Na primeira metade do século XIX, o passivo colonial, a crise financeira, o analfabetismo e a instabilidade política bloqueiam toda a produção cultural brasileira e, de modo particular, toda a imprensa. Por volta de 1850 apesar do crescimento rápido das cidades, a elite educada é pequena e apenas uma parte das crianças em idade escolar tem acesso a matrículas e esse contexto educacional chega aos primeiros anos da República. De maneira mais efetiva, os anos que antecedem a primeira década do século XX, os jornais e a tipografia, assim como o livro e outras manifestações do pensamento e das artes, se beneficiam da eliminação do trabalho escravo, do crescimento econômico que impõe melhores níveis de renda, do trabalho assalariado e da descentralização republicana. O desenvolvimento do jornalismo no período que abrange o fim da primeira e o começo da segunda fase absorve as profundas mudanças econômicas que vivem o país na passagem do Império para a República, isso implica em duas mudanças significativas; uma é o trabalho assalariado e, a outra, a instalação de um novo sistema industrial.

É a partir da instauração de um novo conceito de consciência dominante que a imprensa passa a situar-se num plano de interesse público, que se identifica com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, do aperfeiçoamento das instituições e das conquistas sociais voltadas para o indivíduo. Compreendem os editores de jornais e os empresários gráficos que o âmbito restrito de um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação, ávido

por incorporar os avanços das comunicações. Isso faz com que o século XX se abra para o jornalismo brasileiro com a consciência de que a notícia é sua prioridade. Essa descoberta procede de novo impulso editorial na cobertura dos fatos do dia desde os últimos cinco anos dos Oitocentos. Uma objetiva revisão de conceitos leva editores à reavaliação das utilidades do espaço. A informação diária se populariza com a divulgação do sorteio de bichos, a publicação de folhetins, o destaque aos eventos policiais e esportivos; porém há algo mais que os leitores esperam como o relato político menos engajado, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais.

Mesmo o simples registro de um acontecimento, manipulado pela restrição de opinião ou pelo rigor do critério de importância, dá lugar a procedimentos flexíveis, ágeis, dinâmicos que transformam ocorrências em reportagens e simples registros em detalhados relatos. O jornal é menos literário e mais noticioso, mas nem por isso deixa de atrair escritores e publicidades importantes. Nas oficinas, a linotipo despede o motor a gás e passa a utilizar o motor elétrico. Mas, mesmo com todos esses avanços o jornalismo no começo do século XX, não é ainda uma atividade profissional, regulamentada e sujeita às leis de mercado. Só depois da I Guerra Mundial é que começa a se desfazer dos laços que o ligavam a militância opinativa da monarquia e da primeira república. Nossos mais importantes jornalistas são também os mais destacados oradores nas tribunas parlamentares, nas atividades do governo e nos partidos. Dessa forma, diretores, redatores e gerente de jornal acumulam funções de ministros, diplomatas, funcionários graduados e não se sentem tolhidos por qualquer incompatibilidade ética. Apesar de ser um período importante as notícias ainda viajam de bonde de tração animal, tendo assim dificultada sua chegada aos leitores.

Nos primeiros anos do governo de Floriano Peixoto há uma crise entre a imprensa e o poder. Essa crise tem como ponto de partida os efeitos da reação ao autoritarismo acalentado por um processo militarista de natureza concêntrica e de caráter violento, a ponto de se desdobrar em restrições ao Legislativo e ao Judiciário, que permanecem por um longo tempo. Um novo tipo de relação entre o poder e a imprensa do final do século XIX ao começo do XX gera um dos mais escandalosos casos de corrupção da história republicana, esse escândalo expõem a opinião de aluguel de importantes jornais e jornalistas, abalando os conceitos e derrubando imagens, até então cercadas de notoriedade.

Juarez Bahia afirma que:

É no curso da I Guerra Mundial que a imprensa assimila os efeitos de profundas mudanças na sociedade e nas relações dos povos com o sistema de comunicação de massa. De 1910 a 1920 são mais visíveis os sinais de evolução no conteúdo e na produção dos jornais e das revistas. Um estágio que irá ser aperfeiçoar. (BAHIA, 1990, p.131-132).

Os principais jornais diários do Rio de Janeiro, de São Paulo e de estados como a Bahia asseguram ao Brasil, um pouco antes de 1930, período em que o jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus é fundado, uma liderança no mercado continental de jornais e revistas que só encontra paralelo na Argentina. Essa suficiência gera resultados confortáveis tanto do ponto de vista da produção quanto no que diz respeito à qualidade editorial. As redações, lenta e gradualmente, se ajustam às exigências de precisão, concisão e rapidez da notícia e cada vez mais substituem o comentário ou prosa pelo relato testemunhal. A máquina de escrever, popularizada nesse início de século XX, revela-se mais útil à agilidade do repórter que a pena e o tinteiro. Os principais jornais diários já editavam encartes especiais na primeira metade do século XX, numa variedade que incluía suplementos ilustrados e literários, histórias em quadrinhos, guias, roteiros de viagem, panfletos, aulas de corte e costura, bem como anúncios de prestação de contas e cartazes, passando assim, a produzir em suas tipografias álbuns, mapas, catálogos em cores, de elaboração mais cuidadosa.

O surgimento de sistemas avançados de impressão ajuda no aparecimento de novos jornais e revistas que se firmam nessa fase de transição política e econômica do país, dividindo assim, a influência e o prestígio com os principais títulos diários que advém do Império e da república. Essas novidades fazem acontecer um novo impacto nos sistemas de impressão, pois, os mercados estão dispostos a experimentar de tudo. Nesse período também se distingue mais a tipografia de jornal que a tipografia de obras. A primeira adquire a expressão de um parque gráfico que se destina a suprir a necessidades próprias, já a segunda, se capacita para atender uma variedade de encomendas de natureza comercial e, portanto, com exigências mais complexas. Nesse período também dão entrada as primeiras máquinas automáticas médias e pequenas na indústria jornalística brasileira.

Até 1930 jornais como o “Diário da Tarde”, têm o hábito de publicar lista de passageiros de trens, como anteriormente fazia com as listas de passageiros de navios. Mais tarde, o espaço é dedicado às listas de passageiros de avião. No “Diário” também

há publicações de alunos que concluíram o Ensino Normal e a Escola Superior de Corte e Costura. Com o passar do tempo, as listas deixaram de ser notícia por si mesma e o interesse por nomes fica na dependência de um fato mais importante e não mais no meio de transporte que irão usar. De 1928 em diante, ano de fundação do Diário da Tarde, com o uso das rotativas *Man*, a imprensa diária e semanal generaliza a cor, os cadernos, os encartes e os suplementos, com maior capacidade de cópias. O uso de gravuras revoluciona revistas e também serve aos jornais como um símbolo das novas técnicas de impressão.

Nas metrópoles é notável o êxito, até fins dos anos 60, dos jornais vespertinos e, no Rio de Janeiro e em São Paulo os jornais de maior circulação esgotam suas edições na cidade, mas, ao transpor os limites urbanos, se mostram tímidos em vendas, e chegam ao interior com grande atraso. O poder da imprensa é mais acentuado no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde operam as forças políticas, os complexos industriais e os interesses da agricultura. Mesmo assim, os maiores jornais conseguem firmar índices significativos de prestígio, sinônimo de penetração, seriedade, conceito e não propriamente de circulação, quantidade de exemplares e volumes de edições. Isso tudo acontece porque a imprensa pretende alcançar novos consumidores de leitura, que dão sinais claros de demanda por informação. Dessa forma o progresso da imprensa reflete o do país, a retificação de concepções, teorias e práticas que rompem com velhas fórmulas e redescobrem valores, caminhos, objetivos, inspirados nas suas imensas potencialidades naturais. As reformas que são postas em andamento na sociedade brasileira afetam o jornalismo, no qual atuam a elite intelectual, a classe política, os comerciantes e os produtores rurais que, em regiões como a do sul da Bahia, no início do século passado, ditam as normas e regras da sociedade.

Os avanços da sociedade, mediante o aperfeiçoamento das instituições e a renovação dos princípios de ordem e progresso, ganham força a partir da identificação dos ideais da imprensa e da revolução de 1930⁵. A partir dessas mudanças e renovações que os jornais se habilitam a incorporar ao seu novo papel os rumos ditados pelas

⁵A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul que culminou com o golpe de Estado. O Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

manifestações, procurando se ajustar de forma rápida a nova realidade nacional. Até os jornais que mantêm inalteráveis suas opções ideológicas reconhecem a legitimidade de reivindicações como o voto livre, secreto e universal. Essas reivindicações também pedem o fim do colonialismo, na região do cacau esse período já é comandado pelos coronéis, tendo aqui o chamado domínio do coronelismo, bem como o acesso de todas as camadas sociais aos benefícios do desenvolvimento e, a definição de uma política econômica sem concessões à independência e à soberania. Assim, as novas perspectivas que se abrem ao país incorporam o jornalismo que, passado o susto da mudança, incentiva a sua expansão, pois verifica que o alargamento do mercado interno beneficia, em primeiro lugar, mercadorias de produção em massa e os veículos de informação.

O comércio interno passa a receber na indústria, novos e importantes ingressos de capitais vindos da economia local e do exterior. A partir dessas mudanças começa uma nova fase na imprensa do Brasil. Este é o primeiro passo para uma indústria cultural de identidade própria, enriquecida desde a Semana de Arte Moderna por movimentos diversos que procedem de várias partes do país e tanto têm origem intelectual como operária. O desenvolvimento do jornalismo nessa fase moderna acelera ainda a presença do rádio, da propaganda, do cinema, da música, do livro, da fotografia, da televisão num contexto que não diminui, mas, limita a força da imprensa. Todos os veículos, porém, se ajustam sem traumas às novas técnicas de difusão ou aos novos métodos de comunicação, desempenhando assim, uma tarefa fundamental na sociedade.

Com o surgimento do telegrafo a imprensa passa a ter um aliado importante na forma de captar e divulgar a notícia que chega mais rapidamente a redação dos jornais, demonstrando assim, sinal de agilidade e modernidade. Era de suma importância para os jornais ter correspondentes, pois, induz um significado de rapidez das notícias transmitidas aos leitores com o apoio das agências, especialmente, das cidades mais importantes da América do Sul, isso se tratando dos grandes jornais, pois jornais como o “Diário”, tinham como foco os correspondentes nas maiores e mais importantes cidades do país como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Esse avanço tecnológico amplia a penetração da notícia e eleva o conceito da informação.

No interior do país, jornais feitos à mão ainda circularam por muito tempo, compostos em caixa francesa e prensados ao impulso pedal e braçal, como a testemunhar as profundas diferenças regionais que caracterizam a Federação. Distantes,

em produção e em organização administrativa, das estruturas editoriais em funcionamento no Sudeste com seus setores de vendas avulsas, assinaturas, publicidade, promoção, pesquisa, circulação, etc. Dos não 30 aos anos 70, essa paisagem editorial do interior brasileiro exigirá quarenta anos para ser alterada. Os jornais podem ser menos influentes hoje em regiões do interior, pois entre as décadas de 1920 e 1998, período em que o jornal “Diário da Tarde” funcionou, muitas informações e mudanças foram incorporadas pela região do cacau através de suas páginas, editorias, propagandas, informes e suplementos literários.

2.2 O contexto do jornal na primeira metade do século XX

No Brasil, os primeiros jornais que passaram a circular, com a chegada da Família Real em 1808, foram o “Correio Braziliense” e a “Gazeta do Rio de Janeiro”. O primeiro era editado e impresso em Londres, já o segundo em terras brasileiras. “O Correio” foi fundado por Hipólito José da Costa, que se encontrava exilado, e publicava em suas páginas amplo noticiário sobre os acontecimentos internacionais, europeus e americanos e, que, projetava o Brasil no cenário mundial. Já a “Gazeta” foi um periódico criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino, era considerada uma espécie de folha oficial na qual se publicava os decretos, assim como os fatos relacionados à família real e notícias internacionais filtradas pela rigorosa censura da Imprensa Régia.

Esses jornais, veiculados no país a partir de 1808, constituem uma fonte conhecida dos historiadores, pois, são periódicos reconhecidos como materiais de pesquisa valiosos para o estudo da época. Neles é possível encontrar projetos políticos e visões de mundo representativo de diversos setores da sociedade. Nesse período, mesmo havendo muito pouca atividade editorial, o governo real controlava todas as publicações editoriais que só têm um pouco de folga a partir de 1821, quando o Imperador decretou a abolição da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Mas, o próprio Imperador, cometeu a primeira violência contra a imprensa que foi apreender, através da portaria de 15/01/1922, uma publicação

anônima que era a favor dos ideais de liberdade. Esta publicação tinha o título de “Heroicidade Brasileira”⁶.

Em “Sobrados e Mocambos” (1951), Gilberto Freyre revelou a importância dos jornais para o estudo da cultura material e dos processos de europeização da sociedade Oitocentista. Como seria de se esperar, a história política teve nesse material um inesgotável campo de exploração. As pesquisas a respeito de a escravidão foram sendo aprofundadas, não só no que diz respeito à revolta escrava, como também aos debates abolicionistas.

Outro acontecimento importante para a imprensa desse período foi a promulgação da Constituição de 25 de março de 1824 que passou a vigorar e incluiu a seção que tratava das garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos, bem como a liberdade de expressão de pensamento, reformulando alguns princípios que vinham desde a Idade Medieval. Declarava que:

“Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar” (Art. 179 n, 4).

Outros direitos garantidos pela Constituição foram o direito de propriedade, de liberdade de trabalho e o controle da censura prévia, que passa a ser administrado pela esfera jurisdicional, mas por falta de lei regulamentar essa administração precisa seguir as orientações do decreto de 22 de Novembro de 1823. Assim, é possível entender que todos os abusos concernentes à liberdade de imprensa ficaram incluídos na legislação comum, deixando de ser objeto de lei especial. Os dispositivos gerais sobre os delitos da liberdade de comunicar os pensamentos figuravam na parte do Código dos Crimes e das penas.

Dessa forma, os jornais do século XIX tiveram um papel relevante em momentos políticos decisivos, não só na Proclamação da República, como também na Abolição da Escravatura. Afinal, a imprensa foi um dos poucos veículos em que se divulgaram posicionamentos políticos frente às questões vivenciadas pelo país, propiciando o surgimento de esboço da opinião pública. Em outras palavras, através dos periódicos é possível recuperar a história da cidadania. Tais publicações não são obras

⁶ Essa notícia foi publicada na mesma data da portaria do Imperador, 15 de Janeiro de 1922, no panfleto do jornalista José da Silva Lisboa. A portaria censora foi assinada pelo Ministro do Reino Francisco José Vieira.

solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos em torno de um projeto coletivo. A liberdade de imprensa, desse período, em nada contribuía para a diminuição da lentidão com que as notícias chegavam e eram transmitidas. Um exemplo disse é que em 825, a primeira linha interna fazia o percurso de dez em dez dias, entre as cidades de Sorocaba, São Paulo, Jundiaí, São Carlos e Itu. A imprensa periódica no Brasil não tinha boa penetração no interior, pela falta de lista de assinantes. Algumas inovações se inseriram nos jornais devido ao uso da caricatura, mas, predominava a literatura.

Os jornais periódicos, por serem essencialmente opinativos, no final do século XIX, constituíram uma imprensa que se desenvolveu lentamente, e a venda avulsa de jornais deixou de ser realizada nas oficinas e, mesmo servindo aos adversários eles irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso. Surge, a partir daí, as empresas jornalísticas, que iriam substituir nos maiores centros urbanos, o jornalismo artesanal. O aspecto documental passa a ser priorizado, bem como a utilização de ilustrações e fotografias. Outro fator importante é a inserção de editoriais que levam a opinião de seus editores, mas que não se misturavam às colunas literárias.

Entre o final do século XIX e início do XX os jornais brasileiros passam por um processo de mudança de forma lenta e gradual. É o que Nelson Werneck Sodré chama da transição para a grande Imprensa:

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício da função. Se é assim afetado o plano de produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, como os leitores. (SODRÉ, 1983, p.275).

O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece nas grandes cidades e, esta mudança se reflete em diversos aspectos sendo um deles é a própria estrutura financeira de sustentação. Toda essa transição começa bem antes do final do século e está naturalmente ligada às transformações que acontecem no país como à ascensão da burguesa, ao avanço das relações capitalistas. A transformação da imprensa é um dos aspectos desse avanço e, o jornal é considerado, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. Nos anos que antecedem a Proclamação da República e logo após, surgem e desaparecem diversos jornais, vinculados a grupos políticos. Neste momento, dada a sua função inteiramente política, a questão financeira

do jornal é secundária, pois criar um jornal é financiar um déficit, já que os lucros são políticos e o espaço social ocupado pelo jornalista quase se confunde como espaço social ocupado pelo político. Não são raras as vezes que o jornalismo conduz à política e vice-versa e, quem queria interferir na discussão pública cria um jornal para tal fim.

No Brasil desse período há uma constante renovação das características políticas dos jornais que pode ser vista como um traço inequívoco do desenvolvimento, em termos próprios, da democracia brasileira. Na maioria dos casos, o jornal, em especial nas metrópoles, altera sua função, amplia sua influência, para continuar cumprindo o papel de instrumento político, de forma menos explícita, naturalmente, seu papel social é deslocado, mas, em momento algum, torna-se apolítico. Com a venda de jornais por assinatura ou a venda de espaços para publicação de anúncios de particulares, como os convites de formatura, casamento, aniversários e os comerciais os jornais passam a ter novas formas de financiamentos, formas essas iniciadas na segunda metade do século XIX e que perduram até os dias atuais. Todas essas novidades ligam os jornais as mudanças que vão acontecendo nas grandes cidades, e tem como culminância as transformações que ocorrerão nos planos políticos, nos modelos econômico e nas correntes em defesa da Proclamação da República.

Na virada do século XIX para o XX, o ritmo da vida nas cidades mais desenvolvidas do Brasil é transformado pelo cinema, pelo gramofone, pela atividade empresarial e editorial que proporciona o aumento da produção de livros e revistas, que quer mudanças na área científica, fixando assim, os novos destinos e contornos de uma nova sociedade que tem na imprensa – nesse momento está em grande processo de atualização e difusão –, uma das orientadoras e influenciadoras dos anseios políticos, libertários e do gosto pela literatura. Isso faz com o que o perfil do novo intelectual, tenha como sua principal atividade à função de jornalista. Em jornais da região do cacau como “A voz do povo” que funcionou durante apenas um ano entre 1902-1903 e, tinha como proprietário e redator o senhores Francisco Amorim e Antonio Embiruçu ou, “A leveta” que funcionou entre os anos de 1903-1911 e seu proprietário e redator são, respectivamente, Dr. João Mangabeira e Alexandre Cunha esse perfil é composto por advogados, médicos, comerciantes e os poucos intelectuais que viviam na região.

Um novo impulso direcionou os jornalistas para a política, fazendo surgir às primeiras sociedades em defesa da classe, uma delas é a Sociedade Brasileira dos

Homens de Letras e a outra a Sociedade dos Autores. Essa última visava o fortalecimento da defesa dos seus direitos dos autores perante as casas editoras. Eles também contrariavam a igreja, que se diziam a verdadeira forma de instrução da vida dos indivíduos, ditando novas formas de vida e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência. Entretanto, a guerra trouxe as primeiras dificuldades motivadas pelos problemas relativos à importação de papel, enquanto os jornalistas assalariados se ressentiam da situação. Os intelectuais, em geral, dirigiam-se para o jornalismo, pois por intermédio das publicações periódicas querem se tornar os verdadeiros formadores de opinião, mas eles também se direcionam para o funcionalismo público e para a política.

Nas primeiras décadas do século XX, período em que o jornal “Diário da Tarde” é fundado, muitas crises e transformações políticas aconteceram no mundo. A primeira delas é provocada pela Primeira Guerra Mundial ocorrida entre 28 de Julho de 1914 e 11 de Novembro de 1918 a segunda é a Revolução Russa de 1917. Essas revoluções levaram o Brasil a definir novos contornos e a pronunciar rupturas. A imprensa, em expansão, tornou-se mediadora entre o público leitor e a sociedade política. Em 7 de maio de 1900, entra em funcionamento o primeiro bonde elétrico do Brasil na cidade de São Paulo. Também passam a mudar para as cidades, principalmente para as mais influentes, os barões do café, isso nas regiões produtoras desse produto, especialmente, São Paulo. Em regiões produtoras de cacau como o Sul da Bahia os coronéis preferem construir grandes fortalezas em suas fazendas, para de lá, continuarem a comandar seus negócios na cidade. Dessa forma as construções de teatros e cinemas tornam as cidades mais influentes e propícias para a mudança dos jornais. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador constituíam-se de um público numeroso, - São Paulo, por exemplo, em 1907 tinha 340 mil habitantes, - mesmo que ainda composto, fundamentalmente, pelas elites com acesso à escrita. Em suma, é impossível pensar em jornais com grande número de consumidores sem o processo de desenvolvimento das cidades. Além disso, ainda que a população estivesse majoritariamente, na zona rural, o poder da política se exercia na zona urbana, como diz Ribeiro:

Assim, na análise das modificações que transcorrem no plano da sociedade brasileira oitocentista, observa-se, como fator característico do período, o surgimento da classe média, que se firma, sobretudo, dentro do perímetro urbano, em decorrência do incremento das atividades econômicas que então se verificam e que contribuíam para a diversificação da estrutura sócio-

econômica do país. O papel que as cidades desempenham nesta conjuntura é relevante para a compreensão do processo histórico de reformulação do perfil econômico, social e cultural do período. (RIBEIRO, 1988, p.47).

A busca por assinantes passa a ser uma das mais significativas mudanças dos jornais nesse início de século, fazendo com que o texto publicitário passe a ter grande importância dentro dos jornais. No jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus esses anúncios publicitários são os mais variados possíveis, mostrando a importância da cidade de Ilhéus, uma antiga Capitania Hereditária, para a região do cacau. Eles vão desde anúncios dos “Cursos Superiores de Corte e Costura” oferecido pela “Escola Superior de Corte e Costura” da Excelentíssima Senhora Maura da Silva Barreto aos anúncios de prestações de contas da Prefeitura da Cidade de Ilhéus ou do Banco do Brasil.

A imprensa do século XIX está imbuída do nobre projeto de “bem conduzir a opinião pública”, de formas diferentes, este projeto nunca vai se afastar da autoimagem dos jornalistas, mesmo que não se trate mais de convencer o consumidor, mas de dar-lhes informações suficientes para pensar e se posicionar sobre questões de interesse coletivo ou público. Já a imprensa do século XX esta ligada ao processo de urbanização, colado com o desenvolvimento econômico e à mudança do perfil dos jornais permitiria surgir, o texto publicitário e a partir daí, toda a arte de se induzir o consumo, seja através das publicações mais variadas, sejam através dos signos verbais ou não, veiculados adequadamente para o público certo. Se a publicidade surge daí, ela se trinará, por fim, a expressão simbólica mais acabada explícita da sociedade de consumo. Trilharia, então, um caminho muito diferente do jornalismo, tornado sua caracterização simbólica necessariamente distinta deste. Também colocaria os jornalistas e publicitários no caminho da constituição de perfis profissionais muitos diferentes.

A imprensa desse período leva os jornalistas a se ligarem ao interesse coletivo e os meios de comunicação passam a ser instrumentos de libertação e de aumento do consumo. No jornalismo o conflito entre espaço publicitário e o fazer jornalístico nunca vai se resolver. Aliás, o conflito vai afetar apenas o jornalismo. Para a publicidade, não há conflito, de fato. Na junção da lógica da informação, do debate público e da necessidade de vender produtos e serviços, isto é bastante visível no “Diário da Tarde” que publica diariamente anúncios de marcas consagradas no mercado consumidor como o “Leite Condensado Moça”, publicado com destaque nas páginas do jornal, a

publicidade começa a trilhar a partir daí o caminho que a conduz hoje no Brasil. A mudança principal acontece numa esfera cultural criando-se, assim, as possibilidades para uma sociedade de consumo.

Todos esses avanços levam a um processo de abertura comercial e uma mercantilização que se casa, perfeitamente, com as novas funções desempenhadas pela imprensa nacional. A venda do espaço jornalístico para publicação de produtos e serviços, e o “Diário da Tarde” não se furta a essa tendência ou forma de sobrevivência dos jornais, principalmente no início do século XX, é uma atividade nova demais para que pesem leis sobre ela. Mas a Constituição de 1891, a primeira da República, já iria proibir o anonimato. Mesmo assim, os veículos jornalísticos se tornam espaço de mediação de interesses particulares e comunicados à praça. Os jornais, nesse período, passam por uma mudança de empresas de família para empresas capitalistas captando recursos dos mais variados meios e órgãos.

O jornal “Diário da Tarde” assume um papel importante dentro do espaço urbano e rural da região, visto que grande parte da burguesia da região ainda mantinha suas casas e mansões nas fazendas de cacau, para dessa forma ostentarem poder, força e riqueza. As relações sociais privadas ganham ecos de massa. Publicidade é, então, tornar público. Portanto, não se distingue espaços para anúncios legais e propaganda de remédio em boa parte de suas páginas. Há anúncios grandes, mas nada os difere, na função dos pequenos, pois os mesmos pretendem é informar o público, dar publicidade. O texto publicitário começa a surgir aí, como instrumento, no mais das vezes, de relação entre particulares, ainda que estas relações se tornem públicas. Apesar das resistências a este novo modelo de jornal que começa a surgir, é ele que vai sobreviver. Os jornais, a partir da inserção da publicidade, ampliam suas tiragens, vendem espaço e aumentam o número de páginas.

Dentro destas perspectivas entendemos que os jornais estabelecem relações, tornam públicas as ações, realizam atos, mediam relações pessoais e vendem os mais variados produtos. Partindo destas concepções é que trataremos no terceiro capítulo da importância do jornal “Diário da Tarde”, de Ilhéus, e como este se insere, a partir do suplemento literário ou de colunas literárias como “Conto da Semana”, “Vesperal” e “Cosmorama”, num construto de memória, arquivo e representação.

III – O SUPLEMENTO LITERÁRIO NO “DIÁRIO DA TARDE”

O processo de modernização da imprensa ocorrido durante o século XIX, no Brasil, foi decisivo para o surgimento de alguns periódicos brasileiros e, ainda, para que novos meios de informação ganhassem prestígio em face à sociedade. Na segunda metade desse século, entre 1870 a 1872, surgiram no país muitos jornais com motivação política, pois, vivia-se, naquele momento a expectativa do ato da Proclamação da República. Esses periódicos eram, em sua grande maioria, jornais com interesses políticos e tinham o intuito de conscientizar que este processo poderia mudar os rumos do país.

Um acontecimento importante neste período é apontado por Nelson Werneck Sodré (1996), como o aprimoramento da imprensa, a partir do surgimento da “Gazeta de Notícias” em 2 de agosto de 1875, no Rio de Janeiro. Esse jornal surge com uma publicação que provocaria novidades notáveis no campo jornalístico, pois, trazia uma série de mudanças que seriam seu ponto-chave para a conquista de leitores, dentre eles a facilidade de aquisição, dada por seu preço acessível, como registra Sodré: “A “Gazeta de Notícias” era, realmente, um jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar”. (1966, p.257).

Esta novidade trazida pela *Gazeta*, bem como outras que são observadas no interior do periódico, é incorporada a outros jornais como o “Diário da Tarde” de Ilhéus, fundado na primeira metade do século XX. Dentre estas novidades é possível destacar a presença de ilustres escritores, a adoção de publicação de trechos de romances e o espaço, em geral, dedicado à literatura, criando, assim, as colunas e os suplementos literários.

Assim como o tempo presente é o referencial para a ocorrência da ação do homem, o tempo do jornalismo é aquele das situações em movimento ou constituição, influenciando a construção temporal da realidade. Ou seja, o fazer jornalístico realiza intervenção no ambiente social de diversas maneiras e, aqui, interessa destacar a percepção sociocultural que o fator temporal proporciona à sociedade de Ilhéus e região nas primeiras décadas do século XX. Obviamente que também os aspectos econômicos,

visto que se está em uma região privilegiada e rica, proporciona significativas alterações. É neste contexto de uma cultura do tempo presente, por exemplo, que surge o movimento modernista na literatura e nas artes.

O modelo de escrita dos jornais da atualidade é influenciado pelas noções de liberdade de expressão, liberdade de imprensa, igualdade entre os cidadãos, direitos à informação, interesse público, propriedade privada, publicidade da coisa pública, diversidade social, cultura étnica, sexual e tantos outros avanços da modernidade e democracia, parâmetros esses que não eram, em sua grande maioria, praticados na primeira metade do século passado. Isso acontece mais nas sociedades ocidentais porque há uma maior historicidade na forma como o jornal se firmou, portanto, o conhecimento das relações históricas revela mais do que a simples repetição de práticas, ele explica os valores e consensos sobre a atividade jornalística. Ora, todo esse processo complexo de mudanças sociais desemboca em experiências nas quais o jornal, ao se aproximar da meta da instantaneidade e ao utilizar o instante como ordenador temático, gera uma tensão, entre sua real capacidade de relatar o instante do acontecimento e a principal tarefa que tem de noticiar o próprio acontecimento.

Na atualidade é possível uma melhor apuração da informação noticiada, fato este que não acontecia no início do século XX, pois, as notícias publicadas, fossem locais, regionais, nacionais ou internacionais não podiam, em sua grande maioria serem checadas, elas eram publicadas graças à credibilidade do jornalista ou da agência de informação. A notícia ou a informação continua a ser o principal produto do jornal e resultado da mediação jornalística ativa, seja de um acontecimento ou de um personagem não-ficcional. É preciso, então, entender as notícias como construção social, e resultado de inúmeras interações de agentes sociais dos mais variados meios.

A notícia, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída e possuidora de validade interna própria. Ela é, em seu sentido amplo, resultante de uma combinação complexa de elementos e processos sociais, onde o público é o elemento social legitimador. Se esta notícia é um texto de caráter literário a necessidade de credibilidade do autor e de validade do interlocutor é ainda maior, pois os textos literários, por seu caráter ficcional, costumavam ser desacreditados por uma parte dos leitores de jornal, especialmente se estes leitores estão no início do século XX. Seja hoje ou no início do século passado, as notícias publicadas nos jornais são vistas como parte

do conhecimento ou informação sobre os fatos de uma região, uma cidade, um estado, um país, como neste caso a região sul da Bahia, ou também como lugar de reprodução dos conhecimentos gerados por outras instituições sociais. Dessa forma entendemos que a notícia é uma construção social que depende de condições de existência que partem da realidade, dos aspectos do acontecimento, da intervenção dos proprietários, de questões econômicas e políticas que orientam tanto o jornalista como os proprietários dos órgãos produtores.

Ainda que todo o jornal seja um conjunto de elementos simbólicos, parte dele trata de aspectos materiais, econômicos e instrumentais, algo próximo da noção de civilização, ou seja, são elementos comuns a todos os jornais e implicam a dimensão material, técnica e objetiva. Desse modo o jornal pode se aproximar da noção de cultura ao expressar valores, idéias e modos profundos de ser de um povo, no nosso estudo o povo da cidade de Ilhéus e região do cacau, revelando aspectos internos, ocultos, profundos. Dessa maneira, os cadernos culturais podem trazer a marca de um grupo social, suas realizações subjetivas que, dificilmente, têm a ver com o avanço tecnológico, com o grau de domínio do homem sobre a natureza.

Dentro desta perspectiva os suplementos literários e as colunas literárias de jornais, do início do século XX como o “Diário da Tarde” tem em suas páginas a preocupação de mostrar que em uma região periférica do sul da Bahia, nas décadas de 20 e 30 já se dava lugar as publicações literárias em um suplemento ou em colunas literárias como “Conto da Semana“, “Vesperal” e “Cosmorama”. Este suplemento e colunas se inserem como suporte do jornal para abarcar uma parte deste que é direcionada para os textos literários que, em sua grande maioria são crônicas, contos e poesias, pois o tema do jornalismo cultural sempre remete a pares de conceitos opostos ou suas combinações, como elite e massa, tradição e modernidade, erudição e vulgarização estabelecendo, conseqüentemente, dois grupos básicos: um modelo de cultura especializada ou erudita cada vez mais rara e outro que trabalha a cultura em geral num sentido mais amplo.

Os primeiros periódicos passaram a existir no Brasil há mais de 200 anos com a chegada da família real portuguesa em 1808, mas, mesmo assim, ainda há alguns aspectos dos jornais brasileiros que foram pouco estudados. Um desses aspectos são os suplementos literários, pois a primeira notícia que se tem de um jornal que publica em

suas páginas textos literário ou tem um suplemento literário, é de 1838 com o “Jornal do Comércio” que publicava em seu folhetim uma linguagem bem próxima da literatura ou transcrevia capítulos de livros.

Mesmo com os estudos que há sobre o tema ainda falta uma bibliografia especializada, que trate da conservação e preservação dos jornais, especialmente, os do século XIX e XX. Também não há referências sobre os suplementos literários brasileiro em obras sobre a história da imprensa do Brasil. No entanto, a falta de um recenseamento dos suplementos literários, vinculados a jornais diários, não tem sido obstáculo para estudo mais pontuais. O interesse parte, principalmente, de pesquisadores universitários que tem mostrado através da publicação de teses, dissertações, capítulos de livros como os suplementos literários contam uma parte rica da história do país.

Mesmo com as dificuldades que se têm em localizar suplementos literários em repertórios consolidados, ou da conservação destes, nas páginas do jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus, foi possível identificar o suplemento literário e que este fazia parte das publicações, quase que semanalmente, pois quando havia alguma notícia de interesse maior do jornal ou da região as publicações literárias eram suspensas, como na edição de número 853 do dia 19 de janeiro de 1931, na página dois que é destinada as publicações literárias, é publicado o balancete da receita e *despeza* de dezembro de 1930 da Prefeitura Municipal de *Ilhéos*, ou na edição de número 886 do dia 23 de fevereiro, do mesmo ano, na qual se publica o edital das “Recebedoria de Rendas do Estado de *Ilhéos*”. Sendo assim, nosso desejo é contribuir não só com o recenseamento dos suplementos literários, publicados na imprensa brasileira do início do século XX, especificamente no jornal citado acima, mas também caracterizá-lo num período da imprensa da região do cacau no sul da Bahia.

Esta investigação circunscreveu-se apenas aos suplementos ou colunas literárias quem efetivamente, foram publicados como veículos componentes de jornais diários, excluindo as publicações autônomas, vendidas separadamente. Consideramos como suplemento literário ou coluna literária não apenas aqueles veículos que traziam, no cabeçalho, o título “Suplemento Literário” ou “Coluna Literária”, mas também publicações que foram consideradas por seus diretores ou redatores, como sendo deste gênero, sejam por meio de subtítulos, textos de apresentações ou anúncios.

A escolha do período ente 1928 e 1935 deveu-se a dois motivos distintos; a indicação na literatura sobre a história da imprensa brasileira – que se revela nas primeiras décadas do século XX – que os jornais passaram a inserir suplementos literários, em suas edições, com certa frequência, devido a generalização das relações capitalistas com a passagem da pequena à grande imprensa, que exigia alterações na mesma, assim o “Diário da Tarde” surge como um jornal influente na região do cacau que passa pelas transformações de uma região considerada, basicamente rural e sem importância, para uma região rica é importante no cenário baiano e nacional pela produção e exportação do cacau.

O outro motivo para o estudo deste período foi a proximidade com a realização da chamada Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922, ou seja, a fundação do “Diário da Tarde” está a apenas seis anos de distância de tão importante evento que é um marco da renovação cultural em São Paulo, e também no Brasil, este evento sinalizou o início de uma movimentação artística na capital paulista, que se desenvolveu e teve a suas manifestações mais características de 1922 a 1935 pois, este movimento artístico propunha uma renovação da visão social e, portanto, também é considerado como uma manifestação política. Neste período a detenção do poder e da riqueza estava nas mãos das oligarquias rurais, substancialmente por causa da produção cafeeira e, no sul da Bahia, nas mãos dos grandes produtores de cacau e dos Coronéis. As cidades brasileiras, por outro lado, passavam por uma rápida transformação urbana, decorrente do processo de industrialização que começou com a I Guerra Mundial em meados do começo do século XX. Em paralelo, os imigrantes europeus estavam substituindo a mão-de-obra escrava, logo após o advento da abolição. De outro lado, a massa operária estava sentindo-se injustiçada pelos baixos salários e carga horária elevada. O Brasil estava dividido entre o lado rural e o urbano.

Com todas essas revoluções na sociedade brasileira surge a Semana da Arte Moderna como marco cultural, de um novo movimento literário denominado de Modernismo. Seu principal objetivo era mostrar as novas tendências artísticas que já vigoravam na Europa, mas, esta nova forma de expressão não foi compreendida pela elite paulista, que era influenciada pelas formas estéticas europeias conservadoras. Após essa Semana, houve mudanças claras nas produções literárias, entre elas o rompimento com o academicismo literário, com a gramática normativa e a incorporação na poesia e

na prosa da liberdade na expressão de ideias e nas formas (versos livres), da pontuação subjetiva ou ausência da mesma, da linguagem vulgar, do coloquialismo.

No “Diário da Tarde” essas mudanças podem se observadas, especialmente, na poesia, pois, o descontentamento dos modernistas com o estilo anterior foi bem mais explorado nesse campo da literatura. Esse descontentamento aparece incorporado em autores que publicam nas páginas do jornal e isso pode ser comprovado com as publicações dos dias 10 e 12 de janeiro de 1931, edições de número 845 e 847, página quatro, na coluna “Cosmorama”, assinada por Octavio Moura que traz poesias escritas por Lívio, uma publicada no sábado e a outra na segunda-feira. Este escritor publica poesias de versos livres que misturam idiomas diferentes e, muitas vezes, até são publicadas sem título.

Os meus versos de amor.
Elle dira, lisant
ces vers tout simplis delle:
“Quile est done cette fémine?
et me comprenda pas!

Fiz uns versos de amor. Fi-los
no meu segredo. Co’ a penna da
emoção e a tinta da saudade,
bendizendo, Maria, o teu nome,
em segredo.
E esses versos? Rasguei-os. Não
eram dignos de ti. O meu verso
melhor foi o que eu não escrevi...
(Lívio, Os meus versos de amor. DIÁRIO nº 845, 10/01/1931, p.4)

Sem Título...
“A mulher é a imagem do homem
E o homem é o deus da mulher”
Pois se assim é,
Você é a minha imagem
E semelhança
E eu sou quem você deve adorar...
Entretanto,
Sou eu quem vive aos seus pés
E você é quem está no meu altar.
(Lívio, Sem título, DIÁRIO, nº 847, 12/01/1931, p.4)

A publicação dessas poesias demonstra que o “Diário” já incorporava em 1931 as mudanças inseridas pela “Semana de Arte Moderna” publicando textos literários sem a identificação do autor, escritor ou por pseudônimo. Também pode ser considerado importante o espaço concedido às escritoras mulheres da região do cacau, pois estando em uma região rica, comandada com “mãos de ferro” pelos Coronéis do Cacau, no interior da Bahia em que a condição da grande maioria das mulheres era a de ser esposa

e mãe ou, quando estas eram de famílias ricas e influentes serem, no máximo, professoras do ensino primário e normal, o fato de termos publicações femininas, mesmo sendo poucas, têm relevância para a história da literatura regional no início do século XX. No primeiro caso temos um conto publicado na edição de número 847 do dia 12 de janeiro de 1931, na página dois na coluna “Conto da Semana”, intitulado de “D. Felicidade e seu autor é tido como desconhecido. No segundo, temos um conto da escritora Maria Enriqueta, publicado na edição de número 858 do dia 26 de janeiro deste mesmo ano.

“O piedoso Marabú”.

O deserto parecia interminável; só o *céo* limitava-lhe a extensão; nem uma única palmeira a cuja sombra repousar um instante; nem um fonte onde abrandar a *sêde*...

Marabú, o negro mercador de *tamaras*, mostrava pelo brilho dos olhos ardentes, animo e disposição; o seu companheiro, porem, fatigado, quase desfalecido, principiava a arrastar os pés.

- Animo - dizia-lhe – Marabú.

- Breve chegaremos.

E com a palavra fácil e voz insinuante, principiou a contar ao companheiro a historia das três Palmeiras, depois a aventura no Deserto e em seguida referiu-lhe a maravilhosa viagem dos Argelinos, pintando com brilhante fantasia as peripécias dos três viajores nas *planices* arenosas, o encontro que tiveram com os leões, a deliciosa *aparicação* do Oasis, e o dialogo com a fonte...

O companheiro de Marabú, fascinado, confortado pela voz do amigo, ia adquirindo novas forças para seguir a penosa viagem.

E Marabú vendo que não eram vãs as suas narrativas nem a doçura de sua voz, continuava a falar:

- Os Argelinos, depois de muito andarem por aquela extensão onde não havia nem um pássaro, pararam de súbito, exclamando:

“Quem é, Oh mansa fonte, que qual amiga piedosa *offerece* à nossa ardente sede a frescura da tua água?”

E a fonte respondeu: “Sou a pupila encantada de Gerifa, desditosa jovem que tanto chorou em vida que foi convertida em fonte *afim* de continuar o seu pranto depois de morta. Mas cada vez que um caminhante *bébe* da minha água, cessa de chorar em minha alma uma dor... Bebei pois, viajores: sêdes generosos com Gerifa. E quando chegares às vossas casas, *contae* minha historia afim de que todos *aquelles* que vierem a pisar estas *solidades*, conheçam o caminho da fonte e venham diminuir-me as dores, matando a *sêde* no cristal de meus olhos...”

Os Argelinos bebiam e bebiam também os dromedários e os avestruzes carregados de cestas cheias de tâmaras.

Depois os Argelinos davam voz de partir, e a caravana punha-se em marcha, seguindo o rumo que levava o vento...

Marabú, com sua voz bem timbrada, com sua imaginação fecunda, ia inventando ou repetindo maravilhosa historia que distraíam seu companheiro de viagem, fazendo-o esquecer que o sol queimava, que a areia ardia, que o deserto fazia-se interminável.

E não em vão esforçava-se Marabú em espalhar pelo caminho as flores de sua fantasia e deixe cair sobre o ambiente o timbre confortante da sua voz, porque o companheiro do mercador de tâmaras embora não falasse, parecia menos fatigado e de vez em quando erguia os olhos para fixá-los em Marabú, com *afecto* e gratidão.

Assim, o mercador ia desenrolando o *véo* maravilhoso de sua imaginação, e buscava nas mais interessantes *descrições* de **paizagens**, os contos mais bonitos, para alentar o companheiro e distraí-lo na penosa jornada.

Oh! *Aquella* negro Marabú, não parecia um mercador de tâmaras e sim um nobre e generoso cavaleiro que fazia da piedade o seu evangelho e da compaixão a sua norma.

- Mas – direi-vos – quem era esse companheiro pelo qual tanto se esforçava Marabú? Era acaso seu irmão?

- Oh? Não! Se fora seu irmão Marabú havia de carregá-lo nos ombros, ate cair examine.

- Quem era então? Quem? Era o seu *camello*. (DIÁRIO Nº 858, 26/01/1931)

Assim como as poesias de Lívio este conto da escritora Maria Henriqueta se insere nos novos modelos de contos, crônicas e poesias estruturadas a partir das inovações do Modernismo, pois não tem uma estrutura definida e permite ao leitor fazer inferências sobre o final da história.

A parte mais importante de um jornal é sua redação, pois nela são produzidas as notícias, parte da mercadoria vendida pelo jornal se entendermos que os jornais também vendem seus espaços para a publicidade e notas particulares. A mesma também é dividida em editoriais, nos quais trabalham repórteres, redatores, diagramadores, editores, e chefes de reportagem. Assim como hoje, no início do século passado os temas eram basicamente formados por política nacional e internacional, o país, o estado, a cidade, a região, economia, turismo, cultura, cursos de francês e corte costura para mulheres e livros. Esta divisão em editorias aponta para uma topografia do conhecimento, no qual os diferentes saberes são distribuídos em áreas estanques e distintas fisicamente. Da mesma forma é interessante perceber as fronteiras entre as editoriais e o que é considerado como pertencente a uma e não a outra. Quando um jornal possui um suplemento ou coluna literária, por exemplo, é para lá que vão os livros noticiados, as crônicas e contos dos colaboradores, editores e redatores.

Mas, tanto agora como no início do século XX há livros e publicações literárias que merecem destaque, como é o caso de “Banguê” de José Lins do Rego publicado pela Livraria José Olympio, Editora do Rio de Janeiro que ganha matéria de destaque na edição de número 2.041 do “Diário da Tarde” do dia 31 de janeiro de 1935, na página dois e, publicações que não recebem ou merecem tanto destaque, tudo depende do grau de importância do autor ou da obra publicada. Assim, os suplementos se tornam, por um lado, o lugar privilegiado para alguns, atingindo um público específico e segmentado, um público considerado leitor em potencial das obras de maior renome e destaque no cenário nacional e, por outro, o lugar comum para escritores e autores regionais menos

conhecidos e de pouca projeção no cenário nacional que escrevem para um público local. Essa distinção pode ser percebida nos jornais analisados observando o dia da publicação, o espaço dedicado ao texto, a coluna na qual o mesmo foi publicado, dentre outras informações.

Compreender nossa sociedade seja no século XXI ou no início do século XX, e como ela funcionava ou funciona, nos é mostrado aos poucos, através da educação e da vida social dos homens de hoje ou do passado. Isso pode ser feito e visto através dos jornais que são instrumentos de comunicação e também de representação. A representação que os jornais fazem da realidade é uma construção sobre essa mesma realidade e, um dos pilares desta construção é a criação e organização da vida em “editoriais e seções”.

No “Diário da Tarde” dos anos estudados há uma coluna literária publicada na página dois denominada de “Conto da Semana” que se estende pelos três anos estudados e que publica contos, crônicas, resenha de livros, poesia de autores regionais e nacionais. Há também outra intitulada de “Vesperal” que é publicada durante todo o ano de 1935, dentro da coluna denominada de “Notas Sociais”. O cronista desta é apresentado como Muriel. Ele escreve contos, poesias e crônicas criticando outras crônicas e cronistas como na edição de número 2.148 do dia 13 de junho, na página quatro. Neste dia Muriel escreve uma crônica elogiando o cronista Alvaro de Seixas Martins que também publica uma crônica nessa mesma edição do “Diário da Tarde”, na coluna “Conto da Semana”, na página dois. A crônica de Muriel tece elogios a singeleza da escrita e das atividades comerciais do seu colega Alvaro de Seixas Martins.

Álvaro de Seixas Martins, não é, como se poderia dizer, um jornalista profissional; porem suas crônicas escritas num estilo simples, ao alcance de qualquer leitor revela um espírito de *escó!* Habitado ao estudo constante da psicologia, descendo às profundezas da alma humana, *prescrutando-a* em todos os sentidos, dissecando-a mesmo com a habilidade de um cirurgião que procurasse, num delicado ponto do corpo, extirpar um câncer maligno.

Proprietário de uma tipografia, com pequena livraria anexa, cumulado de trabalho de ordem puramente comercial, Seixas Martins jamais deixou de ser um pensador, encontrando no intervalo de seus afazeres um momento propício para se dedicar às crônicas belíssimas que, de vez em quando, o “Diário da Tarde” publica com satisfação.

Admiro o Seixas! Não é orgulhoso de seu saber, não faz cabotinismo, nem pratica a crítica literária, perversa e soez das esquinas.

Escreve pelo simples prazer de *extravazar* aquilo que ele acha na alma alheia, sem preocupações de saber se foi ou não agradável nos julgamentos concisos que lhes jorram da pena, burilados e perfeitos, atestando cuidado na pureza da linguagem, na concatenação do frasear e na beleza do estilo que de pronto empolga o leitor.

Em “Vida Penosa”, rápido estudo da personalidade de Humberto de Campos, Seixas Martins traçou com rara felicidade o perfil do malogrado e inesquecível cronista brasileiro, dando-nos uma página digna de figurar nos grandes jornais do *paiz*, tais observações cheias de sinceridade, nela emitidas. Não fantasiou. Disse unicamente a verdade em toda limpidez.

Álvaro de Seixas Martins, nasceu para ser um grande escritor... Não sei porque, desviou a vocação! (MURIEL 13/06/1935).

Como se observa, a crônica de Muriel faz referências a outro cronista do jornal, Álvaro de Seixas Martins, e como este se tornou escritor de crônicas tão belas e de grande profundidade para o “Diário”, mesmo sendo ocupado com uma tipografia e uma livraria.

Os primeiros jornais literários franceses são anteriores à Revolução de 1789, como o *Journal de Savants* de 1665, fundado por Colbert no século XVII. Já no século XIX estes jornais foram influenciados pela vida cultural do país, aparecendo o romance-folhetim, que tanto frequentou as páginas dos jornais e divulgou obras de Honoré de Balzac e Victor Hugo.

Os jornais do Brasil no início do século XX mantinham os suplementos literários porque estes eram sinônimos de prestígio para o jornal e *status* para quem neles trabalhava. Cada jornal que publica textos literários, seja em suplementos ou em colunas literárias, dá um tom particular a essa mistura de conceitos, pois estes estão sujeitos à influência do tempo e também à questão da novidade, mesmo este sendo considerado parte do jornal diário que vive em busca da notícia. Os suplementos literários transmitem uma ideia de livro e de literatura. São frequentes os dados de suplementos literários deficitários, cuja receita de publicidade não chega a cobrir o seu custo. Mas a relação custo-benefício para um jornal, assim como para a sociedade não se mede apenas pelo seu valor financeiro. É como se o jornal se valorizasse na valorização de seus leitores e assinantes.

Os suplementos literários de jornais franceses saem às quintas-feiras e da maioria dos jornais brasileiros nos finais de semana, mas no “Diário da Tarde” as publicações literárias, em sua grande maioria, saem às segundas-feiras. Isso faz pensar no critério para essas determinações de dias são importantes para os jornais. Quinta-feira é um dia de semana comum, mais perto do fim de semana, tempo associado ao trabalho e não ao lazer. Esse dia da semana escolhido pelos jornais franceses implica em dizer que, diferentemente dos jornais brasileiros, os franceses inserem estes cadernos na rotina do trabalho e do estudo. Ao contrário da maioria dos jornais brasileiros que

privilegiam uma leitura mais descompromissada com o tempo e as relacionam ao lazer e ao ócio.

No “Diário da Tarde” as publicações variam de dias, mais a preferência é pela segunda-feira, pois o jornal só tinha publicações até os dias de sábado. Essa preferência por publicações, especialmente, às segundas-feiras se dá pela busca dos leitores da região, que tinham no jornal uma fonte de informação importante, sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo. Atrelada a essa busca e necessidade de informação vêm as publicações literárias das colunas já citadas, quase sempre na página dois ou quatro, pois raro são os dias em que essas publicações aparecem em outras páginas.

Como bem salientou Silviano Santiago (1993) em seu artigo sobre a crítica literária nos jornais.

A literatura através dos contos, poemas, ensaios e crítica passou a ser esse algo mais que fortalece semanalmente os jornais através de matérias de peso, imaginativas, opinativas, críticas, tentando motivar o leitor apressado dos dias da semana a preencher o lazer do weekend de maneira inteligente. (SANTIAGO, 1993 P.14).

Apesar de no início do século haver um grande número de pessoas que escreviam nos jornais e, muitos deles eram médicos, advogados, comerciantes e bem poucos jornalistas de profissão, há alguns que são fixos dos cadernos e colunas literários e, mesmo sendo colaboradores do jornal participavam de outros veículos da imprensa. Nessas publicações literárias também estão presentes os intelectuais. Intelectuais, no mais amplo sentido da palavra, pois eram professores, universitários, acadêmicos, escritores, cientistas sociais, filósofos, psicanalistas, artistas e até políticos.

Os suplementos brasileiros têm por hábito sempre identificar o autor das resenhas, dando uma informação pequena sobre quem está escrevendo e, no “Diário da Tarde”, as identificações feitas até por pseudônimos visto que alguns autores não são identificados pelo nome verdadeiro.

“Dia do Sexo”

O dr. José de Albuquerque lembra a necessidade da instituição do “Dia do Sexo”. É um antigo campeão da andrologia, que prega pelo livro, pelo jornal, pelo radio e pela tribuna. Considera aquele médico que a falta de educação sexual é um dos principais fatores dos nossos males sociais.

Pretende acabar com o centenário preconceito que nos leva, em nome da Moral, a não incluir jamais a educação sexual entre as obrigações disciplinares dos pais como dos mestres. Insurge-se contra as explicações com que nós pais, satisfazemos a natural curiosidade dos filhos, todas as

vezes que eles nos inquerem a respeito de fatos que interessam a fisiologia do sexo.

Considera o dr. José Albuquerque grave erro e crime mesmo contra a infância, a velha historia da “cegonha trazendo crianças nas cestinhas de flores”, do “anjinho descendo do alto com o irmãozinho marrado em fita” ou, mais modernamente, do “neném” vindo por meio de um aeroplano. É ele de opinião que devemos varrer de uma vez essas historias dos espíritos de nossos filhos, antes que elas sejam arrancadas pelos criados de nossas casas ou pelos colegas, nas escolas.

Para que tais histórias, tais lendas, tais mentiras? Não admitindo no corpo humano a existência de órgãos ou de funções amorais mas encarando os órgãos como as funções exclusivamente sob seu aspecto vital e fisiológico, não pode admitir o dr. José Albuquerque que a gente faça empenho de ensinar ao nosso garoto que “esta saliência se chama nariz e serve para cheirar”; que “esse buraco é a boca, e seve para comer”; que “estes buraquinhos são os ouvidos, e servem para ouvir”; que “isto é o braço e serve para pegar”; e, depois, por varias omissões educativas, cheguemos ao absurdo de formar no espírito da criança seres humanos com órgãos inúteis ou de funções misteriosas.

Esse é o resumo das considerações que o dr. José de Albuquerque desenvolve, no intuito de mudar os métodos paternos de educação. Que ele agora a instituição do “Dia do Sexo”, como complemento de sua famosa propaganda.

Dos 365 dias do ano, assim como há o “Dia do Professor”, o “Dia da Arvore”, o “Dia do Caixeiro”, que tirar um, para comemorações *especiaes*, que será o “Dia do Sexo”.

Ora não me parece que o dr. José de Albuquerque, que tanto se mostra conhecedor do nosso metabolismo social, tenha sido feliz na sua *idea*.

“Dia do Sexo”...

Não considera... que para o brasileiro, esse brasileiro que vem do índio, do *portuguez* e do negro; o brasileiro do carnaval carioca e de todos os carnavais; para o brasileiro dos “chás” e dos “dancings”, um dia apenas é pouca para tais comemorações? No mínimo, uma semana... (DIÁRIO nº 2.264, 08/11/35).

As crônicas do Pagé Tupiniquim tratam de assuntos bem polêmicos e não sabe ao certo, se ele por escrever temas considerados verdadeiros tabus para uma sociedade do início do século XX se esconde atrás do pseudônimo ou se esta foi uma forma de se tornar lido, na região do cacau, como fez Malba Tahan. A crônica intitulada “Dia do sexo” está publicada na edição de número 2.264 do dia 08 de Novembro de 1935, na página dois. Diferentemente do Brasil que os jornais publicavam com pseudônimos mas davam a referência ou dicas sobre o autor, com pequenas notas, nos jornais franceses se um texto é publicado sem identificação o leitor jamais ficará sabendo quem o publicou.

Nos jornais brasileiros como o “Diário da Tarde” os cadernos e colunas literárias exercem uma postura própria em relação a si mesmo, pois apesar de publicarem resenha de livros, trechos de romances, crônicas e vários outros tipos de textos literários eles não se definem o rotulam como tal. Há um consenso de que a época dos suplementos literários como espaço privilegiado da crítica literária acabou. Não há quase mais críticos literários escrevendo nos jornais, o que reforça a idéia de Santiago (1993), sobre

a “*desliteraturização*” da imprensa em fins do século XIX. O teórico e escritor defende a ideia de que a “história da imprensa escrita na sociedade ocidental é a história de sua *desliteraturização*.” Ou seja, para ele o que compreendemos como literatura vem deixando de ocupar espaço e obter prestígio nos jornais diários, por vários motivos, dentre eles o fato do livro estar mais acessível.

Entretanto, se todos esses aspectos podem apontar para o fim da presença literária nos jornais, a realidade felizmente é diferente e os suplementos são a expressão disso sendo assim, uma alternativa importante criada pelos jornais para que o escritor e suas obras não abandonassem definitivamente as páginas da imprensa.

Nas publicações do “Diário da Tarde” há a presença de escritores, tais como Jorge Amado, que publica um trecho do que viria a ser seu segundo livro “*Cacau*”, neste mesmo ano de 1933; já que seu primeiro romance “*País do Carnaval*” foi publicado em 1930. Esse trecho do livro de Jorge Amado está na edição de número 1.494 do dia 23 de março de 1933. Essa publicação está na coluna “Conto da Semana” na página dois, que é sempre dedicada as publicações literárias.

Trecho de Romance (Jorge Amado)

Os dezoito anos de Elisa davam um resumo popular, tipo folhetim de Jornal, tendo na capa uma mulher *semi nua*, para ser vendido a 1\$500 na Central do Brasil.

A mãe, rapariga na rua Santa Luzia, tivera aos quarenta anos flácidos e sífilíticos um amor doido por um estudante de vinte que lhe extorquia dinheiro. Quando Elisa nasceu o rompimento já se dera e nunca vira o pai que, formado, voltara a província, *Amazonia* misteriosa. Ainda *creança*, ingênua e delicada os homens a acariciavam, passando a mão sobre o seu peito à procura de uns seios que não existiam. Elisa não compreendia que sua mãe fosse casada com tantos homens. A prostituta calejada na vida, não ligava muito para a *creança*, que calculava fadada para o mesmo, destino que ela, de vender o corpo para comer. Garota mal vestida em restos de roupas, corria Elisa descalça pelas ruas, soltando com os meninos da *visinhaça* papagaios azuis e jogando *cobra’cega*.

A história do seu primeiro amor, ingênuo como as coisas ingênuas, ela com seis, ele com oito anos, começara a série de fatos dolorosos que seria a sua existência.

Toda tarde, o rosto lavado, o cabelo castanho penteado, esperava-o passar de volta da escola, cachos louros a fugirem do chapéu, a roupa limpa de marinheiro e o criado *atraz* carregando a sacola de livros. Morava num palacete perto, filho de gente rica. Ele passava, a principio, quase sem a ver. Depois, começou a reparar nela. E por ultimo, ao chegar perto da sua casa, apertava os passos, andando devargazinho, a fitá-la. Certa vez, chocou-se contra o poste, os olhos pregados em Elisa. O criado correu a acudi-lo, mas ele, quixotesco, levantou-se sozinho e continuou a andar firme, como si nada houvesse acontecido. Elisa tinha os olhos cheios de lágrimas, as primeiras que derramava sem serem motivadas por surras.

Triste fim, o do seu amor! Uma tarde, penteada e lavada, esperou-o inutilmente à porta de casa. A aula terminara e ele não vinha. Porque seria? Uma semana toda sofreu a tristeza daquela espera dolorosa. Um dia, o

Carlito, moleque de pés descalços, o melhor atirador de pedras do bairro, que procurava namorá-la, contou-lhe tudo. Ela é que era culpada. Quem lhe *mandára* querer namorar com “cara” rico? Pois bem, proibiram o criado de passar por ali porque um menino de boa família não deve andar numa rua de m mulheres perdidas.

- Porque será que a família dele é boa e a nossa não é? Será que a mãe dele não bate nele?

- Pode ser. Mas eu acho que é porque eles têm um palacete e a gente não. Elisa não tomara ainda conhecimento da desigualdade social.

- Pois eu vou ser rica só para casar com ele. Como é que a gente faz para ser rica?

- Não sei. Papai diz que é roubando

- Mas roubando a gente não vai presa?

- Uns. Os outros vão ser governador.

- Pois eu quero ser governador.

Toda a sua vida foi mais ou menos uma enfiada de fatos iguais, na tristeza, àquele amor de seis anos. Quando começou a ver as coisas claramente, quando pôde perceber a situação da mãe, que fatalmente viria a ser a sua, revoltou-se. Odiava todos aqueles homens que, antes de entrar para o quarto com as mulheres, a miravam, os olhos cheios de desejos. E quando saíam, saciados, ainda a fitavam, um sorriso provocador nos lábios. Muito cedo começou a receber propostas, as mais tentadoras e as mais horríveis. Desde o Carlito, que, de moleque atirador de pedras, se *transformára* num emérito batedor de carteiras e lhe jurava que a mataria si não o seguisse, até um gordo coronel velhusco e debochado do qual as mulheres, a quem ele pagava regimento riam muito, criticando-lhe os desejos de sexagenário libidinoso. Prometia montar uma casa para ela, com criados encasacados, no bairro *chic* de Ipanema, si ela fosse *boasinha*. Também “seo” Januarie, rapaz magro, de óculos escuros e sempre, mesmo no verão de cachecol, professor de um colégio de quinta ordem, que morava naquela rua “suja” devido à pequenez dos ordenados, também “seo” Januarie a amava. Também ele lhe fizera uma proposta, como as outras igualmente recusadas. O professor lírico e doente, propunha-se regenerá-la (porque diabos ele a julgava degenerada?). Colocaria Elisa num colégio e, quando ela houvesse esquecido a casa desoladora de Santa Luzia e o seu ambiente conspurcados, casaria com ela e seriam felizes, muito felizes mesmo... Mas Elisa somente se *penalisava* do pobre homem e não a atraía a vida oferecida por ele. (DIÁRIO nº 1.494 de 23/03/1933).

Esta dedicação em explorar o conteúdo literário, como este trecho de romance de Jorge Amado partiu, principalmente, da constatação de Francisco Dórea, diretor do jornal, de quanto era importante que a região tivesse um espaço jornalístico que se dedicasse à literatura e não somente à política, à economia, à religião, dentre outros assuntos, como faziam os meios de comunicação do gênero.

Mesmo sendo esse um momento de grandes transformações na vida social, econômica e política do país e da região a postura ideológica do diretor e redator do “Diário”, focada em divulgar a relevância da literatura, mostra que as publicações literárias tinham peso e importância para a divulgação e circulação do jornal em face aos demais acontecimentos. Assim, pode-se dizer que o engajamento do “Diário” em relação à divulgação da literatura em face à política, à religião, à economia, aliado à veiculação do jornal sob valor acessível favoreceu seu processo de consolidação.

Se, de um lado, estavam as novidades aplicadas no “Diário da Tarde” para que houvesse uma maior veiculação de conteúdos literários dentre os brasileiros, de outro, estava a difícil situação social e educacional do país. A educação era ainda privilégio de uma pequena parcela da população, a aristocracia brasileira na região era formada por fazendeiros que produziam cacau, comerciantes, políticos e alguns profissionais liberais que conseguiam manter um padrão elevado. Era este pequeno estrato social que tinha acesso à educação e a cultura.

A formação dos estudantes brasileiros e da região, por vezes, dava-se em colégios e universidades da capital do estado, de outros estados do país ou da Europa, isso no caso das famílias mais abastadas e de maior prestígio. Muitos dos aristocratas da região preferiam enviar seus filhos para a Europa, para que lá estudassem e adquirissem experiência cultural.

Vale salientar que a Europa neste momento era ainda considerada uma referência em relação à educação e formação, pois, a língua francesa é um dos principais instrumentos de comunicação do planeta. Naquele continente, os estudantes não só se graduavam, mas também mantinham o contato constante com as Letras e as Belas Artes por meio das exposições artísticas, dos teatros, dos museus, e dos salões literários. A convivência em solo europeu proporcionava não só a educação, mas também experiência moral, política e social diferenciadas em relação à formação brasileira.

Sob o ponto de vista da educação, a situação do Brasil era ainda precária, principalmente ao se comparar à formação que se podia obter no exterior e à que era obtida no país, e ao se observar que havia poucos colégios de credibilidade no país e, especialmente, na região do cacau que só tinha colégios de formação de Ensino Normal. O “Diário” tinha, portanto, como consumidores uma camada da população que ainda se inspirava nos modelos sócio-educacionais europeus.

Sob o prisma da literatura brasileira, pode-se dizer que apesar de neste momento já existir uma consciência da importância da valorização nacional, da presença de uma escola literária própria, os literatos brasileiros ainda eram, constantemente, influenciados pelas leituras europeias e estes influxos traduziam-se na elaboração de tendências literárias que se inspiravam naqueles moldes, porém já com características próprias.

Estes literatos, juntamente com escritores, bacharéis em direito e até médicos e cientistas brasileiros eram constantemente requisitados pelos periódicos brasileiros. Todas essas reflexões visam a dizer que o “Diário da Tarde” selecionava seus escritores criteriosamente, buscando obter em suas páginas um resultado que lhe cedesse credibilidade e respeito e, por vezes, eram estes estudantes formados no exterior ou na capital que ocupava a redação do jornal. Os convites para atuar no periódico eram enviados apenas àqueles escritores e profissionais cujos nomes tivessem relevância na sociedade ilheense e brasileira. Foi assim que o “Diário”, sob a direção de Francisco Dórea, foi gradativamente conquistando seu espaço dentre os periódicos da região sul da Bahia.

O estudo de fontes históricas na área de Literatura, dentro de jornais, vem sendo ampliado nas últimas décadas, desde que se percebeu a relevância de alguns textos escritos por autores que em determinada época eram pouco conhecidos ou consagrados, como no nosso caso Jorge Amado que em 1933 tinha apenas dois romances publicados (*País do Carnaval* e *Cacau*) e hoje tem mais de 49 obras publicadas, consagradas que foram traduzidas em 55 países e 49 idiomas diferentes. Estes estudos têm servido para reconhecer que a imprensa jornalística brasileira foi exercida no início do século passado por muitos literatos que ajudaram no desenvolvimento da literatura nacional. Não são poucos os textos literários publicados no “Diário” que podem agregar valores e importância à literatura brasileira.

Dessa forma, faz-se necessário uma maior atenção e preservação desses documentos que carregam em si uma parte importante da história de nossa região, pois, como afirma Gilberto Freyre (1963), em seu livro “*O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*”, os jornais podem ser considerados fontes de grande importância na interpretação de certos aspectos do século XIX e XX, pois, mais que nos livros de história e nos romances a história do Brasil desses séculos está nos jornais.

3.1 Diário da Tarde de Ilhéus – lugar Memória.

A ideia de memória na atualidade está associada a de preservação e conservação, pois alguns dos fenômenos mais evidentes da atualidade estão concentrados numa

ausência ou perda de memória, e não na construção de uma história linear, seja ela de seu sistema individual ou coletivo. Nada mais pertinente que essa apareça com tanta força e seja o princípio norteador da noção de duração diante da instabilidade de uma época em que o sólido está propenso a desaparecer. O século XX, com sua rapidez e brevidade, foi o exemplo melhor acabado dessas preocupações. Nunca se destruiu tanto em nome do progresso, nunca foram construídas tantas coisas para não durar.

Fundado em 10 de fevereiro de 1928 o jornal “Diário da Tarde” vem sendo instrumento de construção e representação tanto da história quanto da memória. A representação da memória é discutida como aquela que carrega em si à vida e é levada por grupos vivos, está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessiva, já a história é uma versão do que não existe mais; uma representação do passado, um discurso sobre outro discurso, uma versão possível que sempre depende de arquivo. Dessa forma, pode-se pensar o jornal “Diário da Tarde”, como um lugar de memória, construído pela sua própria história.

Pierre Nora (1993) verificou o desaparecimento da memória nacional francesa, portanto, segundo ele, se fazia necessário realizar um inventário dos lugares onde ela se encontrava presente, seja pelo desejo dos homens ou através do passar dos tempos. Esses lugares poderiam ser formados por festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também por elogios, dicionários e museus.

Assim como todos os lugares de memória, os jornais, dentro da perspectiva da história, são documentos e, como tal, desafiam leituras e interpretações, mas, diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade, eles mesmos são seu próprio referente.

Partindo do conceito de que os jornais são documentos que contam a história de uma dada sociedade, época ou região e que, eles mesmos, são seus próprios referentes é que definimos o jornal “Diário da Tarde”, como lugar de memória, isto é, como metáfora da construção e representação, pois é a partir da leitura e interpretações de suas páginas que percebemos e conhecemos como eram vistos e divulgados os fatos e acontecimentos na região do cacau na primeira metade do século XX. Uma dessas interpretações pode ser feita a partir da publicação do conto “Um homem comido” que está na edição de número 842 do dia 05 de janeiro de 1931, na página dois na coluna “Conto da Semana”.

“Um home comedido”

Fernando entrou pelo *escriptorio* de seu amigo Mario e disse:

- Ouve lá isso Mario

- Literatura?

- Não perguntes. Ouve.

E leu:

“- Senhor Clemente?”

- A seu dispor.

- Passei, agora, por sua casa e deparei com um quadro triste.

- Em seguida...

- Sabendo onde o Senhor trabalha, tomei a liberdade de vir contar-lhe o ocorrido, caso lhe moleste.

- Absolutamente.

Clemente é um homem bem instalado na vida. *Sceptico*. Inteligente. Dominador integral de seus nervos; portanto, de suas atitudes.

Criado no meio da mais rude miséria, Clemente, em pouco, aprendeu a sofrer com *stoicismo* *Christão*. Carregando a carga pesada da desgraça. Venceu. Vencendo em ouro, o homem não soube mais *commover-se*. Alegria e tristeza se confundiam. Recebia-as com o mesmo estado de espírito. Sempre com *indifferentismo*.

Sentado em uma cadeira de molas de seu *escriptorio*, meio *derreeado* para traz, Clemente se *dipoz* a ouvir a mulher que trazia a nova.

Maurina, a mulher, filha do povo, susceptível a qualquer emoção, pelo aspecto aprecia trazer na ponta da língua a *descricção* de uma grande desgraça.

- Passei por sua casa e ouvi ruído confuso. Vozes, passos, alguma coisa fora do comum. Sim, porque passo, ali diariamente, varias vezes, e sempre sua casa está num *socego* celeste. Encontro-me todos os dias com o Senhor ao sair de sua residência. Não se lembra ter-me encontrado?

- Não observei ainda...

Maurina já se sentia mal, ante a atitude *indifferetne* de Clemente. Esse mal-estar mais se acentuava *naquelle* ambiente frio, severo, do *escriptorio*. Revestido apenas por duas estantes mudas, a grande secretaria *autéra* em sua cor preta, um ventilador *immoval* sobre *ella*, *aquelle* interior causava *dessassocego* às pessoas acostumadas a ambientes claros, alegres.

Clemente, *quasi* com *indifferença* fumava um charuto grosso e fitava Maurina, que, de pé, não podia cobrir seu embaraço.

- É natural. Mas...

- Perdoe-me não ter convidado a sentar-se. Faça favor.

Puxou pesada cadeira do terno “Mapple” escuro e *fel-a* sentar-se. - Continue.

- *Aquellas* vozes me impressionaram. Parada ao portão, *puz-me* a escutar.

Depois, ouvi um grito abafado e um baquear surdo no chão.

- Como se fosse de um corpo que caísse...

- Precisamente. Depois, um tropel, violento e o silencio que se seguiu como a pôr fim a *scena*.

- E depois?

- Peço desculpas pela ousadia, mas resolvi entrar.

- E que viu?

- Vou causar-lhe mal, mas conto-lhe. Na sala de visitas, ES tirado ao chão, rasgada as vestes, *quasi* nua, estava sua senhora banhada em sangue.

- Que havia acontecido?

Clemente, ao fazer esta pergunta, embora com voz firme e pausada, sentiu os olhos se anuviarem [...]

- Vendo-a, só dois ladrões entraram na casa e a seguraram. Quis gritar, mas não *poude*. Uma tira de *panno* a amordaçava com violência. Tentaram *fazel-a* repasto de seus *instinctos* bestiais. Não o conseguiram. Bateram-lhe. Machucaram-na. [...]

- E a senhora que fez?

- Ainda sob a *estupefacção* natural, mediquei-a nos ferimentos, vesti-a, e *pul-a* no leito, vendo-a em repouso, vim contar-lhe o sucedido.

- Muito obrigado.
- Que providencias ira tomar o senhor?
- Que providencias...? Vamos *reflectir*. Gosto de fazer tudo depois de bem pensado. Levar o *facto* ao conhecimento da policia, não resolve. Policia é uma instituição quase fictícia. Mas, acha que o estado de saúde de minha senhora é grave?
- Creio que não.
- Coitada... Sabe o *typo* dos homens que assaltaram minha casa.
- *Ella* o sabe.
- Bem... É mais fácil de eu os pegar. Narrar o assalto pelos *jornaes*... Não. É uma publicidade. Escândalo. Piedade dos desconhecidos. E eu já estou *cançado* de ser lamentado pelo vulgo. Não me agrada. Quando erro, justico-me pro minhas mãos. Quando erram contra mim, faço o mesmo. Vou aguardar a *oportunidade*. É melhor. Mais pratico. Mais *efficiente*.
- Mas, o senhor não *vae* já a casa? Imediatamente?
- Não sou medico. Minha presença não resulta nada de melhor para minha mulher, além do conforto moral! Devemos ter calma e não levarmos a vida como é *ella*. Brutal, infernal, má, assassina. Vamos chamar um medico. Que acha? Não é o melhor? É. Um médico.
- E depois? Perguntou Mario.
- Já acabou.
- Mas, que é isso?
- Um conto moderno. (DIÁRIO nº 842 de 05/01/1931).

Este conto é definido pelo cronista G. Hercules Martins como um texto literário que pode ser inserido, como justifica o próprio autor, dentro da categoria dos contos modernos. Para Martins, um conto moderno não precisa ter um final anunciado, basta que prenda a atenção do leitor e o deixe no suspense de algo inacabado ou que este seja terminado pelas inferências do próprio leitor.

Para Halbwachs (2006), é na construção da identidade que o jornalismo impresso se consolida diariamente e a memória é construída por meio deste trânsito diário do jornalista. Ainda com relação ao jornal, ele não deixa de situá-lo enquanto documento para os historiadores, mas critica o fato de que estes esperem que o grupo desapareça para, posteriormente, buscarem e si mesmo referências ou rastros que subsistiram em textos oficiais, seja nos jornais da época ou na memória escrita do período.

O “Diário da Tarde” é o retrato da memória sobre uma cidade rica e uma região em expansão em muitas áreas, seja cultural, política, religiosa ou literária, sendo assim, pode ser considerado um instrumento de pesquisa para que muitos estudantes e pesquisadores possam compreender uma época, no nosso caso o início do século XX, e também fazer uma análise crítica, de como o jornal apresentou a sociedade determinados fatos e acontecimentos em uma dada época. O “Diário”, como um registro de seu próprio tempo, não pode ser ignorado como fonte de pesquisa, pois a maioria de

suas publicações sejam elas econômicas, religiosas, políticas ou literárias é sobre a gente de nossa região, ou seja, sobre nós mesmos, lógico que nessa pesquisa esse tempo está voltado aos nossos antepassados. Outro ponto importante que conta a favor do “Diário das Tarde”, como fonte de pesquisa, é que ele foi publicado durante 70 anos, ou seja, o “Diário” funcionou de 1928 a 1998, testemunhado, assim, inúmeras mudanças acontecidas na região, no estado e no país

Assim, é possível dizer que, diariamente, novos corpos alimentam à sua maneira essa memória e essa história, que sempre serão construídas pelo tempo e pela força impressa das palavras.

Dentre os periódicos que circulavam em Ilhéus no início do século XX o “Diário da Tarde” é um dos poucos jornais da cidade que possui um registro, praticamente centenário, em suas páginas, da história da cidade, do povo e da região do cacau, porque muitos jornais surgiram e desapareceu mesmo em Ilhéus que era considerada uma cidade rica e influente no cenário estadual. Nas páginas do “Diário” é possível encontrar a história diária de Ilhéus, seja na parte social, econômica, política, religiosa, literária etc., essa característica do “Diário da Tarde” é mais do que louvável, pois tem importância local, nacional e internacional. O “Diário” é um jornal como poucos na região do cacau seja em espaço de memória ou de registro da história da região e do país. Essa importância pode ser percebida na ênfase que o jornal dá às comemorações do cinquentenário de Ilhéus nas edições de número 978 e 979.

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE ILHÉOS

O dia da cidade (*organização* definitiva do programa comemorativo).

As grandes festas com que a cidade celebrará o seu cincoentenário fará uma homenagem da elevação da Vila para cidade que, em 1881 pela lei *sanccionada* pelo Visconde de Paranaguá, se tornou emancipada... (DIÁRIO nº 978 de 26/06/1931).

“As festas do jubileu da cidade (Será comemorado, amanhã o cincoentenário da cidadania da cidade).

O programa *organizado* pela comissão das destas será realizado sob os auspícios da prefeitura municipal, pois Ilhéus além de ser uma cidade de grande importância e beleza foi uma das primeiras cidades, emancipada, da Bahia... (DIÁRIO nº 979 de 27/06/1931).

Além das publicações dos dias 26 e 27, na edição de número 980 do dia 30 de Junho de 1931 o jornal é publicado com seis páginas, as edições normais têm apenas quatro páginas, sendo que as três primeiras são, especialmente, dedicadas as comemorações da festa do dia 28 de Junho. A primeira página é toda dedicada às

comemorações do jubileu da cidade com uma foto de *Ilhéos* datada de 1815 e outra, com uma vista da parte central da cidade dos dias atuais. A segunda página dá ênfase ao valor das terras da Capitania de *Ilhéos* nos séculos 16 e 17. A terceira página é dedicada à repercussão das comemorações e inaugurações que foram feitas na cidade, tais como: Um número esportivo – Inauguração de uma biblioteca - A parada *athletica* – Uma *passeiata* cívica – Inauguração de placas comemorativas – A sessão magna – O baile e recepção na prefeitura. Nessa página também há fotos do prefeito de Ilhéus o Dr. Eusínio Lavigne, do Dr. Epaminondas Berbert o orador oficial das comemorações, do Palácio da Prefeitura Municipal de *Ilhéos* e de uma vista panorâmica da cidade datada de 1830.

O jornal, o arquivo e o documento são constituídos como instrumentos de comunicação, além de serem também instrumentos de educação, pois, guardam em si informações como guias de sepultamentos, contratos de locação, atas de reuniões, comunicados, notas de aniversários, avisos de aula de corte e costura, de Latim e Francês, línguas consideradas de suma importância para a vida social das pessoas influentes na sociedade local, além de revelar a cotidianidade da vida das pessoas da região do cacau. No “Diário da Tarde” esses instrumentos de comunicação, de informação e de instrução do povo de Ilhéus e região podem ser comprovadas através das publicações de informes, notas de falecimento, como a publicada no dia 23 de outubro de 1931 sobre a morte de Dursulina de Assis, na qual os filhos e sobrinhos agradecem pelo comparecimento e convidam para missa de sétimo dia, além de resenhas, problemas da imigração dos sertanejos, das consequências da crise americana de 1929 ou da autorização para votar dada, pelo Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, aos estudantes maiores de 18 anos, essas duas últimas estão publicadas na edição de 23 de março de 1933, fazendo, assim, do “Diário” um lugar de memória e arquivo da vida social, política, religiosa e cultural da cidade, do povo de Ilhéus e da região do cacau.

A Crise americana

Um bilhão de dólares para evitar a “*débâcle*”

Telegramas de Washington anunciaram que, apesar de ter passado a fase considerada mais perigosa da crise norte-americana, calcula-se em um bilhão e meio de dólares a soma necessária para salvar inúmeros bancos da falência.

Acredita-se que se essa soma for conseguida dentro de curto prazo poderá se iniciar uma nova fase para os negócios financeiros do país. (DIÁRIO nº 1.494 de 23/03/1933).

Aos maiores de 18 anos

O Tribunal Eleitoral concedeu o direito de voto

No Superior Tribunal da Justiça Eleitoral o sr. Carvalho Mourão relatou a consulta do governo sobre a concessão do direito de voto aos estudantes maiores de 18 anos. Opinou o relator que o Tribunal desse parecer no sentido de conceder esse direito, não como medida de exceção, mas ampliada a todos os cidadãos maiores de 18 anos no *goso* de seus direitos políticos.

O Superior Tribunal Eleitoral resolveu atender aos pedidos dos universitários brasileiros concedendo o direito de voto aos cidadãos maiores de 18 anos. (DIÁRIO nº 1.494 de 23/03/33).

Dursulina de Assis

Agradecimento e convite

Joventino Alves, Hermes Costa e João Baptistas ainda compungidos pela perda de sua idolatrada mãe e tia DURSULINA DE ASSIS, agradecem a todos que acompanharam o enterro de sua inditosa parenta e aos que enviaram *capellas*, *bandejas* de flores, cartas e cartões. Aproveitando a ocasião convidam as pessoas amigas para a missa de 7º dia que mandarão celebrar às 6 horas da próxima segunda-feira 26 do corrente, na capela do Convento de N. S. da Piedade, confessando-se eternamente gratos.

Ilhéos, 23 de Outubro de 1931. (DIÁRIO nº 1.075 de 23/10/31).

Além das publicações de cunho social, econômico e religioso, como essas dos dias 23 de Maio e 23 de Outubro do ano de 1933, que tratam de assuntos de interesse da região, o “Diário” também publicava informes literários e resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior. Essas publicações tanto interessavam ao jornal, que as publicava em suas colunas literárias, como a Livraria Seixas Martins que divulgava, através do jornal, suas novas aquisições, isso pode ser comprovado na publicação de 05 de abril de 1933. Vale salientar que Álvaro de Seixas Martins é um importante colaborador da coluna “Conto da Semana”.

LIVROS NOVOS

As obras editadas pela Civilização Brasileira

A Livraria Seixas Martins acaba de enviar-nos alguns livros da Civilização Brasileira, a respeito dos quais publicamos abaixo as seguintes apreciações:

RETRATO DO BRASIL

A Introdução à Realidade Brasileira do sr. Affonso Arinos de Mello Franco é sem dúvida o livro do momento. Trata-se de uma obra de valor extraordinário, pelo estudo lúcido dos mais angustiosos problemas dessa hora atormentada do mundo e, principalmente pela posição de “*clerico*” em que se coloca o seu autor.

Nesta sua obra o sr. Affonso Arinos depois de analisar com penetração os diversos processos de opressão que a humanidade está sofrendo – Tirania da direita e da esquerda – Traça o seu novo retrato do Brasil procurando as causas da nossa desordem, os pontos da nossa instabilidade e termina por apelar para os intelectuais afim de que iniciem a sua ação diretora e coordenadora neste instante de tumulto.

Livro escrito em estilo único nas nossas letras, abordando assuntos e personagens que o autor conhece de perto, é uma obra de interesse enorme, como até este momento não tivemos igual.

DOIS LIVROS DE MARK TWAIN

Uma casa editora *franceza*, recentemente, publicou um livro de aventuras com o seguinte estratagemma. As últimas páginas do livro vinham embrulhadas numa faixa com uns dizeres mais ou menos assim: “Leitor, se o livro não agradou devolva-o sem romper estas páginas que lhe retribuiremos o valor”.

O mesmo poderia ter feito a “Civilização Brasileira” com os livros de Mark Twain, “As aventuras e outras aventuras de Tom Sawyer” que, ela vem de publicar. Se assim o fizesse não correria o risco de uma só devolução que fosse.

O credor do “Diário de Adão e Eva” é uma espécie de show americano, um Moisés divertido, capaz de fazer jorrar, com o seu bordão de mágico da alegria, o riso franco da rocha de Horeb da sisudez Yankee... Incapaz de descair no banal, fazendo da própria tristeza, material para manipulação de sua alegria, Mark Twain sabe conquistar os leitores.

Este seu livro tem, além de tudo, um ótimo cunho de realidade e humanidade. Novela de súbito quilate, onde o seu espírito iluminado campeia da primeira a última página. A trama é delicada, de fatura simples. A tradução em bom vernáculo está bem à altura do livro, que vem revigorar o conceito em que é tido o grande escritor norte americano. A singeleza dos episódios, o alto grau de emoção dos *entrehos* são as garantias do sucesso desse livro, feito para todas as mãos e todos os olhos.

DESHONRADA

Uma das faces mais interessantes da Guerra de 1914 foi, não há que negar, a espionagem e os serviços secretos. A atuação dessas *organizações*, a alta soma de serviços prestados por eles no decorrer da epopéia sangrenta, é bem patente. As cenas eram tão fortes que, ainda hoje, mau grado a patina do tempo, se esboçam nítidas nas nossas memórias. E não há quem não refira, de oitava, uma passagem, um fato, sobre o desempenho dos mais célebres nessa tarefa tão ingrata. A “*Deshonrada*” é um romance tecido em trono desse assunto. O seu autor, de renome merecido é Frank Vreeland. Vreeland serviu-se de uma das figuras mais expressiva nesse termo: a figura legendária de Magda Altdorf, para modelo. Na realidade de ação, de sua vida à soldo dos serviços secretos tirou o que de sugestivo e formidável nas páginas desse livro realmente bom. A emoção, dado os imprevistos do livro, aos lances bem urdidos, campeia de folha a folha, tomando conta dos sentidos do leitor. A tradução magnífica veio dar mais realce à obra, pondo bem claro o seu valor, não escondendo uma *siquer*, das suas ótimas e incontestáveis qualidades.

A grande massa que lê tem nesse livro, admirável que pela estrutura em si, quer pelo modo com que o enredo foi disposto e escrito, um excelente companheiro de *recreação*. É em fim um livro de espírito *ajil*, e a Civilização Brasileira S/A, publicando-o mostrou estar em dia com o gosto dos leitores. (DIÁRIO nº 1.505 de 05/04/1933).

Publicar resenha de livros como essa do dia 05 de abril de 1931, além informar os consumidores da livraria do que estava sendo publicado no mundo, anunciava aos leitores do jornal as modernidades do século XX, como a possibilidade de devolução da compra caso o leitor/comprador não gostasse da leitura, bastando cumprir o contrato de não romper as últimas páginas da edição.

Nora (1993) afirma que os lugares de memória são importantes e necessários as sociedades, nestes momentos de efemeridade das coisas e dos lugares, pois os objetos construídos hoje amanhã já estarão ultrapassados, assim como as cidades e os lugares que antes eram preservados e serviam de inspiração, para poetas, pintores e escritores, estão desaparecendo para dar lugar às novas necessidades do homem moderno

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...) Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para

deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tronariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...) (NORA 1993, p.13)

Outro tipo de publicação de grande importância nas páginas do “Diário” são os textos literários publicados na página dois e em colunas destinadas, especificamente, a esse tipo de publicação, uma dessas colunas, como já foi citada, é denominada de “Conto da Semana”. A importância e destaque dessa coluna é vista pelas publicações que substituem os textos literários, pois quando havia necessidade de se publicar uma nota importante ou uma prestação de contas à sociedade ilheense isto era feito, a partir dessa página. Essas notas iam desde a publicação das prestações de contas da Prefeitura Municipal de Ilhéus, com a divulgação de seus balancetes mensais ou anuais, a relação de eleitores aptos a votar em determinada eleição.

Há também outras colunas que são dedicadas às publicações literárias; a primeira delas que é publicada, durante todo o ano de 1931, está na página quatro do jornal é denominada de “Cosmorama”, tendo como editor o Sr. Octavio Moura. A segunda coluna que está dentro de outra coluna denominada de “Notas Sociais” e é assinada por Muriel é a “Vesperal”. Esta coluna que é publicada durante todo o ano de 1935, está também na página quatro do jornal. Tanto a “Cosmorama” quanto a “Vesperal” trazem publicações de poesias e crônicas em suas colunas. As publicações de poesias, raramente, são vistas na página dois, visto que durante os anos pesquisados esta coluna da preferência aos contos e crônicas. Outra característica importante dessas duas colunas é a presença de textos que levam a uma reflexão crítica sobre as condições do Brasil, no que se refere à falta de investimentos em educação e leituras através de uma autocrítica e do humor de suas publicações.

A respeito do Cosmorama

Eu devo uma explicação ao público ilheense sobre o não aparecimento do segundo número do meu “Cosmorama” semanário de letras, humorismo e *actualidades*.

Actualidades? Isso não tem a mínima importância, neste século em que o *actual* e *inactual*.

Humorismo? No Brasil, “*paiz* de poesia e de poetas aborrecidos”, o humorismo é como uma flor dos trópicos que se *quizesse* transplantar para uma região de gelos eternos.

Letras? Isso é que é humorismo no Brasil. E qualquer coisa literária, nesse *paiz* quase sem letras, é como um “*smocking*” irrepreensível num baile de esfarrapados...

A explicação que eu devia ao público esta *ahi*, nas entrelinhas.

Octavio Moura. (DIÁRIO nº 963 de 08/06/1931).

Hoje entrei na redação disposto, a não escrever nem uma linha:

- Meus senhores, bradei, o “Diário da Tarde” vai, primeira vez circular sem a “Vesperal”...

Foi um alarme. O corpo tipográfico resmungou de tal maneira que parecia um oceano em revolta... não sei se de gosto ou desgosto!

Octavio Moura, pigarreou forte, mexeu-se na cadeira e ficou mudo... Talvez de medo.

Entrava na ocasião o Teixeira, que notando a anormalidade perguntou o que houve.

Roque Neves respondeu, fanhoso, de lá cimma:

- “Seu” Muriel “empacou” na “Vesperal” de hoje...

Edmundo Araujo, Eduardo Barros, Miguel Teixeira, Mario Salles, Rubens Silva e os dois aprendizes cantaram em côro:

Que triste papel

O do tal Muriel;

Coitado, está mal.

Adeus, “Vesperal?”...

Aristotelino Souza, o “homem da máquina”, tirando da boca o eterno charuto, segredou-me:

-Escreva a crônica das “Sociais” porque do contrario a cabocla do vestido azul se zanga...

- Como é? Que trapalhada é essa? Espere ai...

Mandei que o Constante, preparasse a “Remington”...

- Pronto, “seu” Muriel.

Fui às pressas à “toca” do José Ignacio, tomei um “quente” e voltei “deslocando” 90 milhas à hora... Nem o “S. Matheus” me alcançava.

- Vocês vão ver com quantos paus se faz uma jangada.

A voz *stentorica* do Rubens fez-se ouvir do alto, na grade:

- Quarta página, fechada...

Por isso hoje não tem “Vesperal”.

(DIÁRIO nº 2.172 de 17/07/1935).

A importância das publicações literárias, como estas das colunas “Cosmorama” e “Vesperal”, podem ser vistas nesse ano de 1935. Também há publicações de notícias que tratam do recebimento de prêmios literários por autores, sejam eles de projeção regional ou nacional, pois isto tanto era importante para o jornal como para os leitores da região. Uma dessas notícias está publicada na edição de número 2.026 de 14 de janeiro sobre o premio literário recebido por Gilberto Freyre, comparando a importância do escritor e de sua obra com outros dois autores e obras que também foram bem votados para ganhar o prêmio. O primeiro é Lucio Cardoso e a obra é “Maleita”, o segundo é Jorge Amado e a obra é “Suor”

Premio de Literatura

Foi conferido ao livro “Casa Grande & Senzala”

Rio 13 (Diatarde). O escritor pernambucano Gilberto Freyre tem sido muito felicitado por ter recebido como autor do livro “Casa Grande & Senzala” o premio de 1934 instituído pela sociedade Philippe de Oliveira.

Também foram muito votados os livros “Maleita” de Lucio de Cardoso, publicado em 1934 e “Suor” de Jorge Amado também escrito em 1934 e é seu terceiro livro. (DIÁRIO nº 2.026 de 14/01/1935).

Lúcio Cardoso escreveu “Maleita” nos primeiros anos de sua mocidade. É seu livro de estreia na carreira literária.

Terceiro livro de Jorge Amado, “*Suor*” foi escrito no Rio de Janeiro em 1934, quando o autor tinha apenas 22 anos. No ano seguinte à publicação, foi traduzido para o russo e lançado em Moscou, junto com “*Cacau*”, seu livro anterior; o romance viria a ser publicado também em Portugal, além de ter sido traduzido para outros sete idiomas. Retratando o cotidiano de miséria, sujeira e promiscuidade da vida urbana das classes mais pobres da cidade de Salvador, o livro relata o drama de se viver do suor do próprio rosto.

Outros autores que recebem bastante destaque nesses anos de 1931, 1933 e 1935 são Humberto de Campos e Malba Tahan. Sobre Humberto temos algumas notícias no jornal, entre elas está a da edição de número 2.044 do dia 04 de fevereiro de 1935 na página dois. A notícia fala sobre as revelações curiosas sobre a obra póstuma de Humberto de Campos e o editor José Olympio destaca o grande escritor brasileiro que Humberto foi e dá destaque a alguns pontos sobre o autor:

- 1- A palavra do editor de Humberto de Campos;
- 2- O escritor e seu editor;
- 3- Suas obras no prelo;
- 4- Um equívoco a desfazer;
- 5- Revelação curiosa;
- 6- Premio Humberto de Campos.

Humberto de Campos fez muito sucesso por escrever uma crônica chistosa a respeito da figura eminente da época – Medeiros e Albuquerque -, com o pseudônimo de Conselheiro XX. Maranhense de Piritiba, Humberto nasceu em 1886 e morreu em 1934 no Rio de Janeiro, tendo passado em vida por muitas dificuldades. Por ter feito muito sucesso como o pseudônimo se viu obrigado a manter o estilo do Conselheiro e escrever mais, pois seus leitores multiplicaram chovendo cartas às redações dos jornais, solicitando novas matérias. Três meses após sua morte o médium Chico Xavier psicografou uma de suas crônicas e causou muito barulho nos jornais do Rio de Janeiro. Alguns críticos literários da época analisaram os escritos, um desses críticos é Agripino Grieco, que tem uma de suas crônicas publicadas na edição de número 2.086 do dia 22 de março de 1935, na página dois, intitulada “ILHE’US”, atestaram a autenticidade da obra como sendo mesmo de Humberto. No “Diário” também há uma dessas crônicas de Humberto “Notas de uma diarista” que está publicada na edição de número 2.219 de 13 de setembro de 1935, na página dois.

As publicações de Malba Tahan, um dos escritores que mais tem publicação nos três anos estudados, estão em várias edições do ano de 1931, 1933 e nas edições de

número 2.078 de 18 de março e 2.102 de 15 de abril de 1935. A primeira, um conto do livro “Céu de Allah”, é intitulada de “A noiva de Ramayana”. A segunda é intitulada “Conto de três por dois”, está publicada na página três e relata a história do leão, do tigre e do chacal que resolveram deixar a gruta sombria onde viviam para explorar ou encontrar uma região rica em tenras ovelhinhas.

A influência de se publicar por pseudônimo, ou com outro nome é vista em varias edições do “Diário da Tarde” como na edição de número 1.430 do dia 03 de janeiro de 1933, na página dois, na coluna “Conto da Semana”.

Foste um sonho na minha vida... (Para alguém que me entende)
 Um sonho muito lindo e dádivo, que ao se esfumar nos longes da realidade, deixou-me noiva de uma saudade perenal. Um clarão de brilho intenso, maravilhoso, que passam pelos caminhos opacos de meus dias, enchendo-os de encantos, povoando-os de emoções mil!...
 Ah! O que eu não daria para ver o regresso desse sonho, que foi o sonho mais belo que eu já tive nesta ilusória vida de meus vinte anos!...
 Ah! Eu seria a fiel serva, a escrava dedicada!... eu seria a mais bela, entre as belas; afrontaria os maiores perigos, embora tendo como certa, os loiros da morte. –Melhor seria morrer como uma heroína, a ter que renunciar a vida neste hórrido estado, sentindo o fio intenso de precoce senectude *enregalar-me* a alma!
 Como é triste e cruel, tornar-se velha aos vinte anos!
 Como é dilacerante, ter-se um coração moço encerrado no lúgubre ergástulo da realidade, alheia às sonoras vibratilidades, das sensações extasiantes!...
 Parodiando José Ingenieros, uma mocidade *senecta* é uma flor sem perfume. E quando a flor não tem perfume ó mil vezes o seu extermínio, à fera implacabilidade das incompreensões...
 Foste um sonho na minha vida: ou és ainda: um sonho muito lindo e inebriante. Mas... antes nunca viesse naquela resplandecência celeste iluminar as treva de minha feliz existência...
 É bem assim a felicidade – transitória como a vida das flores... (DIÁRIO nº 1430 de 03/01/1933).

O jornal abre as publicações literárias deste ano de 1933 com uma crônica, escrita pelo pseudônimo de “Flor de Lótus”, com o título de “Foste um sonho em minha vida...”. É bem provável que esta crônica seja de uma escritora que não quis se identificar já que o eu - lírico é feminino.

Para Nora (1993, p.7), há um desmoronamento da memória, pois vivemos em um mundo de constante massificação e midiaticização. Portanto, segundo ele, os lugares de memória são primordiais numa sociedade que não mais habita sua própria memória, para o autor existem hoje lugares de memória, pois não existem mais, efetivamente, meios de memória.

Um fato importante percebido nas publicações do “Diário” que o torna um lugar de memória é o resgate das publicações femininas no início do século passado, fato

considerado raro em uma sociedade de valorização do masculino, na qual os homens eram os comandantes da vida social, religiosa, política, cultural e literária. No ano de 1931 apenas uma mulher tem publicação nas páginas do jornal. Esta publicação, que já foi citada anteriormente, está na edição de número 858 do dia 26 de janeiro, na página dois na coluna “Conto da Semana”. É uma crônica da escritora Maria Enriqueta, denominada de “O Piedoso Marabú”. Das edições estudadas do ano de 1933 não foi encontrada nenhuma publicação feminina. Já nas edições do ano de 1935 poucas são as mulheres que continuam tendo espaço para publicação de seus textos nas colunas do “Diário” e, apenas duas delas são identificadas. Elas são Emerita Dorea e Mercedes Ganem. Emerita por ser de uma rica e influente família da região e também pelo parentesco com o editor chefe Francisco Dorea, publica um conto intitulado “Palavra de Mãe” na edição de número 2.027 do dia 15 de janeiro. Este conto é uma homenagem a filha Ilnah que completou quinze anos no dia 13 de Janeiro do referido ano.

Palavra de Mãe

A’ minha querida Ilnah:

A flor ao desabrochar, bela viçosa, sob o impulso da Natureza, não tem mais encanto nem poesia do que a criancinha quando surge para a vida, envolta no seu alabastrino manto da inocência.

Quão grato seria ao coração de uma *mãe* poder perpetuar sobre o filho querido, o influxo dessa primeira fase, qual fada misteriosa à preservá-lo do futuro, das asperezas da vida!

Quando, há quinze anos passados, eu recebia o teu primeiro sorriso, exultava na minha felicidade de *mãe*, sem que o meu espírito *extremecesse* sequer a menor idéia de uma desilusão? Mas, o destino é sempre traiçoeiro e, felizes são aqueles que só se apercebem das suas crueldades quando já tombam para o ocaso da vida.

És jovem e inexperiente – és quase criança ainda – do mundo, só vislumbrai a sua superfície, sempre aformoseada pelo azul de um *céu* fascinante, e, neste lago cristalino da tua inexperiência, jamais deveis auscultar as suas entranhas, descobrindo, no redemoinho das suas conjecturas o que, para ti precisa ficar sempre oculto: Os *miasmos* repugnantes de um mundo apodrecido pela degradação social.

Hoje, mais do que nunca, eu preciso transformar todo o meu amor de aspirações, o teu presente de aniversário – um escrínio de virtudes que te servisse de roteiro e do qual *podesse* extrair o essencial para a tua felicidade – futura – é este o *objectivo* da verdadeira *mãe*.

Se hoje, contasses apenas cinco anos, um beijo te bastaria e bastaria também a mim para minha satisfação íntima.

Se contasses ainda dez anos, um mimo qualquer te faria saltar de contente e eu julgaria cumprido o meu dever. Mas transpões uma quadra mais bela, mais encantadora e também mais perigosa!

Vês o desligar sutil e suave das tuas quinze primaveras, e o que se passa no teu íntimo, nem tu mesmo o sabes!

Desejaria menos amargas as minhas experiências para apresentar aos olhos de tua alma, um prisma resplandecente, cuja fascinação somente promete venturas. Infelizmente, porém, sinto a necessidade, absoluta de desperta-te para um *horizonte* mais longo e mais além deste prisma encantador, preparando- te, muito *subalmante*, *sinão* para o inevitável, pelo

menos, para as possíveis consequências que nos surpreendem na vida e, quanto maiores a inexperiência e a confiança, mais funestas elas são. A virtude, quanto mais aprimorada, mais sujeita está ao *escárneo* da sociedade porque esta é fruto exclusivo do mundo, sempre paupérrimo de virtudes, sempre intransigente com as leis sensatas da natureza humana. Mas, como entre os frutos sazonados de uma só árvore encontram-se também frutos perfeitos, é preciso que saibas distinguir no meio em que viveres, a sua parte nociva que procura atrair-nos com um sorriso para depois, ferir-nos com as suas garras mais aduncas. Onde porém a virtude predomina, o vício não frutifica. Qualquer que seja a fase que se nos apresente, *Ela*, somente *É* e, servirá de estímulo contra as tormentas da vida. Escarnecidas ou ultrajadas pela parte objeta da sociedade jamais a desprezarão do seu valor, jamais atingirão as intenções malévolas dos que não a possuem.

Quando ultrapassares as fases roscas da existência, quando curvada sob os anos, volveres ao teu passado, encontrarás nas minhas palavras de hoje, o sabor desta grande verdade:

- Sem que sintas desenvolver-se em todos os seus sentimentos, o gérmen da virtude, jamais desfrutarás felicidade na vida, porque só a sentirás, única e perfeita na paz da tua consciência, na nobreza do teu caráter, na integridade da tua moral! Aos 13 de Janeiro de 1935. (DIÁRIO nº 2.027 de 15/01/1935.

Mercedes Ganem tem um pouco mais de espaço neste ano de 1935 e conta com três publicações. Na edição de número 2.073 de 12 de março ela publica a crônica “Lágrimas” que é dedicada a inesquecível amiga Luiza Abdon. Outra crônica escrita por Mercedes está publicada na edição de número 2.107 do dia 25 de abril e é intitulada de “Páginas Dolorosas”. Nessa crônica a autora fala do sacrifício de Jesus no Calvário e do perdão a humanidade. Neste ano de 35 a festa da sexta feria da Paixão foi comemorada no dia 19 de Abril e a crônica “Páginas Dolorosas” foi escrita por Mercedes no dia 18. Todas as crônicas da autora foram escritas no Bairro do Pontal e são datadas. As crônicas de Mercedes e de Emerita são um dos poucos escritos que tem identificação de quando e onde foi feito. A última crônica escrita por Mercedes está na edição de número 2.144 de 08 de junho com o título de “Paradoxo da dor”.

LÁGRIMAS

(Em memória de minha inesquecível amiga LUIZA ABDON)

Quem não chorou na vida?... Na ventura ou na desdita, ou no *goso* ou no *praser*... São eflúvios do *Céu* que ressurgem dos olhos humanos, em gotas cristalinas, tépidas rolando...

Lágrimas que tombais dos olhos tristes, ou cantais por entre beijos... eu vos saúdo! Minha alma exulta em presença desse arrebol, com que acordais nos meus olhos os mais belos dias da minha vida! *Humedecendo-me* as pálpebras, *suavisaes* o meu coração, que abrandais *escravisaes*. Ante a miséria humana, vós, lágrimas benditas, não consentis que ele permaneça inflexível, rígido, indiferente. E lhes ensinais a amar... amor desprendimento, amor puro que oferece consolo aos infelizes e semeia rosas na carreira dos meus dias. Sois a síntese da nossa história, quando floris no berço, e se agita anos a fio, para regar a terra sepulcral, de onde há de brotar a virtude eterna.

Sois o arrependimento e o perdão, e o consolo e a alegria.

Transfigurais os monstros e elevais os mártires aos tronos que os déspotas aviltaram.

Sois a seiva purificadora dos corações que sangram e das almas envenenadas pelos erros. Dais vida às emoções e luz aos espíritos. Sem vós, que seríeis as almas?! *Faroés* apagados, esfinges que o tempo consumiria cercados de mudas interrogações. *Lenificais* as dores e desvendais os íntimos mistérios, ensinando-nos o caminho do bem.

Abris as portas do *Céu*, em meio de sensações desconhecidas de que irradiam vozes nunca ouvidas... nunca!

Curvo-me diante do vosso esplendor, oh lágrimas divinas! Do vosso poder, oh redentoras lágrimas que surgis dos olhos humanos, em gotas cristalinas, tépidas, rolando!

Pontal, 8 – 5 – 935. (DIÁRIO nº 2.144 de 08/0/1935).

Emerita e Mercedes por serem de famílias ricas e influentes na região tiveram suas crônicas publicadas no “Diário”, fato esse que não acontece com outras escritoras da região, pois nessa primeira metade do século XX numa região rica, em franco desenvolvimento, mas, comandada com mão de ferro pelos Coronéis do Cacau, mulher era para fazer o Curso Normal do Colégio Nossa Senhora da Piedade, em sala só de mulheres para se tornar professora ou cursar as Escolas de Corte e Costura, mesmo sendo esse um período em que a revolução nas artes, na música, na pintura e na literatura provocadas pela Semana de Arte Moderna já surtiavam efeitos.

A importância dos cursos de corte e costura pode ser vista a partir da importância que estes têm para a sociedade ilheense do início do século, pois a “Escola *Ilheense* de Corte e Alta Costura”, comandada pela senhora Dora Fuchs Penido, divulga seu curso em quase todas as edições de 1935, quase sempre na mesma página em que os textos literários são publicados. Outra escola que também divulga seu curso é a “Academia Superior de Corte e Costura”, comandada pela professora Lucilia Salavest Porto. Essa escola divulga em uma foto, que ocupa meia página da edição de número 2.086 do dia 27 de Março de 1935, as sete alunas graduadas na turma de 1934. As publicações do curso da senhora Dora Fuchs seguem sempre o mesmo padrão como o da edição de número 2.087 do dia 28 de Março de 1935.

“Escola Ilhéense de Corte e Alta Costura”

Estabelecimento de educação profissional feminino *oficializado* e registrado no Departamento de Instrução Pública do Estado por ato de 1º de Fevereiro de 1933.

Curso completo de corte e alta costura em seis *mezes*. Exames e expedição de diplomas em Junho e Dezembro de cada *anno*. Mensalidades, qualquer que seja a data da matrícula, vencíveis no último dia de cada *mez* e pago *adeantadamente*.

Curso externo, 25\$. Curso interno 225\$. Curso especial para aperfeiçoamento das *alumnas* diplomadas que se destinarem a professoras de corte e alta costura, (3 *mezes*) a 30\$000.

Praça Carneiro da Rocha, n.7

Dora Fuchs Penido (*Directora*). (DIÁRIO nº 2.087 de 28/03/1935).

Além dessas publicações de informes a sociedade de Ilhéus e região há também a publicação de contos e crônicas de muitos autores nesse ano de 1935, entre eles estão Álvaro de Seixas Martins e Jacintho Gouveia, que são os dois maiores publicadores desse ano, José Francisco de Oliveria, Alvaro Nery, Rosalino da Costa Lima, um com o pseudônimo de Pagé Tupiniquim, Alvaro Menezes e um caso raro de poesia, neste ano de 1935, que é o soneto de Clarenco Baracho publicado na edição de número 2.287 do dia 06 de dezembro.

O URUBU'

Eil-o... só, afinal, nos restos de uma ossada,
Alquebrado o *urubù*, velho, triste e indolente,
Outrora vencedor do espaço, heril, fremente
Rasgando céu azul num vôo de alvorada

Em dias de calor olhava indiferente
O mundo, no apogeu da altura ilimitada
Senhor do firmamento em rutila jornada
Descia como um Rei, *magestoso* e imponente.

Ai de mim! Eu que ausculto os corações humanos
Vi o *urubú* sem mais a intrepidez radiosa
Das *azas*, a tombar, vencido pelos anos...

E como ele também muita gente há no mundo
Que depois de viver em *ascensão* gloriosa
Sem pão, arqueja, só, num frio catre *immundo*!
(DIÁRIO nº 2.287 de 06/12/1935).

Vale ressaltar que algumas palavras como *azas*, *immundo*, *magestoso*, *eil-o*, *urubù* com crase e acento e *ascensão* estão grafadas dessa forma no soneto, que faz um paralelo entre o urubu que um dia foi forte e soberano, senhor dos céus e o homem que, também um dia, comandou com mão de ferro os domínios da vida e da política na região do cacau, mas agora no final da vida perdeu força e poder. Muitos casos como esse aconteciam na região cacaueira, pois se durante anos um coronel comandava a região, quando este perdia força ou poder era logo substituído por outro mais forte e mais poderoso.

Outro ponto importante a ser considerado é que poucos são textos de característica poética, entendo que a poesia no início do século XX era a única considerada como texto poético, publicados nas colunas literárias do jornal, pois poucas são as poesias publicadas, tornando-se uma grata exceção o soneto destacado acima. Não se sabe ao certo se os escritores da região pouco praticavam essa modalidade

literária ou se a poesia ainda era considerada um texto literário de segunda categoria, não tendo tanta relevância ou importância como tinham a crônica e o conto, portanto relegadas a colunas literárias que estavam nas últimas páginas do jornal como a “Cosmorama” e a “Vesperal”.

Dessa forma é possível considerar que a função pedagógica do jornalismo no início do século passado está legitimada nas publicações do “Diário da Tarde”, a partir da circulação do acervo, dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos. Essa função educativa ou informativa do jornal se traduz, sobretudo, pela necessidade que o periódico tem de “explicar” o mundo sempre baseado na “verdade”, fazendo uso de recursos técnicos e humanos disponíveis, mesmo quando essa “verdade” é informada a partir dos textos literários.

Dentro desta perspectiva da “verdade” o jornal é visto como uma fonte de conhecimento social e cultural que informa, entretém, diverte e ensina, pois as notícias aqui estudadas podem ser vistas como norteadoras sociais, efêmeras e essencialmente centradas nos acontecimentos do presente. Dessa forma, o jornal pode ser visto como fonte de conhecimento social por ser composto de visões de mundo e ideologia, retirando a visão de que há uma construção jornalística recheada de uma suposta objetividade.

Ora, partindo do conceito de que todo conhecimento social, seja ele científico, filosófico, religioso ou jornalístico envolve um ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade e, como a humanidade e a história são processos que estão em construção, naturalmente não existe conhecimento que seja puramente objetivo, ou seja, que seja absolutamente neutro.

Portanto, as discussões aqui apresentadas sobre as publicações literárias como forma de informação ou conhecimento da sociedade trazem em seu cerne a relevância deste campo na produção simbólica, indicando que as notícias além de não-neutras, envolvem determinadas visões de mundo e, como tal, contribuem social e culturalmente como uma orientação acerca dos parâmetros e dos valores circulantes. As publicações literárias nas páginas do jornal são nesse sentido, um dos modos de constituir uma natureza consensual da sociedade e contribuem naquilo que une, informa e auxilia a sociedade do início do século passado.

3.2 Diário da Tarde de Ilhéus como arquivo.

O debate em torno das questões que norteiam a preservação do patrimônio documental é cada vez mais crescente em nosso país. Todavia, se para os grandes centros, e grandes jornais como Folha de São Paulo, por exemplo, essa tendência muitas vezes se reveste em experiências bem-sucedidas de constituição e proteção de acervos e arquivos de valor histórico, (no nosso caso o jornal “Diário da Tarde”), o mesmo não ocorre quando atentamos para os estudos de jornais e arquivos de cidades do interior do Nordeste, especialmente, da Bahia. Com efeito, a despeito de diversas tentativas e iniciativas em organizar instituições voltadas para a guarda da memória local e regional, como o CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional – UESC, temos conseguido fazer muito pouco – ou quase nada – pois, pouco do que se tem feito vem se perdendo ao longo dos anos por falta de verbas e locais apropriados para conservação e manutenção, se considerarmos a dimensão e a riqueza do nosso patrimônio histórico e o crescente processo de destruição a que se encontra submetido.

Estudos recentes no Brasil têm revelado a valorização de temas de história local e regional, anteriormente desprestigiados, diante de uma perspectiva globalizante, situação essa que só foi invertida na segunda metade do século XX, com a realização de pesquisas amplamente amparadas em farta documentação local e regional. Contrariamente, embora esse interesse pela história local tenha assumido novas características, isso não correspondeu a uma valorização desse patrimônio coletivo construído ao longo dos anos e de sucessivas gerações, a despeito da ampliação gradativa de espaços institucionais destinados à preservação do patrimônio documental no país.

As possibilidades de pesquisa, a partir das fontes documentais produzidas por órgãos da administração pública ou de centros de documentação de universidades como a UESC, são bastante extensas. No que diz respeito à história da região do cacau, especialmente Ilhéus que é a mais antiga cidade da região, a análise de temas vinculados aos domínios da política, economia, sociedade e cultura revela a dinâmica das áreas do interior que, muitas vezes, são desprezadas nas investigações da história do estado,

circunscritas apenas ao recôncavo e à capital. Tais estudos demonstram que, longe de existir uma uniformização dos processos históricos, as singularidades permitem aflorar a complexidade das sociedades humanas.

É através da contribuição da memória das sociedades que se constitui as identidades sociais que são baseadas e solidificadas pelo compartilhamento das experiências coletivas. Os documentos históricos que tratam da vida social, religiosa, política, econômica e literária dessas regiões é uma das formas de se visualizar essas experiências e memórias. Desta forma é possível socializar e democratizar a informação a respeito do passado e das experiências comuns que permitiram à nossa sociedade e à nossas cidades constituírem-se como se apresentam no dias atuais, pois se na Ilhéus de hoje não fosse possível encontrar as marcas deixadas pelos habitantes de outras épocas ela jamais poderia ser considerada uma cidade centenária que guarda em sua história as marcas dos índios tupinambás e aimorés, dos jesuítas, dos portugueses, dos turcos dos negros que viveram e formaram a memória da cidade.

Le Goff (1984) afirma que a memória expressa noções que se remetem mutuamente ao tempo e espaço, suporte e sentido, memória individual e coletiva, tradição e projeto, acaso e intenção, esquecimento e lembrança, bem como as diferenças de natureza entre sociedades com escrita ou não, influenciando, assim, na construção social da memória. Ele também afirma que há diferentes memórias ao longo da história e que estas servem como fonte de identidade individual de uma sociedade. A memória, segundo ele, é vista como objeto de luta das forças sociais pelo poder.

Para Nora (1993, p. 15), a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivista, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”. Neste quadro, há lugares para esta memória porque não há meios de memória. Estes lugares de memória são simultaneamente materiais, como o jornal “Diário da Tarde”, simbólicos e funcionais. Procuram escapar da história, sendo sua razão fundamental “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas” (ibid.).

Em uma sociedade marcada pelo “produtivismo arquivístico”, o vestígio é sacralizado, constituindo-se o arquivo “como a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida, mas não o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida” (ibid.). A memória ao contrário da história, não seria um conhecimento

intencionalmente produzido. É subjetiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio. Sua primeira função não é preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente, não se constituindo, portanto, em uma reflexão pronta do passado, mas reconstruções seletivas e ecléticas baseadas em ações subsequentes, percepções e códigos maleáveis pelos quais nós delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo.

Le Goff (1984) menciona os documentos e monumentos como materiais da memória coletiva, diferenciando-os em função de suas características. Assim, os monumentos apresentam atributos que são heranças do passado e, ao mesmo tempo em que evocam o passado, liga-os ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas, apresentando uma intencionalidade.

O arquivo e a memória estão sempre muito próximos, pois o primeiro constitui a memória de uma organização, qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição e, ao mesmo tempo que garante a memória é por ela garantido. A principal razão para eles existirem é a necessidade de uma memória registrada. Para isso acontecer é preciso que os arquivistas contem com o apoio de historiadores para, juntos trabalharem a definição de arquivos como lugar de elaboração e de conservação da memória coletiva.

O jornal “Diário da Tarde” de Ilhéus pode ser inserido como lugar de memória e arquivo, não porque é considerado melhor ou pior que outras fontes que guardam os documentos, fatos e acontecimentos de uma dada época ou sociedade, mas, porque eles, segundo Nora (1993) complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória. Segundo o historiador os jornais, independentemente do valor desigual dos textos, têm suas constantes e suas especificidades, implicando num saber de outras memórias, num desdobramento do homem de escrita e do homem de ação, na identificação de um discurso individual com outro coletivo e na inserção de uma razão particular numa razão de Estado, tanto motivos que obrigam, num panorama da memória local, regional ou nacional, a considerá-los como lugares.

As notícias vistas nas páginas do “Diário”, na década de trinta do século XX, inserem o jornal neste lugar de memória e arquivo, porque retrata os fatos, acontecimentos e relatos de uma época rica da região do cacau no sul da Bahia. Essas

notícias demonstram os acontecimentos e preocupações do jornal com situações que mexem com as dores, os sofrimentos e a condição da vida humana, como a matéria publicada na edição de número 1.503 de 06 de Abril de 1933, publicada na primeira página com mais de uma chamada, que fala da chegada de imigrantes, principalmente, do sertão de Sergipe à Ilhéus, tida como terra da promessa e da fortuna.

As dores dos flagelados

Fugindo dos quadros terríveis da seca e encontrando sofrimentos
peores

Mais uma leva de infelizes nordestinos chegou *hontem* à cidade. O princípio de solidariedade humana é muito forte, mas não justifica absolutamente o silêncio da imprensa em face das remessas subseqüentes e numerosas de flagelados para essa zona, onde eles chegam, conduzindo o fardo atroz de suas dores e das suas humilhações, nos navios da Baiana, nas barcaças, em quase todos os meios de transporte marítimos que possam conduzi-los da capital para esta cidade. Ilhéus tornou-se assim, há algum tempo, o centro de onvergência das levas de desamparados que aqui chegam atraídos pela fama de *riqueza* da terra, convertida para eles numa Canaan afortunada, quando vista à distância, ignorando todos que as condições atuais desta região já não favorece muito aos que vêm de longe procurar trabalho a subsistência que lhes faltaram nos sertões, varridos pelo acoite terrível da soalheira impiedosa.

Ainda *hontem* pelo vapor “Canavieiras” chegou uma nova leva de flagelados. Assistimos o seu desembarcar que, confrangeu-nos o coração os aspectos daquela miséria coletiva, a desgraça nua e crua daquela gente humilde que desfilava, como um bando de vencidos, entre as alas dos curiosos, alguns apiedados, outros indiferentes, não raro achando divertido o espetáculo...

Vimos famílias numerosas, homens, mulheres, crianças, algumas ainda de peito, todos revelando na fisionomia triste, abatida, macilenta, os vestígios dessa jornada de sofrimento para a terra da promessa.

E é aqui essa terra. Trazem para aqui um punhado de esperanças. Vêm iludidos com a perspectiva enganosa de encontrar fortuna, começar nova vida, esperando dais melhores, mais propicio, ao acesso fácil da prosperidade.

Mas bem depressa encontram decepções amargas e verificam que se pode bem morrer de fome na terra prometida. O número de vítimas da seca que aporta a esta zona é considerável e a concentração dos infelizes sertanejos aqui têm contribuído para dificultar a tarefa da sua subsistência e manutenção dos nossos pobres irmãos do nordeste assolado pela seca.

Depois entre os que chegam fugindo ao flagelo mais de um terço é de *creanças*, velhos, mulheres e doentes, incapazes, portanto para o trabalho. Alguns mal resistem aos abalos de uma viagem, penosa sem conforto, acidentada. Inúmeros têm morrido nessa jornada cruel. Privações, padecimentos, moléstias, todos os horrores conhecem esses mártires anônimos, obscuros, ignorados. Não poucos sucumbem ao desamparo. Mas eles continuam chegando, às levas, aos punhados, às dezenas e às centenas, para conhecer, finalmente, que por La os quadros da seca são terríveis, mas, além desses quadros, há sofrimentos *peores*. (DIÁRIO nº 1.503 de 06/04/1933).

Esta memória registrada nas páginas do “Diário”, como a fuga dos flagelados da seca, pode ser considerada como uma memória resgatável e faz do jornal um arquivo, uma fonte de documentos, no qual estão inseridas a vida política, econômica, social, religiosa e literária da região do cacau no início do século XX. Ora, se a memória

registrada não é um resultado estático, mas um processo que serve às exigências de instituições, estados, organizações, estudiosos etc., ela está sempre à procura desse sentido que a liga as instituições, estados, organizações e estudiosos. Portanto, a memória registrada mediatiza a reflexão derivada do pensamento organizacional e institucional para analisar uma situação, assegurando decisões que sustentam a ação e orientam o desenvolvimento das operações.

Nora (1993, p.27) afirma que os lugares de memória, diferentemente de todos os objetos de história, não têm referentes na realidade, pois, eles mesmos são seu próprio referente, são lugares duplos, lugares de excesso, fechados sobre si mesmo, fechados sobre sua própria identidade e, recolhidos sobre seu próprio nome, mas ao mesmo tempo eles estão abertos a extensão de suas significações.

É partindo dessa significação que o “Diário da Tarde” pode ser inserido na noção de arquivo permanente, pois traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada. Como tal, esta memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado. No “Diário” é possível encontrar um conjunto de documentos de valor histórico/cultural, como as publicações de prestações de contas da prefeitura e da recebedoria de rendas do estado. Esses documentos são probatórios, informativos e devem ser definitivamente preservados. Os documentos históricos têm valor permanente e são constituídos por livros, papéis, mapas, fotografias, monumentos ou qualquer espécie de elemento informativo, independente de sua forma ou características físicas. São produzidos, guardados, elaborados ou arquivados por instituições públicas, como o CEDOC, ou privadas.

Os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro. No “Diário” isso pode ser constatado a partir das publicações de crônicas, contos, poesias, notas de nascimento, aniversários, conclusão de cursos, falecimentos, aulas de Francês, cursos de corte costura, notícias da região, do estado, do país, do mundo ou assuntos que tratam do cotidiano das pessoas.

Falar da vida alheia

Falar da vida alheia, minha amiga, não é, como você imagina, um pecado mortal. Que esteja condenado às penas do inferno aquele que infama ou calunia, vá. Mas que se ache algum mal nos comentários feitos na intimidade sobre os defeitos do próximo = isso positivamente é ser puritano demais.

Repare que todos nós falamos, quase sem querer, dos nossos semelhantes, o que aliás ele nos pagam conciosamente na mesmíssima moeda. É que a vida alheia é um assunto sempre fértil e um campo sempre vasto para nele exercitarmos as nossas faculdades intelectuais, a nossa malícia, a Nossa perspicácia, o nosso “humor”. Não há passamento mais elegante que este. É um esporte eminentemente social. *Foot-ball estilizado...* Realmente tem qualquer coisa de *foot-ball*. Porque muitos dão *ponta-pés*. É um serve de pelota. Mais ai deste, coitado! (DIÁRIO nº 1.521 de 18/04/1933).

A crônica publicada na edição de número 1.521 de 18 de Abril de 1933, na coluna “Legenda”, página quatro, mostra que o “Diário” trata de assuntos importantes e corriqueiros do dia a dia das pessoas. Intitulada de “Falar da vida alheia” é escrita por Bárbaro Leandro.

Por conta da pouca importância ou relevância que tinham os arquivos públicos e privados no Brasil, incluindo aí os jornais, em especial os do século XIX e XX, até bem pouco tempo nada, ou quase nada, se podia fazer por esses patrimônios de valor documental, mas, a partir do momento em que os mesmos foram institucionalizados como resultado de um processo de independência e formação dos estados passou-se então, a considerar estas instituições como arquivos históricos e, portanto, repositórios de uma memória tida como forjadora da identidade local, regional e nacional. Como condição inerente à escolha do que será preservado como arquivo de valor histórico, a avaliação de documentos se expressa, na literatura sobre o tema, como um aparato dotado de racionalidade técnica, referido – nem sempre explicitamente – à função política da memória e do patrimônio por parte do Estado e da iniciativa privada.

Para Foucault (2002, p.148, 149), os arquivos são importantes porque fazem com que tantas coisas ditas sejam trazidas à tona, fazendo surgir os assuntos, acontecimentos e fatos que os homens fizeram ou disseram há tantos anos, não segundo as leis do pensamento, ou segundo o jogo das circunstâncias, mas, segundo a necessidade de se estudar, vivenciar ou rememorar os acontecimentos de uma dada época ou sociedade. Para ele o arquivo é sim aquilo que se justifica, sem que se saiba a razão imediata, do que pode ser dito num dado sistema de discursividade. Arquivo, segundo o autor, é o que dá sentido ao que é dito, já que ele é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.

Esse sentido sobre o que é dito pode ser percebido quando se busca nas páginas do “Diário” a vida social do país e da cidade de Ilhéus, do início do século passado.

Analisando esses acontecimentos é possível perceber a importância que é dada aos eventos que tratavam da chegada de artistas famosos ao Brasil, bem como a divulgação de filmes que iriam ser apresentados no “Cine Teatro de Ilhéos”. Essa importância só pode ser percebida a partir da busca de informações contidas no jornal que retratam como as pessoas se preparavam para tais acontecimentos e como estes eram importantes para aquelas que tinham posição social privilegiada.

Possuída

A imprensa mundial proclama, aos quatro ventos que esse filme é uma verdadeira obra d’arte. É falado, *muzicado* e *sicncronizado*. JOAN CRAWFORD a insuperável, é a principal figura; CLARK GABLE, o galã. Possuída será exibido nas soirées de hoje e de amanhã no elegante e confortável CINE TEATRO DE ILHÉOS. (DIÁRIO nº 1.507 de 07/04/1933)

Kiss

Belo Horizonte (via aérea), Clark Gable chegou ao Brasil, o *caes* cheio de “fans”, garotas lindas, como são as cariocas, atiraram-lhe flores sobre o carro. Mas não parece que tenha havido qualquer outra perturbação na vida da capital.

Já estamos nos habituando a receber celebridades, de dentro ou de fora da tela.

É uma prova de cultura, que convém assinalar nos nossos hábitos.

Quando Sarah Bernhard esteve no Brasil, isto há muito tempo, quando ainda eram negros os cabelos do Dr. Ataulpho de Paiva, os bondes no Rio eram puxados a burro, as quitadeiras vendiam *angú* no largo da carioca e o mil réis e a palavra tinha algum valor, isto é, naquele Rio do tempo do Sr. Luiz Edmundo. A artista foi recebida com tanto furor de entusiasmo, que, voltando à Europa, falou a um jornalista que no Brasil os estudantes desatrelaram os cavalos e levaram seu carro, arremessando-se com seus espadins contra a polícia, que pretendeu impedi-los daquela homenagem muito sincera e muito muar.

Foi Eça de Queiroz quem nos defendeu em Paris. Desmentiu que a Juventude do Brasil houvesse puxado o carro de Sarah Bernhard e para mostrar que a artista exagerava, o seu argumento foi decisivo: os estudantes do Brasil não usavam os espadins a que se refere a famosa atriz!

O argumento de Eça de Queiroz foi esmagador, porque os espadins nunca os tiveram mesmo os nossos rapazes. Mas que puxaram o carro, puxaram realmente. Talvez menos para homenagear a glória do teatro *francez* do que para a satisfação de insopitável desejo de retorno darwiniano.

Mas tarde, evoluindo o mundo a Europa já não nos manda só glórias do palco.

Deliramos também recebendo a glória aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Inaugurou-se então, o sistema de homenagear pelo beijo.

Sacadura Cabral foi legalmente beijado. As brasileiras entenderam que um homem que atravessa o Atlântico ente duas azas, apenas com um velhote e um “sexante” merecia uma homenagem única, diferente de todas, *creada* exclusivamente para ele. Essa homenagem teria de ser o beijo, beijo que as nossas patrícias lhe davam espiritualmente, como as bandeiras de Portugal e do Brasil se beijavam nas sacadas e nos mastros do Rio, mas que não sabemos como os sentia o Sr. Sacadura Cabral...

Até em Minas, as minhas patrícias de Minas, beijaram aquele *tunante*.

Depois Sarmento de Beires *veiu* e foi também beijado. Ramon Franco levou igualmente, em “batton” a cancela de nossa admiração.

Ramon Navarro não pode ser beijado, porque veio empresado. E o empresário, homem prático, cobrava-lhe os autógrafos e os beijos.

Roulien, entretanto, que é brasileiro, que deveria sentir e compreender mais o nosso sentimento e que, afinal, serve em Hollywood para mostrar que nós aqui não somos exatamente índios, Roulien não teve *siquer* um beijo.

Clark Gable, ao que consta, também teve flores e não teve beijos. Pelo menos como consagração pública.

Esse registro, para mim, que considero o beijo um pecado, é profundamente consolador.

O estrangeiro que vier, *heroe*, gênio ou sábio, pelo ar ou pelo mar, que nos leve tudo, que nos leve o ouro, que nos leve o crédito, mas que não nos leve os beijos de nossas patrícias...

Eu não sei se Clark Gable, que de certo vinha com papel apanha-moscas nos lábios, terá ficado desapontado, porque somos hoje uma terra de... lábios sem beijos. E que bom título para um filme: “Lábios sem beijos...”

E uma pergunta: esse beijo será mesmo só espiritual?

É verdade que Freud está hoje muito decadente e que a Psicanálise já não dá mais nada: mas eu ainda suspeito do beijo. Tenho a seu respeito prevenções cristãs. Considero-o primogênito do Diabo.

Eu não compreendo, por exemplo, certo médico meu amigo, que tem prazer de contar, nos dias de recepção, em sua casa, que a sua esposa, então sua noiva, foi a primeira moça que beijou Sacadura Cabral, quando aqui esteve. Conta isso, gloriosamente como o mesmo prazer e orgulho com que gaba a inteligência do filhinho, quem está muito *adeantado* na escola e a arma, com estanha habilidade, um avião de lata... (DIÁRIO nº 1.508 de 08/04/1933).

Como pode ser visto nas edições de número 1.507 e 1.508 dos dias 07 e 08 de Abril de 1933, na página quatro, sobre a divulgação do filme “Possuída” ou na crônica Kiss, do Pagé Tupiniquim, a vida social da cidade também é divulgada para os moradores das cidades da região.

Por conta de uma tendência ao desaparecimento e de uma possibilidade de ser sempre levado ao esquecimento é que os documentos de valor histórico necessitam dos arquivos que, por sua vez, também estão condenados ao desaparecimento e ao esquecimento. Segundo Derrida (2001), não haveria certamente o desejo de arquivo se as publicações e os documentos guardados neles não estivessem condenados ao desaparecimento e ao esquecimento.

Nas páginas do “Diário”, do início do século passado, estão registradas uma parte importante da história do povo de Ilhéus e região, pois a partir delas é possível observar aspectos histórico-sociais relevantes e gerais de uma sociedade que se constrói no Brasil dessa época. No início do século XX os operários não tinham consciência de sua condição, as oligarquias exerciam seu poder, e a classe média passou a assumir alguns aspectos, passando a participar, ainda que de forma transitória, das esferas do poder. O comerciante, nesse período, é uma figura social importante e tem grande influência nas publicações do jornal como pode ser visto na edição de número 1.513 do dia 18 de Abril de 1933, nos anúncios da “Casa Alberto” que utilizam duas páginas inteiras do jornal, a três e a quatro, uma dedicada as promoções femininas e a outra as

masculinas. Nesse período o Brasil é apenas um supridor das necessidades agrícolas do mercado internacional, já nosso mercado interno começa a desenhar a importância das regiões e sociedades. A partir desse processo, traçam-se os limites da sociedade sul – baiana.

Para o plantio e a colheita do cacau, produto considerado uma mina de ouro para os produtores, deslocam-se para cá inúmeros imigrantes, principalmente de Sergipe ou de outros estados do Nordeste, como consta na crônica da edição de número 1.503 de 03/04/33, já citado anteriormente, falando dos imigrantes que chegam aqui assolados pela seca de suas regiões. Chegam também alguns estrangeiros que se inserem na luta pela terra e plantio dos frutos de ouro. A região de Ilhéus e adjacências vai sendo desenhada, seja na parte econômica ou cultural, por uma convergências de práticas culturais diferentes.

Nas mãos dos fazendeiros, das pequenas e médias fazendas, dos exportadores e comerciantes estava a chave da economia, da política e da cultura de Ilhéus e do Brasil, nessa primeira parte do século XX. Para exemplificar essa concepção de poder e força vale a leitura de partes da crônica escrita por Humberto de Campos na edição de número 1.498 de 28 de Março de 1933, na página dois, intitulada de “Elogio ao analfabetismo” da qual usaremos alguns trechos: “O analfabeto não fez ao Brasil, até hoje nenhum mal. Todas as nossas desgraças, isto é, toda a nossa desorganização política, não é obra do homem do povo, na sua ignorância; mas do bacharel, do homem diplomado, dos que fazem as leis... pode-se dizer, mesmo, que o que há de melhor no *paíz* é obra dos analfabetos: a lavoura, a criação do gado, a pesca, os trabalhos brutos e manuais... Brasileiro que sabe ler o nome não pega mais no cabo da enxada, abandona a lavoura, e vem para a cidade... Quem planta alfabeto não apanha feijão... Se depois disso, cada pai não levar o seu filho à lavoura, é que este é, mesmo, um *paíz* irremediavelmente perdido”.

Ao mesmo tempo em que traça elogios a pureza e importância do homem do campo a crônica de Humberto o condena a uma vida rural, bruta e sem direito a instrução, pois é bem clara a sua concepção de ordem social, cultural e econômica. Para Campos deviam saber ler e escrever apenas os indivíduos privilegiados, ou seja, os filhos dos donos das terras e dos grandes comerciantes, enquanto àqueles que eram desprovidos de posses e de bens deviam se contentar em servir a esses senhores poderosos e abastados. Para esse intelectual os desafortunados deveriam, eternamente,

se sustentarem com seu suor cotidiano, reproduzindo, assim, uma ordem social patriarcal, capitalista e, mais que tudo, cruel.

Portanto, a concepção de arquivo não pode ser dissociada da de memória, dado o seu poder de emitir valores norteadores do que se seleciona como patrimônio ou se elimina porque está destituído de sentido enquanto memória coletiva. Assim, faz-se necessário que os estudos sobre os arquivos se debrucem sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação e seleção de documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capitania de São Jorge dos Ilhéus coloca-se como um dos desdobramentos da expansão ocorrida nos séculos XV e XVI. Organizada para produzir para a metrópole só consegue encontrar um produto apto a satisfazer o intento exploratório em grande escala com o desenvolvimento da economia cacauera a partir de 1900 quando o país já se encontrava independente. Firma-se, então, a partir daí, uma economia agro-exportadora da monocultura do cacau que vai transformá-la em uma região rica e influente no cenário baiano e nacional.

Esta economia tem seus momentos de glória promovendo a expansão e riqueza da antiga capitania, mas também enfrenta momentos de declínio e dificuldades com as crises cíclicas locais e a crise mundial de 1929 provocada pela quebra dos Estados Unidos da América. Dentro deste cenário de incerteza e insatisfações, que as crises locais e mundiais provocam na região, é fundado o “*Diário da Tarde*” em 10 de Fevereiro de 1928, com o propósito de servir à classe dominante e detentora do poder formada por intendentess, coronéis, pessoas do clero, comerciantes, produtores de cacau e senhores da alta sociedade.

Sabendo que os jornais no início do século XX, são excelentes fontes de informações sobre determinados aspectos deste período, pois neles eram publicados anúncios e reportagens que informavam sobre as atividades culturais, econômicas, sociais, religiosas e literárias das cidades e regiões, inserimos o “*Diário da Tarde*” como uma representação de memória e de arquivo, não de uma memória presa e guardada ao longo dos anos, mas de uma memória que pode ser revisitada e rememorada, seja na forma como o jornal divulgava notícias literárias, que interessavam a uma parte da

sociedade ou como servia a classe dominante da época através de anúncios de aulas de corte e costura, dos endereços de salões de barbeiros e alfaiates, dos anúncios de aula de violão, violino e piano, instrumentos tocados, apenas, pela elite da região, ou das informações sobre aulas particular de latim e francês, línguas consideradas de suma importância e prestígio, no início do século passado, pela classe religiosa e elite letrada.

Além de servir a classe dominante do início do século o “Diário” se torna um jornal de grande influência na região, circulando em todas as localidades que, no início do século passado, estavam sob o domínio de Ilhéus. Seu Diretor Redator, Francisco Dórea, é um homem de grande influência em Ilhéus sendo amado e respeitado por todos, em parte isso se dá por ser ele um dos poucos intelectuais que circulavam na região, pois a grande maioria dos coroneis do cacau eram “rudes” e só entendiam do plantio, da produção e venda do cacau.

Também foi possível perceber que o jornal “Diário da Tarde” é um dos poucos meios de ligação da região com o resto do país e do mundo, especialmente, no que tange ao mundo literário, pois há enormes dificuldades em se encontrar livros e romances neste período, sendo a Livraria José Olympio, do senhor Álvaro de Seixas Martins, colaborador e cronista do jornal, uma das poucas que servia a cidade e região. Essa carência tende a ser compensada pelo jornal com publicações quase que diariamente de crônicas, contos, trechos de livros e poesias que vão servir de informação e entretenimento e estão publicados em cadernos e colunas literárias como “Conto da Semana”, “Vesperal” e “Cosmorama”.

Partindo das reflexões de Pierre Nora, consideramos o “Diário” um lugar de memória, pois, segundo ele, esses lugares são híbridos, mistos e mutantes, se entrelaçando neles a vida e a morte, o tempo e a eternidade, numa espiral que envolve o coletivo e o individual, o sagrado e o profano, o móvel e o imóvel. No “Diário” essas tendências estão bem claras através das publicações de novenários, notas de nascimento, aniversário e morte de pessoas influentes da região, quermesses, atas de reuniões e, para isso, o jornal utiliza sempre o nome de figuras de peso da época, realçando suas funções e qualificações na cidade de Ilhéus.

Tendo a imprensa brasileira, assumido um papel importante de divulgação nessa primeira metade do século XX, pois os jornais se habilitam a incorporar os novos rumos ditados pela energia popular e revolucionária, desse período, que leva a indústria cultural a ter identidade própria, percebemos o empenho que o “Diário” tem em publicar, sempre na mesma página, contos, crônicas, poesias e trechos de livros que

servem de informação e entretenimento, especialmente, à sociedade ilheense, mesmo porque, nas outras localidades e vilas, ainda não há uma classe social predominante. Autores de projeção mundial como Jorge Amado ou nacional como Adonias Filho além de serem citados nas publicações literárias do jornal, são também colaboradores deste. Há também autores que são comerciantes, médicos, doutores e advogados que têm publicações quase diariamente no jornal, enquanto outros publicam com pseudônimos.

A importância das publicações desses autores, no jornal, está em se poder traçar um paralelo entre o início da vida literária de alguns deles, que se tornariam célebres, ou de tantos outros que desapareceram no tempo e no espaço da vida literária da região, mas que não deixaram de ter importância.

Dentro destas perspectivas foi possível atestar que o “Diário” constrói, ao mesmo tempo que representa, a memória local, traduzida na sociedade de Ilhéus e região do cacau

Partindo de uma linha de produção que sabe quais os ramos que devem ser traçados e percorridos, o “Diário da Tarde” chega ao final da década de 30 com grande força e importância no cenário local, não desprezando em nenhum momento as publicações literárias que, por mais de uma década, estão na página dois na coluna “Conto da Semana”, ou na página quatro em colunas como “Vesperal” e “Cosmorama”.

Assim, todas as investigações feitas nos anos de 1931, 1933 e 1935 e as discussões travadas e analisadas nesta dissertação atestam a capacidade do jornal Diário da Tarde de representar e produzir uma memória em estado presente e também latente, que diz como metáfora dos lugares o que foi a sociedade regional naqueles anos.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BACELAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In Fontes Históricas, organizadora Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória**. Niterói (RJ): EDUFF, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARMO, Cláudio do (Org.). **Cartografias contemporâneas: memória e cidade na ficção**. Ilhéus, BA: Editus, 2011.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Tradução Maria Manuela Rocha. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1999.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Edição Comemorativa de 100 anos. Tradução Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

_____. **Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, Luis Carlos. **Artefatos de memória e representações nas mídias**. Ciberlegendas, nº 07, 2002. Retirado de <http://WWW.ufb.br/mest.eii/>.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

MELLO, José Barboza. **Síntese histórica do livro**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1972.

NAVARRO, Pedro. **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, In: Projeto História. São Paulo: PUC, nº 10, PP. 07-28, dezembro de 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1988.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et al, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfried. **Imagem, cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2005.

SANTIAGO, Silviano. **Crítica literária e jornal na pós-modernidade**. In: Revista de Estudos de Literatura. Belo Horizonte, pp. 11 – 17, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Tradução Flávia Bancher. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Jornais e Periódicos

A crise America e Aos maiores de 18 anos. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.1, 23 Mar. 1933.

A polícia *activa*. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.1, 23 Jan. 1931.

AMADO, Jorge. Trecho de romance. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 23 Mar. 1935.

As dores dos flagelados. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.1, 06 Abr. 1933.

BARACHO, Clarencio. O urubu. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.3, 06 Dez. 1935.

Comemoração dos 50 anos de Ilhéus. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 26 e 27 Jun. 1931.

Diário da Tarde, Ilhéus, p.1, 14 Jan. 1935.

DÓREA, Emerita. Palavra de *Mãe*. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 15 Jan. 1935.

Dursulina de Assis. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 23 Out. 1931.

ENRIQUETA, Maria. O piedoso *Marabú*. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 26 Jan. 1931.

Escola *Ilhéense* de Corte e Alta Costura. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 28 Mar. 1935.

Flor de Lótus. Foste um sonho em minha vida... **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 03 Jan. 1933.

GANEM, Mercedes. Lágrimas. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 08 Jun. 1935.

LEANDRO, Bárbaro. Falar da vida alheia. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 18 Abr. 1933.

LIVIO. Os meus versos de amor. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 10 Jan. 1931.

_____. Sem título. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 12 Jan. 1931.

MARTINS, Álvaro de Seixas. Livros novos. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 05 Abr. 1933.

MARTINS, G. Hercules. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.2, 05 Jan. 1931.

Memórias. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.3, 29 Jan. 1935.

MOURA, Octavio. A respeito de Cosmorama. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 08 Jun. 1931.

MURIEL. Sem título. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 13 Jun. 1935.

_____. Vesperal. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 17 Jul. 1935.

Os nossos confrades. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.1, 03 Jan. 1935.

Pagé Tupiniquim. Possuída. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 07 Abr. 1933.

_____. Kiss. **Diário da Tarde**, Ilhéus, p.4, 08 Abr. 1933.